UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JULIANA GOMES MACHADO BRITO

COPA PRA QUEM?
ESTADO DE EXCEÇÃO E RESISTÊNCIAS
EM TORNO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2015

JULIANA GOMES MACHADO BRITO

COPA PRA QUEM?
ESTADO DE EXCEÇÃO E RESISTÊNCIAS EM TORNO DA
COPA DO MUNDO FIFA 2014

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

SÃO PAULO

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Gomes Machado Brito

Copa Pra Quem?

Estado de exceção e resistências em torno
da Copa do Mundo FIFA 2014

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de São Paulo,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 13 de março de 2015

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Arantes

FFLCH-USP

Prof. Dr. Daniel Hirata

UFF

Profa. Dra. Vera da Silva Telles (Orientadora)

FFLCH-USP

“Ela é dos cantos, das batucadas
É o povo unido quem a detém
É das bandeiras, das barricadas
Ela é de todos porque é de ninguém
Não é dos chefes, nem dos patrões
Não é uma posse, não é um bem
Nem dos Estados, nem das nações
Ela é de todas porque é de ninguém”

Baderna Midiática

Hino à rua, 2013.

Agradecimentos

Esse trabalho não pertence somente a mim: é das muitas pessoas, lugares e histórias que atravessaram o caminho, abriram espaço para o inesperado e estremeceram certezas. Obrigada a todas e todos que me acompanharam nessa trajetória.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida que tornou essa pesquisa possível.

Agradeço à minha orientadora, Vera da Silva Telles, por quem tenho sincero respeito, pela forma não-autoritária com que se relaciona com todos à sua volta. Pela generosidade com que acolheu-me no seu coletivo de pesquisa e entregou-me as ferramentas para interrogar a cidade e seus conflitos, apresentando-me todo um campo de referências que afetou profundamente meu pensamento e prática política. Pela confiança na potência daquilo que, por qualquer razão, nos move e inquieta, e dá sentido à pesquisa.

Também sou grata aos colegas do coletivo “Cidade e Trabalho”, a instância mais importante de debate acadêmico (e também político) nesta trajetória: Marina Mattar, Marina Gurgel, Bruna Ramachioti, Andrea Vera, Tais Magalhães, Carlos Freire, Rafael Godói, Tiago Cortês, Thiago Matioli, Daniel Hirata e Tiarajú D'Andrea, que em seminários, debates, leituras e conversas prazerosas, possibilitaram ampliar meu repertório e colaboraram imensamente para a pesquisa.

Agradeço ainda aos professores Raquel Rolnik e Laurindo Dias Minhoto, presentes em meu exame de qualificação, pelas críticas certeiras que jogaram luz sobre caminhos para pensar os conflitos da cidade, no calor dos acontecimentos de junho de 2013. Não poderia deixar de agradecer ao professor Paulo Arantes e à professora Otília Arantes, pelas sessões do “Seminário das Quartas”, em que se desenvolveram debates marcantes sobre os mais diversos temas contemporâneos e onde pude apresentar parte desta pesquisa, para a qual recebi aportes importantes.

Essa pesquisa jamais seria possível sem as pessoas que, entre 2011 e 2014, construíram o Comitê Popular da Copa SP. Agradeço afetuosamente a essas pessoas, pelos dias e noites de fazer coletivo com suas dores e delícias (às vezes sob tiro, porrada e bomba, outras vezes chamando a cidade para dançar). Pela força das suas ideias e por reinventar o

futebol desde o chão de terra batida: ao Dito; ao Nelson e à Ocupação Mauá; à Bernarda; ao Thiago; ao Gerê; à Ana; à Rosi e à Patrícia; à Natalia, Dara, Elton, Mario, Gabriela – e a todo o Grupo Teatral Parlandas; à Talita; à Elza e à Celina; à Vanessa; ao Danilo; à Marina; ao Piva; à Priscila; ao Zé; à Tábata, Milene e Diga; à Toninha; ao Giva; à Luciana; à Regina; à Milena; ao Mateus; ao Rafael; ao Átila; ao Manuel; à Diana; à Raísa; ao Hasan; ao Dimitrius; à Larissa; ao Sérgio; à Fernanda; à Iza, ao Roberval e à Ana Maria. Não há palavra nessa vida que dê conta de retribuir o que aprendi com vocês, nem poderia haver. Dedico esse texto ao coletivo que somos, desde onde bate o coração.

Ao Moreno, por trazer paz aos dias intranquilos, pelo cuidado e afeto, por lembrar que o importante é continuarmos vivos, pela sanfona e pelo tempo que se conta em sorrisos, por estar atento. A todas as pessoas que caminharam lado a lado “por um futebol sem impedimentos” – cotidianamente ou de passagem - e que por descuido não estejam aqui nomeadas, meu muito sincero agradecimento. Esse nosso fazer coletivo inspira cada linha dessa pesquisa, na qual ofereço, à minha maneira, uma singela contribuição para a reflexão sobre as lutas da cidade.

Agradeço igualmente às pessoas que construíram o coletivo Comunidades Unidas de Itaquera - o Comunas: à Glória, Tica, Michele, Patricia, Monici, Mario, Tonhão, Pedro, Paula e Corró, que me receberam na Zona Leste de braços abertos e compartilharam comigo informações preciosas. Ao Grupo Dolores Boca Aberta, por uma experiência que me afetou profundamente: a peça “A Saga do Menino Diamante”. Não poderia deixar de agradecer também às mulheres e homens que constroem suas vidas nas vielas da Comunidade da Paz com improvável coragem: Luana, Diana, Anderson, Andre, Washington, Seu Pedro, Dona Luzinete e todas as crianças.

Tenho especial gratidão às pessoas que, generosamente, decidiram fazer parte dessa investigação, compartilhando suas trajetórias de resistência, memórias e inquietações sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, concedendo-me entrevistas e relatos. E aos queridos Fabiana Borin, Marina Mattar e Gustavo Assano, por revisarem cuidadosamente o texto aos 48 minutos do segundo tempo.

Agradeço ainda, carinhosamente, aquelas e aqueles que me encorajaram com sua amizade e afeto, cada um a seu modo: ao Gabriel, por esses 16 anos (!) de amizade; e às irmãs Ana, Cau, Maria e Mayra. Aos camaradas e às manas do coletivo Liberta, pessoas que tiveram tão especial participação na minha formação política e pessoal dentro e fora dos muros da PUC e não necessitariam ser nomeadas individualmente, já que *sou o que sou pelo que nós somos*. À Ivonne, por compartilhar sua bela história de vida (e a outra história da Colômbia)

no cotidiano da pesquisa, entre um café e um pão de queijo, em nome de quem agradeço a todos os colegas da turma do mestrado de 2012.

Aos companheiros/as do Coletivo D.A.R., que caminharam lado a lado nas ruas e coloriram os campos de terra batida, pela alegria que imprimem à militância, que se resume em uma palavra: venceremos!

À Malu, minha mãe, por ensinar uma ética, a cair e a levantar, a perseguir desejos verdadeiros, por me incentivar e apoiar desde sempre, sou imensamente grata. Ao Guilherme, meu irmão, pela admiração e carinho: à distância compartilhamos o mesmo céu. Ao Raul, fundamental desde a primeira ideia do projeto de pesquisa às últimas horas da escrita dessa dissertação, e por tudo que ensinou de si, de mim e da vida – agradeço afetuosamente pela escuta, por pensar junto, apoiar, compartilhar inquietações e referências, criticar, somar forças e estimular, por toda uma história de parceria de longa data. Pelo amor que dura em liberdade: esse texto também é seu.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo dos efeitos da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir das relações de poder e resistência que se estabeleceram ao seu redor. Ao investigar a produção normativa – leis, decretos, portarias e demais normas que se produziram sob a justificativa do megaevento, esse estudo busca descrever de que maneira foi possível introduzir no ordenamento jurídico uma “legislação de exceção”, entendida aqui como dispositivo de governo. Também, ao descrever a delimitação de zonas de exclusividade comercial no espaço público, busca-se enxergar a maneira como essas normas puderam se territorializar, de modo a garantir a criação de mercado para um grupo de empresas ligadas à FIFA. Por fim, descrevemos as resistências que se articularam em torno da Copa 2014, entendida como campo de gravitação que permitiu colocar o futebol no centro do conflito pelo direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Copa do Mundo – estado de exceção – dispositivo - cidade – resistência

ABSTRACT

This dissertation consists of a study about the FIFA World Cup 2014 effects, from the power and resistance relations that were established around it. By examining the normative production – laws, decrees, edicts and other rules produced under the justification of the megaevent -, this study describes by what means was possible to introduce in the law system a group of “exception laws”, meaning here as a government dispositif. Also, by describing the demarcation of exclusive comercial zones in the public space, the study pursues to look the manner how that rules could be territorialized, aiming to guarantee the creation of market for a group of companies linked to FIFA. Finally, we describe the resistance that articulated around the 2014 World Cup, meaning the gravitation field that permitted to put the soccer in the centre of the right to the city's conflict.

KEY-WORDS – World Cup, Exception State, dispositif, city, resistance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. Percurso da pesquisa e formulação do problema	2
2. Inserção no campo.....	13
3. Estrutura da dissertação: apresentação dos capítulos e hipóteses.....	15
CAPÍTULO I – AS REGRAS DO JOGO.....	19
Sessão 1. Cena 1: O documento de garantias governamentais à FIFA.....	19
Sessão 1.1 As garantias tornam-se norma, a exceção torna-se regra.....	28
Sessão 1.2 A Lei Geral da Copa.....	36
Sessão 2. Tempo da urgência, tempo do mercado.....	63
Sessão 2.1 A “Família FIFA”	63
Sessão 2.2 Megaeventos na virada dos tempos.....	69
Sessão 2.3 Notas e ferramentas para a investigação de um problema político.....	73
CAPÍTULO II – FIFA FanFest: Territórios de Exceção.....	82
Sessão 1. Cena 2: A FIFA FanFest no Vale do Anhangabaú.....	82
Sessão 1.1 Um Vale dentro do Vale.....	84
Sessão 1.2 Cadastramento de ambulantes: um acordo entre poderes desiguais.....	86
Sessão 1.3 Exclusividade Comercial: o monopólio no espaço público.....	94
Sessão 2. Urbanismo Militarizado: a mão armada do mercado	100
CAPÍTULO III – COPA REBELDE: UMA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DO COMUM?.....	107
Sessão 1. Surgimento do Comitê Popular da Copa SP: breve história.....	107
Sessão 2. Cena 3: Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, a profanação do futebol	135
Sessão 2.1 A escolha do campo.....	135
Sessão 2.2 Os times e as regras: Copa 2014 como campo de gravitação.....	137
Sessão 2.3 Copa Rebelde: a criação do comum urbano?.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
“Meditações” em torno da imaginação política como suposto para um exercício fecundo do direito à cidade.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
ANEXO - Lista de entrevistas	164

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, sob orientação da Prof. Dra. Vera da Silva Telles. Nesta introdução, apresentarei meu percurso de investigação no tema, da escolha de um fio condutor até a formulação de um problema. Em seguida, será apresentada a estrutura da dissertação, as hipóteses construídas no seu percurso e o conteúdo de seus capítulos.

1. Percurso da pesquisa e formulação do problema

Meu interesse pelos efeitos e mobilizações articuladas em torno da preparação da Copa do Mundo FIFA 2014 (ora Copa 2014) começou em 2011, quando tomei contato com as primeiras notícias sobre novas leis, regimes especiais de contratação, medidas provisórias, decretos e outras normas produzidas especialmente para atender à realização do evento que seria realizado no Brasil. Também, notícias sobre supostos “tribunais de exceção” e “zonas de restrição ou exclusividade comercial” estabelecidas na Copa do Mundo FIFA 2010, na África do Sul, e o início das primeiras discussões no Congresso Nacional sobre a Lei Geral da Copa, que em fase de projeto de lei já apontava para uma série de alterações e excepcionalidades no regime jurídico e que envolviam mecanismos de derrogação e suspensão de direitos, associados a uma certa forma de produção da cidade, sob a justificativa da realização da Copa 2014. Falamos aqui de uma extensa lista de alterações no ordenamento vigente e que atingem um leque tão amplo de temas tais como as formas de contratação pública, o regime tributário, o endividamento público, o uso de espaços e recursos públicos, os direitos do consumidor, a circulação e o comércio, liberdades civis e políticas e o uso de forças armadas na segurança pública.

O tema dos “dispositivos de exceção” postos em prática em torno dos preparativos e realização da Copa 2014 é tema de discussões que, com a aproximação do evento e a multiplicação de normas especiais, juntamente com seus efeitos, mobilizou gestores, parlamentares, juízes, advogados, órgãos de Estado (como Ministério Público estadual e federal, Defensoria Pública estadual etc.), além de acadêmicos, meios de comunicação, empresários e o debate público de modo geral. As consequências da inserção de tais dispositivos no ordenamento, que revelam um modo de governo específico das cidades, têm interesse para além do evento a partir do qual foi possível observá-las, se entendemos que

esse modo de governo não se reduz à realização da Copa 2014. Em torno disso, também se organizaram coletivos de ativistas, movimentos sociais, estudantes, entidades de classe, organizações de direitos humanos, e muitos outros. Donde o interesse em pesquisar de que modo se daria a inserção desses mecanismos no sistema normativo-jurídico, ou ainda: de que maneira o sistema de direitos, legislativo e jurídico, acolhe na sua própria lógica e dinâmica interna “dispositivos de exceção”, e como tais dispositivos operam nas “batalhas internas” ao sistema de direitos, que movem desde a produção legislativa até a interpretação das leis nos tribunais; nos interrogamos ainda se sua dinâmica utiliza-se também de mecanismos de derrogação e suspensão de direitos, a partir de certo grau de discricionariedade, de modo que tais dispositivos operam no modo mesmo como o ordenamento jurídico funciona e é funcionalizado, na lógica de uma “gestão das urgências” do mercado, como veremos no primeiro capítulo deste trabalho. Ainda no decorrer do trabalho de campo, e sobretudo durante os 30 dias de jogos, foi possível observar a maneira como tais dispositivos foram de fato colocados em prática em territórios específicos, revelando que este modo de governo também teria seus efeitos na produção da cidade, através de tecnologias de controle para gerir a circulação e fluxo de populações, articuladas com a expansão de mercado. É o que buscaremos mostrar no capítulo II.

Paralelamente, tomei conhecimento do relatório elaborado no âmbito da Relatoria para o Direito à Moradia Adequada da Organização das Nações Unidas - ONU, que tratava especificamente dos impactos dos megaeventos nas cidades que sediaram jogos olímpicos, entre outros, publicado em 2010. Em comentário à imprensa sobre as denúncias de violação do direito à moradia no contexto dos megaeventos, a Relatora Raquel Rolnik afirmou:

Esses eventos têm uma importância simbólica, têm um grande apelo nacionalista, mobilizam sentimentos que criam uma espécie de blindagem, como se para fazer isso acontecer valesse tudo (...) É aí que mora o perigo, neste estabelecimento do que meu colega Carlos Vainer chama de “estado de exceção”, em que as leis são suspensas e parte-se para o vale tudo. A gente sabe o que significa no Brasil o vale tudo. Mas há um histórico internacional de ilegalidades associadas a esses megaeventos esportivos, em relação à questão da moradia, aos direitos trabalhistas, à população de rua, aos vendedores ambulantes, entre outros¹.

1 Entrevista publicada no Jornal O Globo em 06/08/2011, disponível online em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/relatora-da-onu-denuncia-ilegalidades-em-remocoes-da-copa-olimpiadas-396854.asp>

O que o professor do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Carlos Vainer, chamou de *cidade de exceção*, em suas palavras, é

toda uma legislação ad hoc, específica e casuísta, para aproveitar a oportunidade de negócios. A regra coletiva, pública, sucumbe diante de uma sucessão interminável de exceções: regime diferenciado de contratação, isenção tributária para hotéis, isenção fiscal e alfandegária para parceiros do COI...²

Desde o anúncio da escolha do Brasil – em 30 de outubro de 2007, pela FIFA - para sediar a Copa do Mundo de 2014, noticiaram-se através da mídia local e internacional projetos e planos de intervenção do Estado, que se executariam em parceria com a iniciativa privada, necessários para “preparar o país” para receber tais eventos. Ampliação de aeroportos, abertura de vias de ligação entre estes e os hotéis, obras de infraestrutura em transporte público e a construção de modernos estádios (ou as novíssimas “arenas”) de futebol em doze capitais brasileiras, representavam a coroação de um projeto de desenvolvimento, o muito repetido legado prometido à sociedade a partir de tais intervenções. A Copa do Mundo era apresentada então como irrecusável oportunidade de projeção internacional e consequente captação de investimentos para as 12 cidades-sede resultando, por fim, em crescimento econômico. Por um lado, foi construído o discurso “oficial”, a partir de declarações de gestores públicos, que se sustentava em promessas de desenvolvimento das cidades-sede através de grandes obras, geração de empregos e renda e incremento do turismo, que culminariam na celebração da “paixão nacional” - o futebol - em uma grande festa e posicionariam o país definitivamente no cenário internacional como potência econômica e política. Naquele momento, ostentavam-se números e dados que revelavam melhoras sociais e econômicas significativas – como distribuição de renda, diminuição da pobreza, crescimento econômico e “pleno” emprego - a despeito da crise financeira internacional que se iniciou em 2008, de modo que, aparentemente, havia um certo otimismo em relação aos rumos que o país tomava: pairava no ar o “consenso” de que caminhávamos com tranquilidade rumo ao prometido país do futuro.

2 Entrevista publicada no jornal O Globo em 06/08/2011, disponível online em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/carlos-vainer-discute-megaeventos-cidade-de-excecao-396846.asp>

Por outro lado, algumas vozes dissonantes começavam a tecer questionamentos, desenvolver pesquisas e emitir críticas ao processo que se iniciava, mostrando preocupação face aos impactos sociais, políticos e econômicos que seriam esperados, tendo em vista o olhar sobre megaeventos esportivos anteriores em uma escala global. Remoções e deslocamentos forçados em larga escala para abrir espaço para obras de reestruturação urbana, banimento de moradores em situação de rua, perseguição e punição a trabalhadores ambulantes, entre outros temas, que apesar de já figurarem como efeitos de uma tradição de desigualdade social, passaram a circular no debate mais intensamente em razão da preparação para sediar o evento. Logo, em torno das discussões e dos primeiros efeitos se mobilizaram uma miríade de movimentos sociais e atores diversos, que até 2014 colocaram o tema em destaque na agenda política do país, como veremos ao longo deste trabalho.

Em pesquisa exploratória para a elaboração de um projeto de mestrado, constatei que os megaeventos esportivos – Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos – que aconteceriam nos próximos anos no Brasil, tinham se tornado um importante veículo para a realização de transformações urbanas com considerável impacto social, político e econômico. Autores como David Harvey, já em 1985, discutiam a questão urbana e pensavam o urbanismo como instrumento de gestão pautado na competição entre cidades por recursos financeiros, e que se utilizavam da realização de megaeventos esportivos como nova oportunidade para se reposicionar na vitrine global. Para o geógrafo, “o que está em jogo aqui é o poder do capital simbólico coletivo, das marcas especiais de distinção atribuídas a certos lugares, com poder significativo de direcionamento dos fluxos de capital” (2012: p.103) . Além de Harvey e Vainer, alguns autores (ARANTES: 2000; MASCARENHAS: 2011) sugeriam que o planejamento urbano das cidades-sede de tais eventos vinculava-se aos processos de implementação da estrutura necessária à sua realização, como estratégia de desenvolvimento e modo privilegiado de atrair capital no cenário internacional do neoliberalismo.

Copa como campo de gravitação de redes ativistas pelo direito à cidade

Nesse contexto, já no início de 2011 se formava o Comitê Popular da Copa – SP, grupo que reunia movimentos sociais, organizações de direitos humanos e diversos profissionais do direito e urbanismo para monitorar impactos e violações relacionados à Copa do Mundo em SP e articular os “atingidos”, movimentos, organizações e coletivos da cidade com o fim de oferecer resistência ao megaevento na cidade de São Paulo. Soube da formação deste grupo em razão da inserção nas redes de ativistas e movimentos sociais pelo direito à

cidade, nas quais circulava em razão da formação em direito e trajetória profissional ligada ao tema da questão urbana. Em 2006, estava no último ano da graduação em Direito e trabalhava no Instituto Polis, na área de direito urbanístico, onde estabeleci relações com movimentos de moradia da cidade a partir de uma rede local chamada “Fórum Centro Vivo”, através da qual se reuniam movimentos sem-teto de ocupações na região central, estudantes, pesquisadores, advogados e organizações, e também no Fórum Nacional de Reforma Urbana, rede nacional composta de representantes movimentos de moradia, representantes da universidade e ONGs. Minha trajetória profissional e militante prosseguiu atravessada por esse campo até 2011, quando ingressei no Comitê Popular da Copa - SP, curiosa com as notícias que apenas começavam a circular sobre a preparação do país para o evento. Em agosto daquele ano, comecei a participar das reuniões após fazer contato com militantes ligados ao movimento de moradia e às lutas urbanas.

Essas redes não são novas: datam pelo menos da década de 1980, e em 2010 e 2011 foram também o solo que permitiu a formação de Comitês Populares da Copa nas doze cidades-sede do país, bem como a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – a ANCOP. São, grosso modo, compostas por militantes, ativistas, advogados, defensores públicos e operadores do direito em geral, urbanistas, arquitetos, geógrafos, psicólogos, professores, assistentes sociais, que apoiam lideranças comunitárias e de movimentos nacionais e locais de moradia e ocupação, além de pesquisadores, estudantes, jornalistas, profissionais diversos ligados a organizações não governamentais e/ou de defesa dos direitos humanos, e também se conectam, em São Paulo, aos mais recentes coletivos de ativistas, de modo que se articulam os temas – e os conflitos - da produção da cidade com o antagonismo à guerra às drogas e a militarização. Politicamente, misturam-se tendências governistas, socialistas, comunistas, anarquistas e indivíduos não organizados.

Essas redes têm como estratégia política principal (embora longe de ser a única) a defesa do que se chama o “direito à cidade”, campo em que se articulam, entre outros, temas como trabalho, moradia e transporte. Como formas de ação, utilizam desde a clássica propaganda por todos os meios de comunicação disponíveis, à defesa jurídica e política de ocupações de prédios e terrenos ameaçados de despejo, passando por demandas de terrenos ocupados e cadastro em programas de moradia – incluindo alguma participação na gestão de tais programas, protestos e manifestações – como o Movimento Passe Livre, por transporte público gratuito, e também a defesa jurídica de manifestantes e do direito à manifestação. Mas não é só: a defesa jurídica coletiva e individual em direitos humanos contra a violência policial nos territórios como a chamada “cracolândia”, na região da Luz, ou nos extremos

leste e sul de São Paulo, ditos periféricos. Por fim, atuam no monitoramento de projetos urbanos (visando incidir politicamente) como as operações urbanas e concessões urbanísticas, plano diretor, operações “saturação” etc. Ressalto a face da batalha institucional e jurídica no campo dos direitos humanos pois aqui se articulam os temas discutidos no primeiro capítulo acerca dos dispositivos de exceção.

O campo político organizado em torno dos movimentos sociais urbanos, em que gravitam, além dos operadores do direito, ativistas, trabalhadores e habitantes de toda a cidade, tem protagonizado protestos frequentes nas ruas, ocupações, greves etc, sinalizando a retomada, nesta década, da agenda política da reforma urbana que teve grande relevância nos anos 1980 e 1990, agora agregada aos temas, formas de ação, coletivos e movimentos sociais mais “novos” ou recentes - aqueles que apoiam os movimentos de ocupação e a seu modo reivindicam o uso comum dos espaços públicos, a mobilidade urbana e também a vida – não ser morta(o) nas “quebradas” onde se faz o uso e comércio de varejo da droga, que se somam aos muito tradicionais movimentos de moradia e ocupação urbanos. A cidade é, afinal, o *plano de referência* que articula os dispositivos de exceção, os modos de sua territorialização e as formas de resistência que se voltaram contra os megaeventos. Neste ponto, cabe localizar o que entendemos ao colocar a cidade como plano de referência, nas “notas inconclusas”³ de TELLES (2013), que recuperam a história urbana para colocar, lado a lado, os conflitos em torno da produção do espaço e do mercado, e a sua lógica militarizada:

Muitos de nós tiveram o privilégio de flagrar e acompanhar a “pacificação” de territórios urbanos, também as prisões, na primeira metade dos anos 2000, anos que traziam as marcas das histórias transcorridas nos anos 1990 e das disputas mais do que sangrentas que se constelaram justamente na virada da década. Daí para frente, nos anos que se passaram, muita coisa mudou nas periferias urbanas (na cidade e no país). (...) De um lado, uma celebração festiva (e de fortíssimo apelo midiático) de uma pobreza transformada em mercado (vide a aclamada e festejada conversão do “pobre” em “classe C”) e, de outro, o endurecimento das formas de controle e lógica militarizada de gestão dos espaços urbanos, dos conflitos urbanos e das dissonâncias que emergem, por todos os lados, na ordem urbana (...) Retemos a cidade como plano de referências é, de um lado, o que nos permite colocar nossas questões – e inquietações – em diálogo com os dilemas postos no mundo contemporâneo, trabalhando as transversalidades e ressonâncias de uma experiência que faz da cidade, efetivamente, um campo de batalha, mas também um campo de experimentação histórica na qual estamos todos envolvidos.

Em razão também da trajetória nas redes do direito à cidade, os impactos sociais e políticos que um tal “projeto de desenvolvimento” poderia acelerar ou intensificar nas cidades

3 TELLES, Vera da Silva. *Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 359-373.

brasileiras despertaram meu interesse como pesquisadora e como ativista. Foi a partir do Comitê Popular da Copa-SP que cheguei a Itaquera e ao coletivo Comunidades Unidas, em junho de 2012. Foi também participando do Comitê que passei a integrar a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP, em janeiro de 2012. Naquele início da pesquisa, o projeto de mestrado propunha discutir o campo de conflitos na cidade, a partir das intervenções no espaço urbano ligadas à preparação da cidade para a Copa 2014 – especialmente em Itaquera, nas favelas e assentamentos ao redor do que se tornaria o estádio sede da Copa em São Paulo. O primeiro momento do trabalho de campo (2012 / 2013) se voltou para os modos como as transformações urbanas estariam alterando e reconfigurando relações sociais e a produção do espaço urbano, e consequentemente, o campo do conflito. O projeto indicava, por outro lado, o conjunto de normas especiais que já se produziam justificadas pelo megaevento, o que, saltou aos olhos e me inquietou, orientada também por um campo de referências teóricas da filosofia e sociologia, que sugeriam um olhar atento sobre normas e minúcias institucionais, onde se dariam disputas de poder. De início, uma pergunta: em que medida é pertinente investigar, numa pesquisa sociológica, a preparação de um megaevento esportivo?

No decorrer da pesquisa e das incontáveis idas a campo em Itaquera e nas reuniões do Comitê Popular da Copa, no centro, surgiram dificuldades e dúvidas em relação às intervenções urbanas e ao território que se pretendia investigar; rumores, informações incertas, reuniões e conversas com gestores e moradores que nada esclareciam. Seguir as pistas e evidências dos modos de funcionamento do Estado naquele contexto, utilizando por ferramenta a noção de *ilegibilidade do Estado* (DAS & POOLE: 2004) não foi, no entanto, o atalho escolhido. Considerando que a Comunidade da Paz era mais uma favela ameaçada de remoção forçada em São Paulo, no meio do caminho de um possível novo vetor de expansão urbana, e observando os modos de operação do poder público, as velhas relações de clientelismo com políticos locais, também o “trabalho de base” para mobilizar pessoas a lutarem por suas casas – e que ao final produziu um plano popular alternativo de urbanização, o caminho me levaria, talvez, a confirmar aquilo que já sabíamos: a produção da cidade através da *acumulação por despossessão* era impulsionada por um megaevento esportivo que, pautado pelo empresariamento urbano, abriria um novo vetor de expansão imobiliária e levaria à expulsão dos mais pobres para periferias mais distantes, num contexto de crise do capital, que é também a crise urbana (HARVEY: 1985, 2012), já mostradas e demonstradas pelas muitas pesquisas no campo da sociologia, do direito e do urbanismo. Não quero dizer aqui que essas sejam questões de menor importância: é também aí que se dá a disputa política

pela cidade, é nos meandros dessa dinâmica que se disputam modos de governo. Mas persistia a sensação de que esse caminho não poderia dar conta dos problemas que se colocavam e das questões que verdadeiramente me interpelavam.

Nos anos que antecederam a realização da Copa 2014, percebemos a multiplicação de conflitos por toda a cidade. De início, o aumento significativo das greves de trabalhadores, tendo alcançado em 2012 o maior número desde 1997⁴, envolvendo diversas categorias de trabalhadores urbanos (metroviários, motoristas e cobradores de ônibus, operadores de telemarketing, professores etc.) com êxito em 75% delas, segundo o DIEESE, - inclusive à revelia de sindicatos, como o caso dos garis, no Rio de Janeiro. Ocupações de terra nos extremos sul e leste e de imóveis abandonados no centro se multiplicavam, seguidas de reintegrações de posse e despejos violentos, seguidos de mais ocupações. Ônibus incendiados dia sim, dia não, às dezenas, por todas as “quebradas”. Também: desconforto, superlotação, demora, tarifas que reduzem consideravelmente o poder de compra dos salários e um serviço público dominado por famigerados empresários e suas ligações perigosas. Soma-se ainda a violência policial cotidiana, como padrão de reação dos governos aos conflitos, ao lado do encarceramento crescente da população. A combinação traduzia uma espécie de “ronco surdo da batalha” (FOUCAULT: 1987) para quem se dedicava a ouvir.

E então, veio junho de 2013, com o aumento das tarifas de ônibus e metrô em São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 em São Paulo, também com suas multidões, barricadas e violência estatal (proporcional à ousadia em resistir), para recolocar o conflito urbano em outro patamar. A cidade – por sua circulação - foi feita de instrumento e arma de pressão, com as principais vias travadas dia sim, dia não, o que tornou o cotidiano. Em 14 dias, passaram-se meses, tamanha a intensidade com que vivemos os acontecimentos que certamente marcarão essa geração, seu pensamento e prática política. O “mundo em conflito”, que apenas pressentíamos no cotidiano da vida na cidade, na militância pelo direito à cidade e também na pesquisa sociológica, vazou por todos os lados, de modo que uma juventude anticapitalista criada em pleno neoliberalismo logrou, a custo de algum sangue e suor, mas sem mediações nem representações, alargar o horizonte do possível, recolocar a política no cotidiano dos habitantes da cidade e desmanchar consensos tidos como inquebrantáveis. Depois de junho, o

4 DIEESE: Balanço das Greves em 2012. In: Estudos e Pesquisas, n. 66, Maio de 2013.

número de ocupações em São Paulo aumentou⁵, assim como o número de ônibus incendiados. A revolta se espalhou.

O Governo neoliberal das cidades

Por ocasião do exame de qualificação (em agosto de 2013) as sugestões da banca, à luz dos acontecimentos daquela conjuntura, reforçaram a importância de um olhar especialmente voltado às “novas” - fristem-se as aspas - redes de resistência que atuavam como antagonistas ao processo de re-estruturação urbana no contexto da gestão neoliberal das cidades, para o qual a Copa se mostrava um laboratório de experimentação de tecnologias de governo, ou ainda, de dispositivos urbanos de segurança e controle social. Nos termos foucaultianos, trata-se da *governamentalidade*, ou certa racionalidade de governo sob o neoliberalismo, ferramenta teórica que utilizaremos nesse trabalho para pensar como operaria um governo neoliberal das cidades. Mas então seria preciso, antes de seguir, esclarecer o que entendemos por *neoliberalismo*.

Foucault (2008) recupera, nos cursos *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*, o problema político que se colocou para o governo no final do século XVIII e primeira metade do século XIX: o problema do governo da população. Seguindo sua genealogia, a relação do poder com o sujeito não seria mais simplesmente uma forma de sujeição que permitiria ao poder retirar do indivíduo seus bens, riquezas, e no limite, seu corpo, sua vida. Deveria exercer-se sobre os indivíduos considerando-os como espécie biológica – a população, interferindo inclusive sobre seu meio (em seu território), para então utilizar-se dela como máquina de produzir riquezas, bens, para produzir outros indivíduos e aumentar a riqueza. Essa racionalidade de poder se ocupava, então, da demografia, das epidemias, da higiene e saúde pública, da velhice e tudo quanto retira o indivíduo do trabalho, e também das relações com seu meio, com o clima, ocupando-se para tanto do urbanismo.

5 Cresce o número de ocupações no extremo sul em São Paulo. Rede Brasil Atual, 11 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/08/cresce-o-numero-de-ocupacoes-no-extremo-sul-de-sao-paulo-3246.html> acesso em agosto de 2013. Ver também: O boom das ocupações. Entrevista com Guilherme Boulos. Blog do Morris, Folha de S.Paulo, 08/05/2014. Disponível em: <http://blogdomorris.blogfolha.uol.com.br/2014/05/08/filosofia-lacan-e-mtst-no-campo-limpo/> Acesso em maio de 2014.

A partir da formulação⁶ sobre as novas técnicas de poder que definem a *governamentalidade*, desenvolvida no seio de uma nova racionalidade política e de novas tecnologias de poder, a saber: a *biopolítica* – cujo alvo é primordialmente a população, mas também o espaço urbano –, fundada na gestão dos riscos, noção emergente no século XIX com o liberalismo, e pensando a cidade como lugar de circulação a partir das primeiras reformas urbanas, a gestão de populações é prática central na discussão desta dissertação, em que buscamos analisar a possível relação entre a *governamentalidade* e os dispositivos de exceção colocados em prática com a produção de legislação especial. A *governamentalidade*, em Foucault, consiste no governo das condutas: agir de modo a estruturar o campo de ações possíveis do outro, tendo a liberdade como arma, considerando o sujeito “livre”. Esta racionalidade, que tem como alvo a população, coloca para o governo a função de “melhorar sua sorte, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.”⁷ Em linhas gerais, o *dispositivo de governo* se compõe pelo

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.⁸

Ao buscar gerir o “bem comum”, a *governamentalidade* vem atualizar e aguçar os dispositivos da soberania e disciplina. Os três dispositivos investigados por Foucault se reconfiguram e sobrepõem, constituindo uma ordem de problemas que o campo de referências do direito, partindo de uma teoria da soberania, não teria como resolver. Foucault analisa a emergência desta nova racionalidade a partir do problema da gestão da *população* como sujeito a ser conduzido, em seus fluxos, circulação, saúde. Das campanhas de vacinação às primeiras reformas urbanas, examina as instituições, procedimentos e táticas que permitem exercer o poder sobre a população, bem como os saberes que compõem com este poder: a estatística, a economia política, o urbanismo. As reformas urbanas do século XIX dão pistas para o presente: criar e esquadrihar os espaços urbanos, segregar, não misturar, normalizar, visando a gestão das multidões, conduzir o fluxo das populações, inserindo a cidade na rota de circulação das riquezas e comunicações com o entorno (FOUCAULT, 2008). Neste sentido, o ordenamento dos territórios urbanos, matriz do urbanismo moderno, pretende minimizar os

6 FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*, São Paulo: Martins Fontes, 2008.

7 Idem, p. 289

8 *A Governamentalidade in Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 291.

riscos das “inconveniências” e fazer a circulação da cidade a melhor possível, interferindo no meio onde habita a população e na interrelação dos elementos que constituem este meio. Por fim, Foucault vê na segurança o dispositivo central de gestão do risco, pelo cálculo de probabilidades e toda a racionalidade que pauta as políticas gestionárias do Estado liberal.

No curso Nascimento da Biopolítica, ele analisa o liberalismo como racionalidade política a partir do ordoliberalismo, na Alemanha de 1848 a 1962, caso em que o liberalismo se forjou em um quadro institucional e jurídico que oferecesse as garantias e limitações da lei. Em seguida, recupera os debates do neoliberalismo americano da Escola de Chicago, em que se revela um movimento oposto: o neoliberalismo busca estender a racionalidade do mercado, como critério, para além do domínio da economia, à família, natalidade, delinquência ou política penal. (ibidem, p. 823-824). A principal diferença para o velho liberalismo seria a seguinte: a relação entre poder e mercado não pode mais ser de delimitação recíproca de campos diferentes. Não vai haver o jogo do mercado que é preciso deixar livre e, depois, o campo em que o Estado começa a intervir, pois, precisamente, o mercado, ou melhor, a concorrência, que seria a própria essência do mercado, só pode surgir se for produzida, e só é produzida por uma governamentalidade ativa.

A partir daí, Foucault abordará a questão do liberalismo não como teoria ou ideologia, mas como “uma prática, ou seja, um modo de fazer, orientado por objetivos e regulado por uma reflexão contínua” (ibidem, p.819), voltada tanto à captura do estado e à submissão de suas ações ao regime de verdade da concorrência, quanto à constituição de sujeitos empreendedores, como princípio e racionalização do exercício de governar. Nessa racionalidade, o mercado assume lugar privilegiado para limitar a ação do governo, e por outro lado, a forma-empresa se multiplica (a ideia de uma sociedade que se funda nas relações contratuais entre indivíduos, como instrumento para moderar ou limitar a ação do governo), de modo que a economia de mercado passa a ser o critério de verdade a orientar as práticas e processos governamentais:

É essa multiplicação da forma "empresa" no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade (2008: p. 203, *aspas no original*).

Mas Foucault nos alerta: “a democracia e o estado de direito não tem sido necessariamente liberais, nem o liberalismo é necessariamente democrático ou está vinculado às formas do direito” (Ditos e Escritos III, p.822). Donde se justificou a escolha por dar estatuto ao conjunto de “leis de exceção” que se expandia diante de meus olhos – como hipótese: a saber, os nexos entre mercado e dispositivos de exceção, entre formação de

mercados e poder, e sobretudo pelo intenso envolvimento desta pesquisadora na militância, voltar o olhar da pesquisa para as ameaças às liberdades civis e políticas que afetariam diretamente o fazer coletivo das redes ativistas, mas não apenas essas redes, que por sua vez se ampliavam e reinventavam os repertórios de ação política. Assim, a mira da pesquisa de mestrado se voltou para a miríade de atores e relações de poder estabelecidas nesse campo, bem como aos dispositivos urbanos de segurança e controle social, seguindo os acontecimentos que marcaram a trajetória do Comitê Popular da Copa SP, posto de observação privilegiado, como campo de antagonismos que se formou, bem como as relações desses atores com o Estado. Ao final, as escolhas se definiram: descrever a preparação do evento partindo, não das intervenções urbanas em Itaquera, mas de um olhar atento às brechas abertas pela legislação especial para, então, observar como se daria a territorialização desse *dispositivo de governo*, no coração da cidade e, enfim, procurar saber em que lugares as “contra-molas” do poder se instalavam.

2. Inserção no campo

Desde logo, é importante explicitar que uma eventual “dicotomia” entre a militante e a pesquisadora dá lugar a uma trama que vou tecendo a partir de uma entrada em campo específica: como participante do Comitê Popular da Copa, lugar que remete à caminhada anterior como advogada e militante. Evidentemente que essa entrada não se deu sem questionamentos, dúvidas, hesitação. No percurso da pesquisa, as experiências vividas em campo constantemente me colocavam a interrogação sobre minha posição nestas relações e os limites que poderiam colocar em risco a própria pesquisa. Conhecendo a bela discussão feita por Daniel De Lucca⁹ (2007) em sua dissertação em torno da população de rua, estava atenta às críticas já efetuadas nas ciências sociais sobre o perigo da militância para pesquisadores, a dita “participação observante” que, “ao aceitar não refletidamente as categorias, explicações e acusações formuladas pelos grupos e pessoas estudadas em campo”, tenderia a substituir categorias sociológicas pelas categorias nativas. Mas, assim como De Lucca, considero que minha participação nas redes de militância pelo direito à cidade teve mais a contribuir na

9DE LUCCA, Daniel. *A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

produção da pesquisa do que os riscos que corria com a ambiguidade colocada, em primeiro lugar, pelo acesso que tive a informações, discursos, notícias, rumores, tudo que circulava em torno do tema da Copa 2014 e das lutas na cidade. Foi construída uma relação em que não era vista no Comitê Popular simplesmente como pesquisadora, mas como colaboradora e membro da articulação, exercendo funções e realizando tarefas que permitiram circular por diversos espaços, inclusive em outras cidades, de modo que a rede de atores estava próxima o suficiente para ser acessada.

Em segundo lugar, não pretendo com esta pesquisa responder à pergunta prática “o que se deve fazer”, que deve ficar reservada aos círculos ativistas, exclusivamente. As perguntas que aqui se colocam são de natureza política, e se referem a um projeto de conhecimento em que teoria e política não se excluem. Como mostra De Lucca, essa pergunta “implica em si mesma uma concepção sobre o que é o mundo social e sobre como atuar nele, é um modo de agência que já implica numa certa compreensão sobre aquilo que age”. De modo que não se trata de fazer a pesquisa livre de questionamentos políticos, mas de remanejar “sua posição no interior de minhas preocupações investigativas, assentado-a como um dos próprios objetos da análise” (ibidem, p.16) para melhor compreender o mundo em que se atua. Também não foram raras as oportunidades em que tive receio de colocar em risco a militância, ao revelar informações e histórias que pertenciam ao universo das resistências, construindo um mapa político que pouco contribuiria com as lutas. Confidenciei esse receio também para as pessoas mais próximas que compunham o Comitê Popular da Copa, que me ajudaram a pensar formas de evitar expor demasiado as questões internas, cujo interesse para a pesquisa é, ao mesmo tempo, irrelevante. Todo cuidado foi tomado e a preocupação em preservar o que fosse necessário foi uma constante no processo de escrita.

Mas principalmente, o lugar de onde falo, com suas tensões, é um lugar que envolve ser de muitas maneiras afetada. O que se passou nos três anos de trabalho de campo foi algo como uma “etnografia por afetação”, definição que Favret-Saada¹⁰ (2005) formulou para falar de uma certa maneira de ocupar posição no sistema em estudo, deixando-se afetar por ele, descrevendo aquilo que se vê desse posto de observação. Assim, sem pretender colocar-se “no lugar do outro”, sem tampouco supor que seria possível estabelecer uma distância “segura” entre observadora e observado, deixei-me afetar e busquei descrever essa experiência da maneira como a vivi, pensei e senti. E se o lugar de onde falo não tem pretensão de

neutralidade, por sua vez, as pessoas com quem me relacionei nesses espaços, sobretudo nas entrevistas concedidas à pesquisa, estavam plenamente cientes da minha condição de pesquisadora e estabeleceram, comigo, relações de confiança em que se estabeleceram acordos recíprocos tais, que terminaram por dissolver as últimas dúvidas em relação ao quanto se poderia contar de todo o observado, falado e vivido. É entendendo que a produção de saberes também se faz como luta (Foucault, 2008) e que há uma história das lutas a se fazer, que decidi seguir por esse caminho.

3. Estrutura da dissertação: apresentação dos capítulos e hipóteses

Passo agora à introdução propriamente dita, em que vou situar o problema e as hipóteses que a pesquisa propõe, em uma breve apresentação dos capítulos, junto à discussão teórica no cerne da pesquisa, qual seja, pensar a Copa do Mundo 2014 como <<dispositivo>> de gestão de uma ordem em disputa, ou: dispositivo de governo de populações, na cidade de São Paulo, entre 2011 e 2014. Essa pesquisa aproveitou muitas das “ferramentas” oferecidas por Michel Foucault e tem no seu pensamento uma das referências que orientam nosso olhar sobre a cidade e suas relações de poder e disputas.

A Copa 2014 oferecia um feixe de elementos e linhas de força demasiado amplo para permitir a formulação de uma questão. Ao buscar um fio condutor que servisse de guia para a deambulação pela temática da Copa, procurando enfim dar um recorte ao problema e objeto da pesquisa, passei a interrogar a Copa 2014 enquanto <<dispositivo>> de governo (FOUCAULT: 1982). O ponto de interesse estava precisamente no fato de que esse evento parecia articular elementos tão diversos quanto a “questão urbana” (em que o capital imobiliário exerce papel fundamental, induzindo grandes obras e transformações na paisagem da cidade, ao mesmo tempo em que induz aos conflitos sociais relativos à terra urbana), os sentidos da lei e da ordem, as tecnologias de controle e militarização, discursos desenvolvimentistas, corporações transnacionais, trabalho informal, o uso do futebol nesse contexto, etc.

Nas palavras do filósofo¹¹, o termo <<dispositivo>> é mobilizado para

demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais,

11 Entrevista de Michel Foucault a Alain Grosrichard, in: *Microfísica do Poder*, p. 244 (Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1982)

filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (...) Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

Lancei mão dessa noção como hipótese, para colocar, lado a lado, os efeitos e impactos do evento, as leis produzidas especialmente nesse contexto, suas tecnologias, a territorialização dos dispositivos de segurança e controle de fluxos na cidade (o Vale do Anhangabaú e a FIFA FanFest) e a Copa Rebelde, com suas redes de atores articulados em torno do futebol e da Copa 2014, entendendo todos esses elementos como parte do dispositivo de gestão governamental. Todos esses elementos se articulam em uma rede de jogos e mudanças, e o dispositivo teria, então, a função estratégica de responder a uma certa urgência: a crise urbana.

A escolha estava conscientemente pautada pela tomada de posição política, e ao mesmo tempo se situava em um projeto de conhecimento que, paulatinamente, vai se desenhando: considerando que as leis têm efeitos de poder, e que onde há poder, há resistência (FOUCAULT: 2008), seria preciso investigar de que modo o *dispositivo de governo* articularia técnicas, tecnologias, leis, discursos e instituições, é dizer, interrogar os modos de funcionamento e captura de um governo neoliberal das cidades na sua minúcia, observando para isso o acontecimento da Copa 2014 em São Paulo, interrogando também a possibilidade de sua desativação a partir de “contra-condutas”.

Para pensar a Copa 2014 como *dispositivo de governo* escolhi, entre as incontáveis situações, histórias, informações e elementos acumulados no percurso da pesquisa, três cenas descritivas que permitissem problematizar o megaevento sob três diferentes aspectos.

No primeiro capítulo, a cena 1 descreverá o documento de garantias governamentais à FIFA, para então tratar das muitas normas, entre mudanças institucionais, leis, decretos e portarias que se produziram sob a justificativa de um evento excepcional. Em seguida, buscarei descrever de que maneira se articulam a entidade reguladora do futebol, corporações patrocinadoras, empresas da construção civil e todo um mercado ao redor do megaevento, para analisar efeitos e possíveis significados desse megaevento na esfera jurídica e urbana.

A Lei Geral da Copa e as demais normas que se produziram oferecem pistas para compreender a lógica da atuação do Estado nos termos de uma nova governamentalidade. A

excepcionalidade da delimitação estatal de um território cuja soberania pertence a uma associação privada, os elementos de controle social e gestão de populações para garantir a vitrine global de exibição da cidade-empresa e, principalmente, o papel do Estado como financiador-garantidor dos lucros privados¹² serão analisados à luz da relação íntima entre Estado e mercado, e as consequências que Agamben (2004) aponta na continuidade da reflexão proposta por Foucault, sobre o dispositivo jurídico da exceção. Nossa hipótese, portanto, é que as leis de exceção produzidas na "urgência" da Copa 2014 revelam todo um novo ordenamento que se desenha, pautado no regime de mercado.

No segundo capítulo, descreverei o modo com que algumas das normas descritas no capítulo anterior puderam se territorializar, tomando como ponto de partida o estabelecimento das “zonas de exclusividade comercial” - as chamadas FIFA FanFest (nossa cena 2). A prática de monopólio da atividade comercial por um grupo seletivo de corporações no espaço público, o papel do Estado na delimitação do cerco físico ao espaço e na gestão dos fluxos de pessoas pela via da militarização e a maneira peculiar pela qual trabalhadoras informais foram incorporadas ao processo serão descritas nesse capítulo, que oferecerá uma cena mais “concreta”, delimitada no território do centro da cidade, onde puderam se observar na prática algumas das leis de exceção discutidas no capítulo I. Assim, pretendemos “ligar os pontos” entre o governo neoliberal das cidades e sua mão armada: um “novo urbanismo militarizado”, tal como proposto por Stephen Graham (2010). Nossa hipótese é que, para assegurar a criação e expansão de um mercado, assim como a gestão da circulação de pessoas, mercadorias e bens, o governo neoliberal das cidades requer o controle social e a militarização da gestão urbana. Sabemos, no entanto, que a relação entre esses três termos não é evidente: se é verdade que toda a discussão de Foucault traz elementos para pensar a questão pela noção de governamentalidade – gestão das populações, por outro lado restaria ainda entender as configurações que isso assume no cenário contemporâneo e, em particular, a lógica militarizada das formas de controle nos espaços urbanos, sobretudo considerando as particularidades e história do caso brasileiro. Tal lógica militarizada, localizada para além da matriz discutida por Foucault, passaria a pautar os modos como se faz a gestão dos espaços, das populações etc. A gestão dos riscos posta na linguagem bélica da “guerra urbana” é questão de pesquisa ainda a ser entendida: suas matrizes e as razões que fazem com que passe

12 Lei Geral da Copa, artigo 22: “A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do § 6º do art. 37 da Constituição Federal.

a primar na gestão urbana e política das cidades contemporâneas merece uma discussão mais cuidadosa do que a que pudemos alcançar nessa dissertação.

No terceiro capítulo, tratarei da maneira como a Copa 2014 foi *problematizada* por movimentos sociais em São Paulo, aproveitando a experiência de três anos de trabalho de campo com observação etnográfica, entrevistas e envolvimento militante junto ao Comitê Popular da Copa SP. A cena 3 é a Copa Rebelde, evento que se realizou em quatro edições entre dezembro de 2013 e julho de 2014. Ao final do capítulo, proponho pensar a cena a partir da noção de criação do comum urbano, tal como proposta por David Harvey (2012). Nossa hipótese no Capítulo III é que a Copa 2014 reconfigurou o conflito político pelo direito à cidade, permitindo colocar o futebol no centro de um campo de gravitação que articulou uma rede de diferentes movimentos urbanos.

*Nem todos são iguais perante a Lei,
na medida em que estejam criadas as condições jurídicas para isso.*

Luis Fux, Ministro do Supremo Tribunal Federal

CAPÍTULO I – AS REGRAS DO JOGO

Neste capítulo, irei mapear as normas - leis, decretos, portarias - confeccionadas entre 2007 e 2014, que permitiram inserir diversos *dispositivos de exceção* na ordem jurídica vigente, sob a justificativa da organização e realização da Copa 2014 no Brasil. Na primeira sessão, tomo como ponto de partida o *documento de garantias governamentais à FIFA*, de 2007, para então apresentar as normas que se seguiram e suas peculiaridades em relação ao arcabouço legislativo vigente. Na segunda sessão, partindo de uma descrição da FIFA e dos atores que ela articula – sobretudo a partir dos anos 1970 - passo a discutir os efeitos e possíveis significados desse megaevento na ordem jurídica e urbana, que foi caracterizado por uma urgência a ser respondida - e poderia ser pensado como *dispositivo de governo*.

Sessão 1. Cena 1: O documento de garantias governamentais à FIFA

Brasília, 29 de junho de 2007. Lula, Presidente da República, envia carta a Joseph Blatter, presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), sediada em Zurique, contendo as garantias governamentais para a Copa do Mundo FIFA 2014 (Copa 2014), assinadas por ele e por onze de seus ministros de Estado, que teriam sido solicitadas pela FIFA como condição para a aprovação da candidatura brasileira para sediar esse evento, bem como a Copa das Confederações 2013.

O processo de escolha do país-sede se inicia em 2000, quando o Comitê Executivo da FIFA implantou um sistema de rodízio de continentes para sediar a Copa. Em 2003, ao anunciar que o Mundial de 2010 seria na África do Sul, a FIFA afirma também que o Mundial de 2014 seria na América do Sul. Em abril de 2007, quando a Confederação Brasileira de

Futebol (CBF) inscreve oficialmente sua candidatura, a FIFA confirma o país como o único candidato. Não houve, portanto, um processo de competição entre países para sediar a Copa 2014¹³. O Brasil é confirmado como país-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 em 30 de outubro do mesmo ano.

As garantias contidas no documento seriam as bases para a Lei Geral da Copa (LGC), aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente Dilma em junho de 2012, e para outras diversas normas elaboradas especialmente para os megaeventos. É importante destrinchar seu conteúdo, que seria depois transformado em lei, pois nos permite inferir, neste capítulo, que o processo de produção normativa¹⁴, bem como seu conteúdo, observados a partir do caso da Copa 2014, já estavam previamente definidos ao iniciar a tramitação na arena política de negociação do Congresso Nacional, a partir de um documento que não se constitui como norma, senão como espécie de “contrato de adesão” do governo com a entidade privada. Este documento veio a público somente em março de 2012, quando o Congresso discutia a aprovação da lei.

Essas garantias constituem um “caderno de encargos” que os governos dos países que pretendem sediar a Copa do Mundo FIFA devem assinar, para que a candidatura da respectiva confederação nacional de futebol seja considerada pela entidade privada. Como veremos a seguir, o documento de garantias não tem o mesmo estatuto ou valor jurídico-legal de tratados internacionais, sejam aqueles de direitos humanos que os estados são signatários, frente a organizações como a ONU (e que envolvem um processo de ratificação através do Congresso Nacional, no nosso caso, para então alcançarem o status de lei, logo abaixo da Constituição

13 Sobre o processo de escolha dos países-sede da Copa, ver: FIFA lança rodízio e Copa 2010 na África. Folha de S.Paulo, Caderno Esporte, 16/03/2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1603200112.htm> e FIFA critica candidatura única do Brasil à Copa de 2014. O Estado de S.Paulo, caderno Esportes, 12/10/2007. Disponível em <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-critica-candidatura-unica-do-brasil-a-copa-de-2014,64166>

14 Por “processo de produção normativa” entendo o conjunto de atos legislativos, por qualquer dos três poderes (executivo, legislativo ou judiciário) que tem como resultado uma norma – lei, decreto, portaria – integrada ao ordenamento jurídico.

Federal), sejam os tratados comerciais e de cooperação assinados entre governos e países, que envolvem obrigações e contrapartidas recíprocas. Trata-se de um acordo *sui generis* entre um governo e uma entidade privada, que, detentora dos direitos sobre o campeonato mundial de seleções de futebol, arroga-se a prerrogativa de determinar deveres e obrigações sem no entanto oferecer contrapartidas concretas, como no caso dos contratos comerciais. Por outro lado, poderíamos dizer que trata-se de uma imposição da FIFA, se deixássemos de considerar que cada governo candidato a sediar a Copa do Mundo em alguma medida aceita, voluntariamente, tal imposição, em troca das supostas vantagens de visibilidade internacional que o evento proporcionaria ao país-sede.

O texto começa explicitando o apoio à candidatura da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para sediar a Copa 2014 e o compromisso do governo brasileiro em oferecer todas as condições necessárias para tal empreendimento, e afirma que com “democracia consolidada, economia em plena expansão, o Brasil é uma grande oportunidade de investimentos e negócios para empresas de todo o mundo”¹⁵.

A primeira garantia refere-se à concessão de vistos de entrada no país, na qual o então Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, assegura que vistos de entrada e permissão de saída seriam concedidos sem nenhum custo ou cobrança, incondicionalmente, sem quaisquer restrições, a:

(I) Todos os membros da delegação da Fifa; (II) Oficiais de Confederação da Fifa; (III) Oficiais das associações de membros participantes; (IV) Oficiais de jogos; (V) As equipes; (VI) Equipes de afiliados comerciais ; (VII) Emissora anfitriã, agência de direitos de transmissão e equipe de transmissão; (VIII) Equipe dos parceiros de produtos e vendas da Fifa, provedores de acomodação da Fifa, parceiros de ingresso da Fifa e parceiros de soluções de TI [Tecnologia da Informação] da Fifa; (IX) Equipe de provedores/parceiros de serviço de hospitalidade oficial da Fifa; (X) Clientes de hospitalidade comercial da Fifa; (XI) Representantes da mídia e (XII) Espectadores em posse de ingressos válidos para a partida e todos os indivíduos que possam demonstrar envolvimento nas competições uma vez que eles possam demonstrar de maneira razoável que estão entrando no país em conexão com atividades relacionadas às competições.¹⁶

15 Garantias Governamentais à FIFA. Governo Federal, BRASIL, 2007, p.2. Documento original em português acompanhado da tradução juramentada para o inglês e assinado pelo chefe de estado e ministros, publicados pela Agência Pública em maio de 2012. Disponível em <http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/> Acesso em junho de 2012.

16 Garantias Governamentais à FIFA. Governo Federal, BRASIL, 2007, p.35. Documento original

Esta garantia suspende os procedimentos de praxe para a concessão de vistos de entrada no país, que segundo o Itamaraty¹⁷ e as leis vigentes, incluem a apresentação de documentos, preenchimento de formulário, pagamento de taxas, entre outras medidas. No caso das diversas pessoas acima listadas, não haveria restrições ou custos para ingressar no país. Em que pese o Brasil ser um país de fronteiras relativamente abertas a estrangeiros, há grupos imigrantes – bolivianos, paraguaios, haitianos etc. - que ficam anos à espera de regulamentação de sua situação ilegal no país.

Vale dizer que no âmbito das relações entre governos e estados é razoável e previsto que sejam adotados procedimentos diversos dos habituais relativos à população civil, como no caso de passaportes diplomáticos e prerrogativas de representações de estado, sem que isso configure necessariamente abuso ou exceção – faz parte das relações protocolares entre governos e estados. No caso do acordo entre governo brasileiro e FIFA, o texto amplia esse procedimento para a atuação de interesses privados, agentes e atores de mercado e toda a trama de relações de mercado construída em torno da FIFA. Nas minúcias da norma, revelam-se relações entre poder e mercado, entre produção normativa e mercado, e seus efeitos imediatos. Nesse sentido, interroga-se o megaevento como acontecimento que terminaria por funcionalizar e instrumentalizar o ordenamento jurídico, o que detalharemos melhor ao longo deste capítulo. A segunda garantia refere-se aos vistos de trabalho para estrangeiros, que da mesma forma seriam concedidos sem demora, sem custos e incondicionalmente, e está assinada pelo Ministro do Trabalho e Emprego¹⁸.

em português acompanhado da tradução juramentada para o inglês e assinado pelo chefe de estado e ministros, publicados pela Agência Pública em maio de 2012. Disponível em <http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/> Acesso em junho de 2012.

17 Vistos para estrangeiros. Ministério das Relações Exteriores. Disponível no portal consular do Ministério das Relações Exteriores: <http://www.portalconsular.mre.gov.br/estrangeiros/vistos-para-estrangeiros> Acesso em outubro de 2014.

18 Garantias Governamentais à FIFA. Governo Federal, BRASIL, 2007, p.37. Documento original em português acompanhado da tradução juramentada para o inglês e assinado pelo chefe de estado e ministros, publicados pela Agência Pública em maio de 2012. Disponível em

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, assina a terceira garantia, que diz respeito à isenção total de impostos de importação para a FIFA, seus parceiros comerciais e clientes, emissora anfitriã e espectadores:

Iremos assegurar que as importações do Brasil e as reexportações subsequentes de quaisquer bens importados para uso relacionado às competições pertencentes aos indivíduos e entidades corporativas estrangeiros ou não residentes identificados abaixo devem ficar livres de todo imposto, encargo, direito aduaneiro e tributo cobrado por autoridades federais e solicitar que autoridades estaduais, locais e quaisquer outras autoridades ou organizações do Brasil a façê-lo.¹⁹

A quarta garantia, também assinada pelo Ministro da Fazenda, prossegue ampliando a isenção fiscal de modo geral aos impostos federais e promete solicitar que as autoridades locais façam o mesmo:

nenhum imposto, taxa ou outras tributações serão impostas à FIFA, aos subsidiários da FIFA, às delegações da FIFA, às Equipes, aos oficiais de jogos, às Confederações da FIFA, às Associações de Membros, às Associações de Membros Participativos, à Emissora Anfitriã e aos membros não-residentes, à equipe e aos funcionários (indivíduos) de todas essas partes.²⁰

Com tal isenção de impostos, não apenas a FIFA, mas as vinte corporações patrocinadoras, a Rede Globo e outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas no documento de garantias ficariam livres do pagamento de impostos federais. Neste ponto, enfatizamos a razão que motivou nosso atalho de pesquisa: se é verdade que a exorbitância dos poderes da FIFA foi coisa que chegou a ser discutida na mídia corporativa, o que nem sempre ou nunca é dito é o que propriamente representa essa entidade tentacular chamada FIFA. O debate, quando muito, ficou restrito aos “desperdícios” de recursos públicos e descalabros das ditas arenas. Mas essa teia ampliada de relações – os ditos parceiros e quetais, mais o marketing, mais controles de mercado (que chamamos “a família FIFA”) – é o nosso ponto de interesse. Para além do grande e nebuloso *business* do futebol, há uma rede de interesses de mercado que ela articula e que se articula em torno dela. Assim, um ponto para se reter: buscaremos ao longo

<http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/> Acesso em junho de 2012.

19 Ibidem, p. 39.

20 Ibidem, p. 42.

desse capítulo mapear essa rede como uma “senha” pela qual se possa entender efetivamente as relações de mercado se sobrepondo ou colonizando o próprio Estado.

O Ministro da Justiça à época, Tarso Genro, garante no quinto item que a proteção e segurança de todos os membros da delegação da FIFA, inclusive todos os membros, oficiais, membros das delegações, emissora anfitriã, parceiros comerciais e espectadores, fica a cargo do governo brasileiro, que oferecerá “um conceito completo de segurança” e toma para si

total responsabilidade por quaisquer incidentes e/ou acidentes com a proteção e/ou segurança relacionados à competição e indenizamos, defendemos e isentamos a Fifa de e contra todas as responsabilidades, obrigações, estragos, perdas, reivindicações, pedidos, recuperações, deficiências, custos e despesas (incluindo taxas de advogados) que tais partes podem sofrer em relação a, em função ou provenientes de acidentes e/ou incidentes de proteção e/ou segurança relacionados às Competições.²¹

Neste mesmo sentido, a garantia de número 10 assegura que o governo tomaria

todas as providências necessárias no sentido do Brasil assegurar indenização à FIFA e seus representantes, empregados e consultores, bem como defendê-los e colocá-los a salvo de todos os custos com processos, reivindicações e custos afins (inclusive honorários advocatícios), que possam ser incorridos ou sofridos ou ameaçados por outros contra a FIFA.²²

Além da atenção especial à proteção e segurança da “família FIFA”, despendida até então exclusivamente a chefes de Estado, o governo brasileiro, ao se responsabilizar previamente por perdas e danos relativos às Competições, fere um princípio constitucional do direito público: a responsabilidade objetiva do Estado (artigo 37, parágrafo 6º, Constituição Federal). Para que se responsabilizasse por danos patrimoniais causados a particulares, seria preciso demonstrar, em processo judicial, que a ação ou omissão do Estado tem nexo de causalidade (relação de causa e efeito) com o dano causado por seus agentes. É preciso, portanto, que se comprove existir um dano a ser reparado e que o Estado, através da ação ou omissão de seus agentes, foi responsável por tal dano. No caso do documento de garantias, o governo assume previamente todas as responsabilidades por danos, independentemente de ter dado causa a eles. A décima garantia vai além da responsabilização: oferece indenização à

21 Ibidem, p. 45.

22 Ibidem, p.31

“família FIFA” e até mesmo o pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios em eventuais processos em que “outros” possam acionar a Federação de Futebol. Trata-se de um caso *sui generis* de responsabilização, sem precedentes no direito brasileiro.

Com relação aos direitos comerciais, na oitava garantia o governo brasileiro se compromete a adotar uma série de medidas voltadas à proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA e das marcas associadas à Copa das Confederações 2013 e à Copa do Mundo 2014, como o registro de marcas em regime especial, tornando o processo mais rápido, e também a criação de novos tipos penais para tornar crime a violação desses direitos comerciais²³. Mais uma vez, os procedimentos de praxe são substituídos por outros, com prazos bastante diminuídos e isenção de custos, neste caso para solicitar o registro de marcas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em geral, a taxa para fazer o pedido de registro de uma marca pode custar entre R\$ 142 e R\$ 530 reais, e se ela for registrada, há outras taxas a serem pagas ao final do procedimento, que duraria no mínimo quatro meses²⁴.

Além da proteção aos direitos comerciais e marcas da FIFA, a oitava garantia estabelece a “implementação de uma zona de comércio de rua e publicidade dentro de e no espaço aéreo de 2 km da zona de exclusão em torno de cada local oficial, no qual o direito de atividades comerciais é reservado à FIFA e seus indicados.”²⁵ Assim, abriu-se a possibilidade

23 A criação de dois novos crimes, prometida no documento de garantias, se realizou na Lei Geral da Copa e inovou na atribuição de penas para *marketing de intrusão* e *marketing de emboscada*, que trataremos mais a frente.

24 Procedimentos de registro de marcas disponível no portal do INPI: http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_de_marcas_e_manual_do_usuario_sistema_emarcas Acesso em outubro de 2014.

25 Garantias Governamentais à FIFA. Governo Federal, BRASIL, 2007, p.50. Documento original em português acompanhado da tradução juramentada para o inglês e assinado pelo chefe de estado e ministros, publicados pela Agência Pública em maio de 2012. Disponível em <http://apublica.org/2012/05/brasil-prometeu-a-fifa/> Acesso em junho de 2012.

de delimitar, nos espaços públicos em torno de cada local oficial, um perímetro de dois quilômetros em que a FIFA e as corporações patrocinadoras do evento gozariam de absoluto monopólio comercial, garantido pelas forças de segurança do governo. Esta garantia específica, contemplada e detalhada na Lei Geral da Copa (LGC) e no contrato entre a FIFA e a cidade-sede de São Paulo, pôde territorializar-se durante as chamadas *FanFest*, que descreveremos e discutiremos no capítulo seguinte, com suas implicações e efeitos.

Por fim, a décima primeira garantia estabelece que o governo do Brasil deve oferecer

a disponibilidade (sem custo específico à FIFA ou aos usuários) de uma infraestrutura de telecomunicações, inclusive, mas não limitado a, todas as redes necessárias (alâmbrico ou inalâmbrico), todo o hardware de rede associado (inclusive equipamentos terminais), todos os codecs necessários e todos os equipamentos passivos e ativos; que permitirão todas as formas de telecomunicação, inclusive telefones internacionais e nacionais com ou sem fio, comunicações de dados, áudio, e vídeo para as Competições e Eventos Auxiliares. Essa infraestrutura (...) estará conforme com os mais altos padrões e requisitos internacionais aplicáveis à época das Competições e Eventos Auxiliares e com os requisitos que a FIFA possa definir de tempo em tempo.²⁶

Este último trecho do documento afirma, portanto, que o governo deve prover toda a infraestrutura, tecnologia e equipamentos para telecomunicações, sendo que deverá ser do tipo melhor e mais moderno disponível no momento do evento, de modo que atenda aos requisitos que podem variar conforme a vontade da entidade, definidos por ela nos momentos que considerar oportunos.

As garantias de número seis (referente ao câmbio em moeda estrangeira), sete (referente à prioridade para imigração, alfândega e check-in para oficiais da FIFA e equipes) e nove (referente às bandeiras e hinos de cada país que deveriam ser executados nas partidas) não trazem especial relevância ao debate aqui proposto e, portanto, não serão objeto de discussão da presente pesquisa.

O documento de garantias governamentais à FIFA não foi uma exclusividade do caso brasileiro. Concessões, garantias e alterações na legislação local são um fenômeno global e se repetem, com algumas diferenças em cada país-sede da Copa do Mundo da FIFA. Para a Copa

2010, na África do Sul, um conjunto de 17 garantias contidas no Bid Book e reiteradas pelo *Revenue Laws Amendment Act 20* de 2006 incluem, segundo informam Bond e Cottle²⁷ (2011),

uma bolha livre de impostos ao redor dos locais designados pela FIFA, importação e exportação irrestrita de moeda estrangeira para e da África do Sul, bem como sua troca e conversão em dólares americanos, euros ou francos suíços, a suspensão de qualquer legislação trabalhista que pudesse restringir a FIFA, seus parceiros comerciais, membros de mídia e emissora, segurança e saúde gratuitas, a proteção de direitos de propriedade intelectual e garantias para indenizar a FIFA contra todas as demandas e processos contra ela. Para reforçar essas extraordinárias concessões da soberania sul-africana, a FIFA exigiu que o Estado criasse e custeasse tribunais especiais. À FIFA também foram concedidos escritórios com acesso gratuito e ilimitado a telefone e internet e outros equipamentos de comunicação e recebeu uma garantia para assegurar que “o preço de hotéis para a delegação da FIFA, representantes das afiliadas comerciais da FIFA, emissora anfitriã e mídia devem estar congelados considerando os preços de janeiro de 2010” e que “o governo deve assegurar que os preços de hotéis para a delegação da FIFA sejam 20% mais baratos que a taxa congelada”.²⁸

Bond e Cottle (2011) concluem que o “governo sul-africano foi compelido a agir como fiador da acumulação de capital para satisfazer a ganancia financeira da FIFA e de suas

27 BOND, Patrick e COTTLE, Eddie. 'Economic Promises and Pitfalls of South Africa's World Cup'. In Eddie Cottle (ed) *South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?* South Africa: UKZN Publishers, 2011.

28 Tradução livre para o português do original em inglês, conforme segue: “Those concessions included 17 government guarantees contained in the Bid Book and secured through the Revenue Laws Amendment Act 20 of 2006.40 Guarantees include a tax-free bubble around FIFA-designated sites, unrestricted import and export of all foreign currencies to and from South Africa, as well as their exchange and conversion into US dollars, euros or Swiss francs, the suspension of any labour legislation that could restrict FIFA, its commercial partners, media and broadcast members, free security and medical care, the protection of FIFA’s intellectual property rights and guarantees to indemnify FIFA against all claims and proceedings against it. To enforce these extraordinary concessions to South African sovereignty, FIFA demanded that the state set up and fund special courts. FIFA was also provided offices with free, unlimited access to telephone and internet and other communication equipment, and received a guarantee to ensure that “hotel prices for the FIFA delegation, representatives of the FIFA’s Commercial Affiliates, Host Broadcaster, and accredited media shall be frozen as of January 2010” and that “government shall ensure that hotel prices for FIFA’s delegation are 20 percent less than the frozen rate”.”

parceiras comerciais”²⁹. Segundo os autores, a renda total obtida pela FIFA foi de 3,4 bilhões de dólares sem impostos. Com a Copa 2010 na África do Sul, a FIFA informou ter aumentado sua renda em 50% desde a Copa 2006 na Alemanha, tendo sido a mais lucrativa de sua história, até 2014.

Sessão 1.1 As garantias tornam-se norma, a exceção torna-se regra

Após a assinatura do documento de garantias governamentais de 2007, um processo de elaboração e aprovação de diversas normas, entre contratos, portarias, decretos e leis se desenvolveu nos anos seguintes³⁰. Em 2010, a Medida Provisória (MP) 496 foi convertida em lei (lei federal nº 12348/2010³¹), autorizando os municípios a endividar-se acima da Renda Líquida Real em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa 2014 e Olimpíadas 2016. Ou seja, a MP 496 permite suspender a lei de responsabilidade fiscal e aumentar a dívida pública dos municípios acima do limite estabelecido³².

29 Tradução livre para o português do original em inglês, conforme segue: “The South African government was compelled to act as guarantor of capital accumulation to fulfil the financial greed of FIFA and its commercial partners”.

30 A primeira lei federal aprovada neste sentido foi o Ato Olímpico, Lei nº 12035/2009, publicado no Diário Oficial um dia antes da divulgação escolha da cidade anfitriã das Olimpíadas (Rio de Janeiro) pelo Comitê Olímpico Internacional. Embora se refira às Olimpíadas, vale mencionar seu conteúdo, que antecipa alguns pontos das leis que serão aprovadas posteriormente em relação à Copa 2014: cria renúncias tarifárias, flexibiliza barreiras migratórias para os responsáveis pelo evento, prestadores de serviço e atletas, institui vantagens relativas à aquisição e utilização dos bens públicos para a realização ou apoio do evento e estabelece os critérios de proteção da marca olímpica, apresentando como principais beneficiários o COI, o Comitê Olímpico Brasileiro, patrocinadores e radiodifusores. Lei Federal nº 12035/2009 (Ato Olímpico) disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12035.htm

31 Lei nº 12348/2010 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12348.htm

32 Esta lei também determina a venda de imóveis públicos pertencentes à União (de propriedade da extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA), em direção oposta ao que dispõe a lei 11124/2005 – Sistema

Em 20 de dezembro de 2010, o presidente Lula sancionou a Lei Federal nº 12.350, aprovada pelo Congresso, de modo que a terceira e quarta garantias do documento de 2007, sobre medidas tributárias referentes à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa 2014 no Brasil, tornaram-se norma. A Lei de Isenção fiscal à FIFA e suas parceiras comerciais altera uma série de vinte leis vigentes e

dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas.³³

A lei prevê isenção sobre as importações (IPI), Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IOF (sobre operações de crédito), contribuições sociais (PIS, CONFINS), contribuições de intervenção no domínio econômico, e produtos adquiridos no Brasil. Beneficiam-se aqui todas as patrocinadoras, mais a emissora oficial - Rede Globo - e também as confederações e associações e todas as prestadoras de serviços, com a isenção de impostos e contribuições que seriam devidas em decorrência dos fatos relativos ao evento e sua preparação. A lista de beneficiados não foi estabelecida na lei: caberia à FIFA apresentar a relação de pessoas físicas e jurídicas isentas, segundo o artigo 22: “Art. 22. A Fifa ou Subsidiária Fifa no Brasil apresentarão à Secretaria da Receita Federal do Brasil relação dos Eventos e das pessoas físicas e jurídicas passíveis de serem beneficiadas pelas desonerações previstas nesta Lei.”³⁴ De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU)³⁵, o total das renúncias na arrecadação

Nacional de Habitação de Interesse Social – que estabelece prioridade para habitação de interesse social nos imóveis públicos ociosos. Essa mudança permitiu que imóveis públicos da União fossem transferidos para a Companhia Docas do Rio de Janeiro, de modo a viabilizar o projeto Porto Maravilha.

33 Documento da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2010/lei12350.htm>

34 Ibidem

35 Fifa diz que não pediu R\$ 1,1 bi em isenções para Copa, governo se esquivou. Portal UOL, 11 de junho de 2014. Disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/06/11/fifa-diz-que-nao-pediu-r-11-bi-em-isencoes-para-copa-governo-se-esquivou.htm> Acesso em junho de 2014.

de impostos que caberiam à Fifa, suas parceiras, subsidiárias, emissora oficial e afins na realização da Copa alcançou R\$ 1,1 bilhão no período de 2010 a 2014, apenas em impostos federais.

No seu artigo 17, a lei institui também o

Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa), destinado à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014.³⁶

O Recopa suspende o pagamento pelas empresas que aderirem ao programa de PIS, CONFINS, IPI e imposto sobre importação. O TCU estima que as isenções de impostos federais concedidas às construtoras responsáveis pelos estádios da Copa via RECOPA somariam pelo menos R\$ 329 milhões. Por sua vez, a FIFA faturou, somente em 2013 – ano do último balanço divulgado³⁷ – o valor de US\$ 1,386 bilhão (cerca de R\$ 3,2 bilhões), dos quais a entidade declara lucro líquido de US\$ 72 milhões (ou R\$ 167 milhões), perfazendo uma reserva de US\$ 1,432 bilhão naquele ano, a despeito de seu estatuto de entidade privada sem fins lucrativos. Com a Copa 2014, a entidade estimava faturar no total cerca de R\$ 10 bilhões, provenientes de receita de marketing, direitos de transmissão dos jogos e venda de ingressos, e teria investido cerca de R\$ 2,5 bilhões no evento. Para o país, além das isenções, o custo foi de pelo menos R\$ 8 bilhões, apenas nas obras dos estádios³⁸.

Ainda em 2010, uma medida provisória (MP 489/2010) é editada para alterar a Lei de Licitações (Lei Federal n. 8666/1993), instituindo um “Regime Diferenciado de Contratações Públicas” (RDC) para os contratos que envolvem obras e compras do poder público referentes

36 Documento da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2010/lei12350.htm>

37 Financial Report 2013. FIFA: 64º Congresso da FIFA, 11 de junho de 2014. Disponível em http://pt.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/30/12/07/fifafr2013en_neutral.pdf Acesso em junho de 2014.

38 Conforme o Portal da Transparência – Copa 2014 – Página oficial da Controladoria Geral da União, disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema> Acesso em agosto de 2014.

à Copa 2014. Esta primeira MP não se converte em lei e haveria sucessivas tentativas de aprovar as novas regras no Congresso até que, em 5 de agosto de 2011, é aprovado o Regime Diferenciado de Contratações – Lei nº 12.462. Esse Regime altera a Lei de Licitações, especialmente para a realização: dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; da Copa das Confederações da FIFA 2013; da Copa do Mundo Fifa 2014; de obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km (trezentos e cinquenta quilômetros) das cidades sedes dos mundiais; e das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O RDC suspende a Lei de Licitações vigente no país permitindo a contratação entre Estado e iniciativa privada com menos formalidades. Destacamos alguns pontos, comparativamente, para facilitar o entendimento:

- a lei de licitações exigia projeto básico detalhando como será a obra em cada fase, com licitação específica para cada etapa (artigo 7º, parágrafo 2º). O RDC unifica a contratação de projeto e execução, de modo que o governo pode licitar a obra sem projeto básico: o contratado fica responsável pelos projetos, execução e entrega da obra (artigo 8º parágrafo 5º);

- a lei de licitações determina que o valor estimado para a obra é público, de modo que empresas e órgãos de controle possam acessar as planilhas a qualquer momento (artigo 3º, parágrafo 3º, artigo 40, parágrafo 2º e artigo 44, parágrafo 1º). O RDC permite manter em sigilo o valor dos contratos, mesmo após o resultado da licitação, disponível estritamente aos órgãos de controle (artigo 6º);

- a lei de licitações define que os valores a serem pagos à empresa são fixados previamente à contratação (artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III e parágrafo 4º). O RDC permite que a remuneração seja variável, vinculada ao desempenho da empresa contratada, com critérios subjetivos (artigo 10);

- a lei de licitações proíbe restringir a licitação a uma marca específica (artigo 15, parágrafo 7º). O RDC permite que a licitação indique marca específica para aquisição de produtos (artigo 7º, inciso I).

- a lei de licitações afirma que no caso de desistência do vencedor, o segundo colocado na licitação só poderá ser contratado se aceitar realizar as obras no valor apresentado pelo

primeiro (artigo 64, parágrafo 2º). O RDC permite que o segundo colocado seja contratado pelo valor apresentado por ele (artigo 40).

Essa série de alterações na forma de contratação de obras públicas, serviços e produtos teria por objetivo diminuir prazos e facilitar a liberação de recursos públicos, de modo a acompanhar o ritmo de *urgência* da necessidade das obras. As obras sob este regime seriam definidas pelo critério da *necessidade*. Nos deteremos sobre esta urgência na segunda sessão deste capítulo. Por ora, cabe ressaltar que a suspensão da Lei de Licitações não valeria apenas para as contratações da Copa 2014 e Olimpíadas 2016, mas também para as obras de aeroportos e do PAC, e finalmente foi estendido a todas as obras públicas. Inicialmente, a nova forma de licitação estendeu-se para contratação de construção de presídios e estabelecimentos socioeducacionais como a Fundação Casa, como resposta emergencial face à crise dos estabelecimentos penais no Maranhão em fins de 2013 e início de 2014. Depois, em maio de 2014, votou-se nova Medida Provisória (n. 630/2013) para estender esse regime a todas as obras públicas do país. Os megaeventos impulsionaram esta e uma série de outras alterações normativas, de modo que o "regime diferenciado" de flexibilização da lei vigente, em princípio medida excepcional para atender à "urgência" da preparação dos Jogos, tornou-se a regra nas obras e contratações públicas³⁹.

Tanto a isenção fiscal à FIFA e parceiras quanto o Regime Diferenciado de Contratações foram questionados pelo Ministério Público Federal em ações judiciais⁴⁰. Em relação à isenção fiscal, o MPF retroagiu no questionamento feito em setembro de 2013 ao STF, com a mudança de cúpula do órgão. Em maio de 2014, o novo procurador-geral,

39 Congresso amplia a toda obra pública o Regime Diferenciado de Contratação. Folha de S.Paulo, Caderno Poder, 25/03/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1430847-congresso-amplia-a-toda-obra-publica-o-regime-diferenciado-de-contratacao.shtml> Acesso em março de 2014.

40 MPF pede ao STF que FIFA pague impostos na Copa. Congresso em Foco, 27 de abril de 2014. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/mpf-pede-que-fifa-pague-impostos-na-copa/> Acesso em abril de 2014.

Rodrigo Janot, emitiu parecer⁴¹ pedindo ao STF que julgasse improcedente a ação da própria procuradoria, com a justificativa de que os benefícios concedidos se deram em prol de interesse público relevante, de acordo com o documento de garantias governamentais à FIFA de 2007.

No mesmo ano de 2011, cada uma das 12 cidades-sede escolhidas pela FIFA celebrou com a entidade e com o Comitê Organizador Local (COL) um contrato.⁴² Assinado pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, pelo secretário geral da Fifa, Jérôme Valcke, e pelo ex-presidente do COL Ricardo Teixeira, em setembro de 2011, somente em novembro de 2012 o documento é tornado público, por exigência do Ministério Público Federal.⁴³ Uma das deliberações do contrato – a cláusula 33.12 - previa que o mesmo deveria ser confidencial. Entretanto, o Ministério Público Federal determinou a anulação desta cláusula, e o acordo foi divulgado pela Prefeitura de São Paulo em sua página oficial na internet.

Entre as diversas cláusulas, o contrato prevê que FIFA e COL poderiam reivindicar o fechamento de ruas de acordo com o que considerem *razoável*: "A cidade-sede deverá, sob pedido razoável da Fifa e/ou do COL, a qualquer momento durante o período da competição, fechar o acesso público a qualquer via dentro da cidade sede", segundo a cláusula 22.2. A maior parte do contrato trata de preservar os interesses da FIFA e seus parceiros comerciais: prevê, por exemplo, a criação pela prefeitura de um “disque-denúncia” para relatar uso indevido das marcas e mercadoria falsificada (cláusula 28.2). No caso de o estádio não ter espaço pra propaganda, a cidade deveria oferecer uma área de 2500m² dentro da zona para

41 MPF recua e passa a defender isenções para FIFA na Copa. Consultor Jurídico, 23 de maio de 2014. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2014-mai-23/mpf-recua-passa-defender-isencoes-fifa-copa> Acesso em maio de 2014.

42 Contrato FIFA – COL – Cidade-sede, tradução juramentada para o português, disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/copa/transparencia/1b_contrato-cidade-sede.pdf Acesso em novembro de 2012.

43 Prefeitura de São Paulo cumpre recomendação do MPF e disponibiliza acordo com a Fifa na internet. Última Instância - UOL, 06/11/2012. Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/58628/prefeitura+de+sao+paulo+cumpre+recomendacao+do+mpf+e+disponibiliza+acordo+com+a+fifa+na+internet.shtml> Acesso em novembro de 2012.

publicidade da FIFA, restando suspensa a lei conhecida como “Cidade Limpa” (Lei municipal nº 14.223 de 2006, determina a proibição de anúncios publicitários nos lotes urbanos como muros, coberturas e laterais de edifícios, entre outros, limitando o espaço urbano ocupado por publicidade na cidade). A cidade deveria tornar disponíveis espaços para publicidade em postes de luz, faixas, outdoors, fachadas de edifícios, pontes e meios de transporte público. A cláusula 15, nesse mesmo sentido, determina que "as principais localidades por toda a cidade-sede (...) deverão apresentar decorações que incorporem as marcas da competição".

Com relação às *zonas de exclusão*, o contrato garante à FIFA toda autoridade sobre essas áreas: só poderiam circular agentes de segurança privada da entidade e, no caso de policiamento público no perímetro das zonas, os agentes não poderiam portar armas letais; a PM e as forças armadas permaneceriam da linha delimitadora para fora. Nessas áreas, só poderiam ser vendidos produtos dos parceiros comerciais do evento – as empresas patrocinadoras. Trataremos desta questão específica no capítulo seguinte. O acordo estabelece ainda o direito da “família FIFA” receber indenizações da cidade por quebra de contrato, é dizer, em caso de eventual prejuízo, a FIFA e a Rede Globo teriam direito ao ressarcimento por perdas e danos, conforme a cláusula 33.18:

A cidade sede pelo presente renuncia a toda e qualquer reivindicação de responsabilidade contra o COL, a Fifa e seus dirigentes, diretores, membros, agentes ou empregados, a respeito de qualquer perda ou dano à cidade, quer ou não tal perda ou dano tenham sido causados por, ou resultarem de negligência do COL, da Fifa, de seus dirigentes, diretores, membros, agentes ou empregados, na medida em que tal perda ou dano estejam incluídos na classificação de perigos cobertos pelo tipo de seguro de propriedade que a cidade sede é obrigada a manter segundo este contrato. **A cidade sede ainda indeniza e mantém a Fifa, o COL e as afiliadas comerciais, as emissoras, a emissora principal, e seus respectivos dirigentes, diretores, membros, empregados, consultores e agentes externos imunes contra toda e qualquer obrigação ou responsabilidade**, incluindo, sem limites, toda e qualquer reivindicação, perda, dano, ferimento, responsabilidade, objeção, demanda, recuperação, deficiência, custo e despesa que eles possam sofrer ou incorrer como resultado de, ou de qualquer forma conectados a este contrato, ou qualquer ato ou omissão da cidade sede sob este documento. [grifo nosso]

Segundo o acordo, a FIFA fica isenta de qualquer custo ou recurso para a organização da Copa 2014 na cidade: é obrigação da cidade construir toda a infraestrutura, treinar pessoal, oferecer segurança, transporte, e custear a gestão de todo o aparato do megaevento, além de ser obrigada a contratar seguro para cobrir eventuais prejuízos. Uma das cláusulas, de número 33.8, prevê explicitamente:

Nenhuma Parceria: Nem este Contrato nem o transcurso dos negócios entre as partes deverão criar uma relação de consórcio, sociedade, representação ou relacionamento semelhante entre a Fifa, o COL e a Cidade Sede. (...) As partes são em todos os aspectos entidades autônomas, e possuem diferentes interesses financeiros sob este contrato.

Há ainda outras cláusulas que garantem os interesses comerciais da entidade privada: em dias de jogos, SP não poderia receber nenhum outro evento cultural que atraísse grande número de pessoas, salvo os patrocinados pela FIFA e parceiros comerciais. O acordo suspende a lei municipal conhecida como “lei do PSIU” – Lei nº 12.879: exigiu que a prefeitura permitisse o funcionamento de bares depois da 1h em dias de jogos, na cláusula 30. Além disso, a prefeitura não poderia conceder autorização para nenhuma obra de construção privada ou pública durante a Copa e “qualquer construção que esteja em progresso no início da competição deverá ser temporariamente suspensa”, de acordo com a cláusula 32. E para assegurar que tudo transcorresse de modo a atender os interesses da entidade, o COL e o município-sede deveriam aceitar o direito de a FIFA “alterar, suprimir ou complementar os termos de quaisquer diretrizes e outras instruções aqui contidas, e de adicionar exigências da FIFA a qualquer momento e a seu exclusivo critério”.

Por fim, o acordo contorna a lei de licitações ao sugerir na cláusula 18.2 que os materiais e serviços contratados fossem preferencialmente os dos parceiros comerciais da FIFA: a prefeitura providenciaria ao comitê organizador local um escritório com todos os equipamentos e produtos necessários e deveria “usar de esforços razoáveis” para comprar esse material de empresas patrocinadoras da FIFA:

Conforme o equipamento de escritório (incluindo equipamentos de distribuição de alimentos e bebidas) a ser fornecido pela cidade sede ao COL, sob a requisição da Fifa, cair dentro da categoria de produtos de qualquer das Afiliadas Comerciais [da Fifa], a cidade sede deverá usar de esforços razoáveis para adquirir todos esses produtos das Afiliadas Comerciais relevantes.

A lei de licitações determina precisamente o contrário: veta qualquer tipo de preferência em contratações públicas, sob pena de violar o princípio da isonomia (Constituição Federal/1988). A concorrência só pode ser dispensada em caso de valores até R\$ 8 mil ou quando apenas uma empresa puder fornecer determinado produto ou serviço, o que não é o caso. Ao comentar este trecho, questionado por um veículo de imprensa, a

Secretaria da Copa de SP esclareceu se tratar de um “contrato de adesão”⁴⁴: “A Prefeitura esclarece que o “Host City Agreement” é um contrato de adesão — um contrato-padrão — assinado pelas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Sua cláusula 18.2 não foi objeto de execução e, se o for, seguirá estritamente a Lei 8666/93”. Da mesma forma que o documento de garantias do governo federal, não passou pelo crivo da Câmara de Vereadores. Em outras palavras, o acordo contempla diversas garantias do documento de 2007 em âmbito local, como a isenção de impostos e custos diversos, a responsabilização do poder público por eventuais danos e a zona de exclusão comercial.

Sessão 1.2 A Lei Geral da Copa

Em 5 de junho de 2012, cerca de cinco anos depois da assinatura do documento de garantias governamentais, a Presidente Dilma Roussef sanciona a Lei Geral da Copa (LGC)⁴⁵, lei federal nº 12.663, aprovada pelo Congresso Nacional em *regime de urgência*⁴⁶. O regime de urgência, segundo o Regimento da Câmara⁴⁷, dispensa a tramitação do projeto de lei de

44 Contrato de São Paulo com Fifa desrespeita lei de licitações e beneficia patrocinadores da Copa. Portal UOL, 07/11/2012, disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/07/contrato-de-sao-paulo-com-fifa-e-col-desrespeita-lei-de-licitacoes.htm> Acesso em novembro de 2012.

45 A Lei está disponível no anexo 1 e também na página oficial de legislação do Palácio do Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm Acesso em junho de 2012.

46 Plenário aprova urgência para Lei Geral da Copa; votação será na próxima semana. Portal da Câmara dos Deputados, 07/03/2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ESPORTES/410813-PLENARIO-APROVA-URGENCIA-PARA-LEI-GERAL-DA-COPA-VOTACAO-SERA-NA-PROXIMA-SEMANA.html> Acesso em março de 2012.

47 Quais os regimes de tramitação? Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/processo-legislativo/fluxo/plTramitacao/conteudoFluxo/05.html> Acesso em março de 2012.

algumas exigências e formalidades regimentais, com exceção da publicação e distribuição em avulsos ou cópias, dos pareceres das Comissões e do quórum para deliberação. O prazo das comissões é de cinco sessões, que corre simultaneamente para todas. No regime de tramitação ordinária, os prazos são de 40 sessões para cada comissão discutir e votar o projeto; no regime de tramitação prioritária, esse prazo é de 10 sessões para cada comissão.

A LGC dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e também à Jornada Mundial da Juventude (evento religioso com a visita do papa da Igreja Católica ao Rio de Janeiro, em julho de 2013) e altera outras duas leis federais: o Estatuto do Estrangeiro e o Estatuto do Torcedor. Entre os debates que antecederam a aprovação da lei, ganhou destaque na mídia de grande circulação e no Congresso o que podemos nomear como “falsa polêmica”, circunscrita a temas como a venda de bebidas nos estádios (que seria permitida na Copa 2014), o que para setores conservadores do Congresso resultaria em aumento da violência entre torcedores. Enquanto isso, foram feitas intensas críticas a partir dos movimentos sociais organizados, em especial, dos Comitês Populares da Copa, à isenção de impostos, zonas de exclusividade comercial e a criação de novos crimes, entre os “sete erros” da LGC apontados em nota pública⁴⁸.

A LGC introduz no ordenamento brasileiro uma série de novos dispositivos, crimes e categorias, bem como suspende ou altera dispositivos anteriores, estabelecendo *exceções* aplicáveis especificamente aos eventos que regulamenta, abrangendo o período desde sua aprovação até 31 de dezembro de 2014. As matérias de que dispõe são, no entanto, amplas e diversas.

Antes de expor o conteúdo das regras para os eventos acima citados, a própria lei define algumas categorias a que se refere o texto: “atores” são a FIFA e sua subsidiária no Brasil, o Comitê Organizador Local e a CBF, todas as confederações continentais associadas e demais associações estrangeiras membros da FIFA, a “emissora fonte da FIFA”, responsável pelo sinal e conteúdo audiovisual a serem distribuídos nacional e internacionalmente, bem

48 Jogo dos sete erros. Nota Pública da ANCOP, 10/05/2012. Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=247:lei-geral-da-copa-o-jogo-dos-7-erros Acesso em maio de 2012.

como as emissoras detentoras de direitos de transmissão do sinal e conteúdo audiovisual, os “prestadores de serviços” e fornecedores de bens, ligados à organização e produção dos eventos, venda de ingressos, acomodações, transporte, hospitalidade, tecnologia da informação e outros, contratados pela FIFA, e os “parceiros comerciais da FIFA” por qualquer relação contratual, incluindo seus subcontratados (todas as empresas patrocinadoras, por exemplo).

Os “eventos” são a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como todos os eventos relacionados (organizados, chancelados, patrocinados ou apoiados por essas entidades), que compreendem o Congresso da FIFA, sorteios, lançamentos e cerimônias ligadas aos jogos, mas também: seminários, reuniões, conferências, workshops, coletivas de imprensa, atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (Football for Hope) ou projetos beneficentes similares; e ainda: partidas de futebol, sessões de treino e outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento das Competições. Como se vê, a lista é vasta e nela cabe todo e qualquer evento que esteja direta ou indiretamente relacionado à Copa 2014.

Centrais para o que dispõe a lei, os “*locais oficiais de competição*” estão assim definidos no artigo 2º, inciso XVI:

locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, localizados ou não nas cidades que irão sediar as Competições, **bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de Ingressos;** (grifo nosso)

Por fim, o que a lei considera “*período de competição*” compreende aquele entre o 20º dia anterior à realização da primeira Partida e o 5º dia após a realização da última Partida de cada competição. No caso da Copa do Mundo, entre 23 de maio e 18 de julho de 2014.

Feitas as definições de cada categoria, a lei passa a dispor, logo no artigo 3º e seguintes, sobre a “Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos”. O conteúdo da oitava garantia do documento de 2007, sobre o registro de marcas junto ao INPI, torna-se norma:

Art. 3o O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) promoverá a anotação em seus cadastros do alto renome das marcas que consistam nos seguintes Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 125 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996:

I - emblema FIFA;

II - emblemas da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014;

III - mascotes oficiais da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014; e

IV - outros Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA, indicados pela referida entidade em lista a ser protocolada no INPI, que poderá ser atualizada a qualquer tempo.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 4o O INPI promoverá a anotação em seus cadastros das marcas notoriamente conhecidas de titularidade da FIFA, nos termos e para os fins da proteção especial de que trata o art. 126 da Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, conforme lista fornecida e atualizada pela FIFA.

Parágrafo único. Não se aplica à proteção prevista neste artigo a vedação de que trata o inciso XIII do art. 124 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

As marcas a serem beneficiadas com o “regime especial” são todas aquelas que a entidade indicar, a qualquer tempo. No texto normativo não há qualquer restrição sobre o significado do termo “símbolos oficiais”, que pode abranger tudo o que a FIFA indicar como tal. A vedação mencionada no parágrafo único de ambos os artigos citados refere-se aos sinais não registráveis como marca, listados na lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 e suspensos para os fins desta lei. Assim, tornam-se passíveis de registro pela FIFA, especificamente:

nome, prêmio ou símbolo de evento esportivo, artístico, cultural, social, político, econômico ou técnico, oficial ou oficialmente reconhecido, bem como a imitação suscetível de criar confusão, salvo quando autorizados pela autoridade competente ou entidade promotora do evento.

Os procedimentos para registro das marcas se alteram de forma a não exigir da entidade a comprovação da condição de alto renome de suas marcas, como é praxe, e constituem, nos termos do artigo 7º, “regime especial para os procedimentos relativos a pedidos de registro de marca apresentados pela FIFA ou relacionados à FIFA até 31 de dezembro de 2014.” Os prazos para o procedimento de registro de marcas diminuiram consideravelmente (artigos 7º, 8º e 9º), o que significa prioridade para análise e registro das marcas da entidade em relação a todos os demais pedidos feitos ao INPI. Como previsto no documento de garantias, a FIFA ficou dispensada do pagamento de eventuais retribuições no âmbito do INPI (artigo 10).

A sessão seguinte da lei trata das “Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso”. O artigo 11, de forma breve, reforça sob a forma da lei o que já estava previsto no documento de garantias – oitava garantia, apontando a intenção do Estado em colaborar com a FIFA assegurando-lhe *exclusividade comercial* nos Locais Oficiais (conforme listagem citada acima) e nas suas vias de acesso:

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

O artigo institui espécie de *monopólio* do exercício de atividade comercial e publicitária, inclusive para o comércio de rua, em benefício da FIFA e de suas parceiras, contrariamente à livre iniciativa prevista no artigo 170 da Constituição Federal. Em seguida, define a medida da “restrição comercial” no espaço urbano:

§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal.

O perímetro máximo de dois quilômetros considera, portanto, a área ao redor de cada um dos Locais Oficiais. Nesse perímetro, os estabelecimentos comerciais já existentes teriam que aderir às marcas e empresas patrocinadoras, e não poderiam associar sua atividade à “Copa 2014”, que é marca protegida. Aqui também a oitava garantia de 2007 torna-se norma. A maneira pela qual essa norma se territorializou em São Paulo será objeto de descrição e análise no próximo capítulo.

A sessão seguinte da LGC versa sobre a “Captação de Imagens ou Sons, Radiodifusão e Acesso aos Locais Oficiais de Competição”. Interessa aqui o artigo 13:

O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa, será realizado exclusivamente pela FIFA, conforme termos e condições por ela estabelecidos.

Como vimos acima, os Locais Oficiais não se referem apenas aos estádios de futebol mas a todo e qualquer local onde a FIFA realizar eventos. Nestes locais e nos perímetros de até dois quilômetros a sua volta, inclusive áreas e vias públicas nos territórios urbanos, o acesso – inclusive da imprensa - dependeria de credencial ou ingresso, a serem emitidos pela entidade sob os critérios por ela estabelecidos:

Art. 28. São condições para o acesso e permanência de qualquer pessoa nos Locais Oficiais de Competição, entre outras: I - estar na posse de Ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela FIFA ou pessoa ou entidade por ela indicada;

Portanto, a autoridade sobre o território ao redor e nos *locais oficiais*, que determina quem pode ir e vir, quem e o que pode ser comercializado, que fatos e por quem deveriam ser noticiados, passa a ser da entidade privada, o que pode representar violação do direito de ir e vir, previsto no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal, assim como do direito ao trabalho, previsto nos artigos 6º e 5º, inciso XIII. Aqueles que desafiassem esta autoridade estariam sujeitos às sanções civis (indenização) e penais (detenção) previstas na LGC nos artigos seguintes.

Com relação à exibição dos eventos, suas imagens e sons, apenas 30 segundos ou, no caso das partidas de futebol, 3% do tempo da partida, poderiam ser retransmitidos pela imprensa a título de noticiário ou informação (artigo 15). Os “flagrantes” de imagem e som seriam utilizados pela imprensa a partir de um material de 6 minutos previamente editado que seria disponibilizado pela entidade em até duas horas após o final do Evento. Esta regra difere do disposto pela chamada Lei Pelé, nº 9615 de 1998, que garante a divulgação pela imprensa em tempo real de até 3% dos eventos esportivos, selecionando os trechos jornalisticamente relevantes, e também de decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Nos Jogos Pan-americanos de 2007, do Rio de Janeiro, isso se tornou objeto de litígio judicial entre o Portal UOL e o Comitê organizador dos jogos, até que em abril de 2012 – no momento em que a LGC estava em discussão no Congresso, o STJ concedeu a decisão definitiva favorável ao Portal, para preservar o direito à livre cobertura de imprensa, de modo que caberia a cada

veículo decidir o que é fato jornalístico⁴⁹. O Comitê do Pan foi condenado a indenizar o Portal.

A LGC prossegue para regulamentar⁵⁰ a concessão especial de vistos de entrada no país e permissão de trabalho à “Família FIFA”, em caráter prioritário e incondicionado, já prevista nas garantias 1 e 2 do documento de 2007:

Art. 19. Deverão ser concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, para:

I - todos os membros da delegação da FIFA, inclusive:

- a) membros de comitê da FIFA;
- b) equipe da FIFA ou das pessoas jurídicas, domiciliadas ou não no Brasil, de cujo capital total e votante a FIFA detenha ao menos 99% (noventa e nove por cento);
- c) convidados da FIFA; e
- d) qualquer outro indivíduo indicado pela FIFA como membro da delegação da FIFA;

II - funcionários das Confederações FIFA;

III - funcionários das Associações Estrangeiras Membros da FIFA;

IV - árbitros e demais profissionais designados para trabalhar durante os Eventos;

V - membros das seleções participantes em qualquer das Competições, incluindo os médicos das seleções e demais membros da delegação;

VI - equipe dos Parceiros Comerciais da FIFA;

VII - equipe da Emissora Fonte da FIFA, das Emissoras e das Agências de Direitos de Transmissão;

VIII - equipe dos Prestadores de Serviços da FIFA;

IX - clientes de serviços comerciais de hospitalidade da FIFA;

X - Representantes de Imprensa; e

XI - espectadores que possuam Ingressos ou confirmação de aquisição de Ingressos válidos para qualquer Evento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no País possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos. (...)

§ 4º Considera-se documentação suficiente para obtenção do visto de entrada ou para o ingresso no território nacional o passaporte válido ou documento de viagem equivalente, em conjunto com qualquer instrumento que demonstre a vinculação de seu titular com os Eventos. (...)

§ 6º A concessão de vistos de entrada a que se refere este artigo e para os efeitos desta Lei, quando concedidos no exterior, pelas Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira, Vice-Consulares e, quando autorizados pela Secretaria de

49 STJ reconhece direito de portal de cobrir Pan-Americano. Consultor Jurídico, 29 de março de 2012. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-mar-29/stj-reconhece-direito-portal-cobrir-pan-americano-2007> Acesso em junho de 2012.

50 Pedimos a compreensão do(a) leitor(a) com relação às citações de textos legais, por vezes demasiado longas e possivelmente enfadonhas. Entendemos que tais citações são necessárias à compreensão, na minúcia, de cada uma das alterações no ordenamento jurídico que vamos descrevendo neste capítulo.

Estado das Relações Exteriores, pelos Consulados honorários terá caráter prioritário na sua emissão. (...)

Art. 20. Serão emitidas as permissões de trabalho, caso exigíveis, para as pessoas mencionadas nos incisos I a X do art. 19, desde que comprovado, por documento expedido pela FIFA ou por terceiro por ela indicado, que a entrada no País se destina ao desempenho de atividades relacionadas aos Eventos.

Art. 21. **Os vistos e permissões de que tratam os arts. 19 e 20 serão emitidos em caráter prioritário, sem qualquer custo, e os requerimentos serão concentrados em um único órgão da administração pública federal.** (grifo nosso)

A quinta garantia, sobre segurança e responsabilização da União, tem equivalente no artigo 22, 23 e 24 da LGC:

Art. 22. A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do § 6o do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 23. **A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos**, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano. (grifo nosso)

Parágrafo único. A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos.

Art. 24. A União poderá constituir garantias ou contratar seguro privado, ainda que internacional, em uma ou mais apólices, para a cobertura de riscos relacionados aos Eventos.

Como previsto no documento de 2007, a responsabilização se estende para além dos danos causados pelo Estado e seus agentes, uma vez que prevê indenização à FIFA em razão de quaisquer incidentes ou acidentes de segurança relacionados aos eventos, atuando como espécie de “garantidor” ou “fiador” da entidade privada. Caberia à União, após indenizar a entidade, buscar receber daqueles que de fato causaram o dano. A LGC adota, portanto, a Teoria do Risco Integral, pois impõe à União a responsabilidade por danos que não foram causados por seus agentes, contrariamente à Teoria da Responsabilidade Objetiva, que é a adotada pela Constituição Federal no artigo 36, parágrafo 6º.

Em relação à venda de ingressos, a LGC suspende os direitos do consumidor dispostos no artigo 5º, inciso XXXII e artigo 170, inciso V da Constituição Federal, bem como o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº8078/ 1990), de modo a conceder amplos poderes à FIFA para as regras de compra e venda, alteração e cancelamento de ingressos,

permitindo ainda a “venda casada” - com pacotes de hospedagem e viagem - até então ilegal, e retirando o direito de arrependimento do consumidor:

Art. 27. Os critérios para cancelamento, devolução e reembolso de Ingressos, assim como para alocação, realocação, marcação, remarcação e cancelamento de assentos nos locais dos Eventos serão definidos pela FIFA, a qual poderá inclusive dispor sobre a possibilidade: I - de modificar datas, horários ou locais dos Eventos, desde que seja concedido o direito ao reembolso do valor do Ingresso ou o direito de comparecer ao Evento remarcado; II - da venda de Ingresso de forma avulsa, **da venda em conjunto com pacotes turísticos ou de hospitalidade;** e III - **de estabelecimento de cláusula penal no caso de desistência da aquisição do Ingresso** após a confirmação de que o pedido de Ingresso foi aceito ou após o pagamento do valor do Ingresso, independentemente da forma ou do local da submissão do pedido ou da aquisição do Ingresso. [grifos nossos]

A LGC também modificou a legislação penal, conforme já previa a oitava garantia do documento de 2007, inovando na introdução de dois novos crimes e estabelecendo penas específicas para a violação dos direitos de proteção das marcas de titularidade da FIFA, criando reserva de mercado para a exploração comercial de símbolos como “Copa 2014”, “Brasil 2014”, “São Paulo 2014”, entre as 1116 marcas registradas até maio de 2014. Nos artigos 30 e 31, estabelece pena de detenção de três meses a um ano ou multa para a utilização indevida dos “Símbolos Oficiais”. Já no artigo 32, institui o crime de “marketing de emboscada por associação” e no artigo 33 o crime de “marketing de emboscada por intrusão”, ambos com a mesma pena de detenção de três meses a um ano ou multa, para condutas de divulgação ou associação de marcas, produtos, negócios ou estabelecimentos, relacionando-os direta ou indiretamente com os Eventos ou Símbolos Oficiais. Tais crimes têm vigência até o dia 31 de dezembro de 2014 e somente podem ser processados mediante representação da FIFA (artigos 34 e 36).

É interessante notar que os três novos crimes estabelecidos pela Lei Geral da Copa são praticamente idênticos aos previstos – de maneira ampla e genérica - na Lei de Propriedade Intelectual (nos artigos 189, 190 e 195 dessa lei), com a única diferença de que os delitos previstos na LGC se referem especificamente aos produtos e marcas associadas à Copa 2014. Qual seria então a finalidade de recriar os mesmos tipos penais? Uma hipótese seria a de reforçar o caráter de monopólio da atividade comercial pela FIFA e suas parceiras, conferindo às suas marcas uma proteção especial, direcionando esforços institucionais para sua proteção

e sobretudo, pela força simbólica, atendendo às exigências e expectativas das corporações articuladas em torno da FIFA em relação aos seus produtos e marcas.

As disposições finais da LGC (artigo 51) determinam que a União será intimada em processos contra a FIFA, suas subsidiárias, representantes legais, empregados ou consultores, em relação à eventuais danos e prejuízos causados ou não pelo Estado, pelos quais a União se responsabiliza nos artigos 22 e 23 acima descritos. O artigo 52 afirma que controvérsias entre a União e a “Família FIFA” poderiam ser resolvidas pela Advocacia Geral da União mediante *conciliação* (sem necessidade de processo judicial), inclusive aquelas que envolvam o pagamento de indenização do Estado à FIFA. Finalmente, o artigo 53 assegura que

A FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados **são isentos do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas** aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé. [grifo nosso]

Encontram, portanto, equivalência na LGC a décima garantia do documento de 2007, assim como a terceira e a quarta, garantindo isenções de custos judiciais e indenização à entidade.

Merecem também atenção os acréscimos feitos à LGC em 20 de junho de 2013, já durante a Copa das Confederações 2013 e no auge das manifestações que tomaram as ruas do país. O artigo 55, que determinava à União disponibilizar serviços de sua competência, sem custos ao Comitê Organizador Local, como segurança, saúde, alfândega e imigração, foi acrescido dos seguintes parágrafos:

§1o Observado o disposto no caput, a União, por intermédio da administração pública federal direta ou indireta, poderá disponibilizar, por meio de instrumento próprio, os **serviços de telecomunicação necessários** para a realização dos eventos. (Incluído pela Lei nº 12.833, de 2013)

§2o **É dispensável a licitação** para a contratação pela administração pública federal, direta ou indireta, da Telebrás ou de empresa por ela controlada, para realizar os serviços previstos no § 1o. (Incluído pela Lei nº 12.833, de 2013) [grifos nossos]

Além da dispensa de licitação, sem previsão na Lei de Licitações, a décima primeira garantia, que versava sobre a estrutura de telecomunicações para o evento, enfim se tornou lei. Como explicado anteriormente, aquela garantia estabelece que a entidade poderia exigir do

Estado, para as Competições esportivas, um padrão especial de infraestrutura e serviços públicos, de forma a usufruir da mais moderna tecnologia para transmissão do evento privado. O direito de transmissão é negociado pela FIFA envolvendo cifras multimilionárias, assim como as inserções de publicidade nos intervalos dos jogos são vendidas pela emissora oficial de modo a extrair lucros com a exibição do evento. Logo, embora os custos para a montagem de estruturas temporárias tenham sido assumidos pelo Estado, os benefícios são privados. O Ministério Público Federal (MPF) questionou⁵¹ em setembro de 2013 o custeio das estruturas temporárias pela União, estados e municípios sedes da Copa 2014, por ausência de interesse público: seria um investimento estimado em R\$ 1 bilhão, em estruturas temporárias que não se reverteriam em benefícios à população, desmontadas assim que encerrada a Competição. Em uma segunda ação civil pública⁵², em outubro de 2013, o MPF buscou barrar o pagamento, pelo poder público, dos serviços de telecomunicações para transmissão dos jogos, alegando que o compromisso constante no documento de garantias se referia apenas à provisão de infraestrutura, o que não incluiria os serviços prestados. A ação não obteve sucesso junto à Justiça Federal⁵³.

Por fim, o artigo 68 da LGC determina a aplicação das disposições da lei nº 10671 de 2003 – o Estatuto do Torcedor - à Copa 2014 e à Copa das Confederações 2013, para em

51 Ação Civil Pública questiona custeio das estruturas temporárias para Copa 2014. Portal do Ministério Público Federal, 02 de setembro de 2013. Disponível em http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/arquivos_noticias/acp-fifa-estruturastemporarias.pdf Acesso em outubro de 2013.

52 Copa do Mundo: MPF propõe ações para evitar gasto de R\$ 1,2 bi pela União. Portal do Ministério Público Federal, 22 de outubro de 2013. Disponível em <http://www.prdf.mpf.mp.br/imprensa/22-10-2013-copa-do-mundo-mpf-propoe-acoas-para-evitar-gasto-de-r-1-2-bi-pela-uniao/?searchterm=fifa> Acesso em outubro de 2013.

53 Faz parte do preço de sediar a Copa, diz Justiça sobre exigências da FIFA. Folha de S.Paulo, Caderno Esporte, 28/03/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/03/1432338-faz-parte-do-preco-de-sediar-a-copa-diz-justica-sobre-exigencias-da-fifa.shtml> Acesso em abril de 2014.

seguida apresentar as exceções a essa mesma regra: “§1º Excetua-se da aplicação supletiva constante do caput deste artigo o disposto nos arts. 13-A a 17, 19 a 22, 24 e 27, no §2º do art. 28, nos arts. 31-A, 32 e 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, VIII, IX e X da referida Lei.” Significa que estão suspensos 29 dos 45 artigos do Estatuto do Torcedor, relativos a proteção e direitos do torcedor, como: a publicidade e transparência na organização das competições; a divulgação, durante a partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos; a obrigatoriedade de contratar seguro de acidentes pessoais em favor do torcedor portador de ingresso; a obrigatoriedade de disponibilizar uma ambulância, um médico e dois enfermeiros para cada 10 mil torcedores presentes; a responsabilização das entidades organizadoras da competição por prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios; a proibição de praticar preços excessivos ou aumentar sem justificativa os preços dos produtos alimentícios no local do evento esportivo; o direito de que a escolha dos árbitros seja feita mediante sorteio público; a publicação pela entidade de prática esportiva de documento em que conste mecanismos de transparência financeira, entre outros.

Em junho de 2013, a Procuradoria Geral da República (PGR) ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no STF⁵⁴, questionando parcialmente a LGC, no que se refere à isenção de impostos, custas e despesas judiciais concedida à FIFA, e à responsabilização da União por qualquer dano ou prejuízo gerado, inclusive por terceiros, à FIFA. Com relação à isenção fiscal, dizia a PGR:

Não é possível vislumbrar nenhuma razão que justifique o tratamento diferenciado da Fifa e de seus relacionados. Nesse sentido, a isenção concedida não se qualifica como um benefício constitucionalmente adequado, mas como um verdadeiro favorecimento ilegítimo (ibidem).

Segundo a Procuradoria, a isenção de custas processuais e outras despesas judiciais à Fifa, suas subsidiárias, seus representantes legais, consultores e empregados (artigo 53 da

54 Dispositivos da Lei Geral da Copa são questionados no STF. Página oficial do Supremo Tribunal Federal, 18/06/2013. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=241499> Acesso em junho de 2013.

LGC) viola o princípio da isonomia tributária, constante do artigo 150, inciso II, da Constituição de 1988, que proíbe à União

instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

A isenção fiscal, prática corrente do sistema tributário, costuma ser concedida a um setor econômico, como a indústria automobilística ou a de eletrodomésticos, e é estendida a todas as empresas deste setor, não a uma delas em especial. Não obstante, em maio de 2014 o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente⁵⁵ a ação contra dispositivos da LGC, por dez votos a um. Em voto vencido, o Ministro Joaquim Barbosa argumentou:

Com potencial de renda para entes privados extraordinário, na casa dos milhões de dólares, bilhões até se considerarmos os direitos de transmissão de rádio e TV internacionais, licenciamento de produtos e outras coisas, tudo em benefício da Fifa. Neste contexto, faz sentido uma isenção fiscal tão ampla? (...) A concessão de isenção viola tanto o princípio da isonomia quanto não tem qualquer motivação idônea para ser realizada.

O Ministro Luis Fux, em seu voto, afirmou⁵⁶: “Nem todos são iguais perante a Lei, na medida em que estejam criadas as condições jurídicas para isso.” Referia-se, claro está, à FIFA e aos benefícios fiscais concedidos à entidade, conforme o argumento vencedor na Suprema Corte, segundo o qual essas concessões seriam parte das condições e garantias assumidas para que o país sediasse a Copa 2014, quando se candidatou em concorrência com outros países (embora seja sabido que o Brasil foi o único candidato). Ao afirmarem que “a hora de discutir os compromissos assumidos já havia passado”, os ministros do STF deixam de dizer que o documento de garantias não poderia ter sido questionado judicialmente, já que não se tratava de lei, nem tinha natureza jurídica como têm os tratados internacionais, sejam

55 STF julga improcedente ADI contra dispositivos da Lei Geral da Copa. Página oficial do Supremo Tribunal Federal, 07 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=266270> Acesso em maio de 2014.

56 STF mantém lei que favorece Fifa: 'Nem todos são iguais perante a Lei'. UOL, 07/05/2014. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/07/stf-mantem-lei-que-favorece-fifa-nem-todos-sao-iguais-perante-a-lei.htm> Acesso em maio de 2014.

os comerciais ou de direitos humanos entre países e com entidades como a ONU. O argumento usado pelos ministros não tinha caráter jurídico, pois estava ancorado em um compromisso com estatuto de “contrato de adesão” entre o governo e uma entidade privada, sem qualquer valor legal. Em nota pública⁵⁷ aos parlamentares, visando pressionar pela não aprovação da LGC no Congresso, ainda em 2012, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa afirmava:

A nosso ver, toda a concepção da Lei Geral é em si mesma um grande equívoco, tanto do ponto de vista político como jurídico. Em primeiro lugar, ela é ilegítima, porque, baseada meramente em contratos estabelecidos entre o Brasil e uma entidade privada, tem pouco ou nada a ver com o atendimento do interesse público. O Caderno de Garantias e Responsabilidades, que tem servido como sua principal justificativa, foi assinado em 2007 sem qualquer respaldo, discussão ou conhecimento da população. Apenas recentemente esses documentos vieram à público, demonstrando o grau de submissão do Estado brasileiro às exigências da FIFA. Além disso, esses compromissos são inválidos, uma vez que nem mesmo os membros do Poder Legislativo foram ouvidos, servindo agora de meros avalistas para um cheque em branco assinado há anos pelo governo, sem considerar suas consequências. **Nossa Constituição Federal estabelece claramente, em seu art. 49, I, a competência exclusiva do Congresso Nacional para "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional". Não é outro o caso dos acordos entre Brasil e FIFA, especialmente diante de exigências como a responsabilidade objetiva da União Federal por "danos e prejuízos" causados durante os jogos prevista nos arts. 22 a 24 do PLC 10/2012. O Congresso Nacional, contudo, não foi convocado nem antes, nem após a assinatura desses contratos para apreciar seu conteúdo.** [grifo nosso]

A ANCOP apontava em sua nota a ilegitimidade do documento de garantias governamentais, alegando que ele não passou pelo crivo do Congresso Nacional, e não sendo legal, não poderia servir de sustentação ou justificativa para as regras especiais da LGC. Ao contrário, a entidade reivindicava que a LGC se submetesse à hierarquia do estado democrático de direito, considerando a Constituição, e não o acordo com a FIFA, como parâmetro. No entanto, o discurso dos direitos e da cidadania não encontrou eco no debate público com força suficiente para estabelecer limites à ação governamental. Relativizando o princípio constitucional da isonomia, Fux sugere que é possível estabelecer exceções à regra geral, desde que estejam dispostas no interior mesmo do corpo jurídico. Por isso a fala do

⁵⁷ Ancop considera Lei Geral da Copa inconstitucional. Brasil de Fato, 10/05/2012. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/9535> Acesso em maio de 2012.

Ministro do STF é reveladora: desde que estejam criadas as condições jurídicas, o direito acolherá tantas diferenças de tratamento e exceções quantas forem necessárias, pois as bases da lei estão assentadas na necessidade do mercado e na urgência que rege seu tempo. Dentro do arcabouço normativo, as exceções não são alienígenas, mas parte do jogo e constitutivas do próprio estado de direito.

Trata-se da questão central deste capítulo: o processo através do qual o mercado vai colonizando a política e a lei, promovendo para tanto a sua instrumentalização. Tal processo provoca a erosão da normatividade legal “democrática”, via instrumentos de exceção que, levados ao limite, terminam por abalar liberdades e garantias civis e políticas fundamentais, sobre as quais nos deteremos na próxima sessão. Nesse sentido, destacamos que a análise da ANCOP mencionada acima deve ser situada: pertinente para efeito de denúncia e debate político face aos dispositivos de controle, e portanto, militante, a análise “nativa” não tem para nossa pesquisa o estatuto de grade analítica, ou parâmetro analítico. Com isso, esclarecemos que entendemos os riscos e não pretendemos com esse trabalho fazer uma defesa liberal do “Direito” e da “Democracia” enquanto tipos ideais, ou entidades dadas a priori. São, ainda assim, campos de batalha, e definem os termos pelos quais as questões são expressadas e apreendidas, embora a lógica que impulsiona sua dinâmica não esteja alojada no direito (FOUCAULT: 1988). Tampouco se trata de reiterar o campo do direito como dimensão em si mesma “emancipatória”, mas como campo de disputa e campo de batalha que mobiliza variados atores e produz efeitos de poder concretos.

Sessão 1.3 Garantia da Lei e da ordem

Diversas outras leis, decretos, portarias etc., foram produzidas no período de 2007 a 2014 sob a justificativa de atender às especificidades da organização e realização da Copa 2014 no Brasil. Por economia de texto, escolhemos mencionar aqui aquelas que se voltam especialmente às “garantias da lei e ordem”. Nossa hipótese aqui é que este conjunto de normas se somaria ao anterior e seria dele um requisito, pois garantiria a criação, manutenção

e expansão do mercado via megaeventos, reforçando a “militarização” das cidades. As razões dessa lógica militarizada de gestão e sua composição com o primado do governo de populações sob os critérios de mercado na cidade contemporânea não são evidências em si mesmas: seria preciso deslindar os nexos entre esses termos, como matéria de reflexão e pesquisa que não caberiam no espaço-tempo desta dissertação.

Projetos de lei visando tipificar o crime de “terrorismo” que há anos tramitavam no Congresso ganharam força com a aproximação da Copa 2014. Velhos e novos projetos sobre o tema foram apresentados, explicitamente justificados pela proximidade dos megaeventos no Brasil, evocando a necessidade de incrementar a segurança interna inclusive contra eventuais atos terroristas internacionais, que poderiam atingir as delegações das equipes. Essas propostas, que logo se tornaram objeto de crítica intensa por parte de juristas, imprensa e movimentos sociais, tinham em comum a definição do terrorismo como o ato de “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado”, sendo a tipificação ampla e subjetiva o suficiente para permitir correspondência aos mais diversos atos, donde o receio dos movimentos sociais serem enquadrados por suas ações de fechamento de vias, ocupações etc. é justificado. Será preciso considerar, evidentemente, que tais projetos ganham força num momento nada banal: o Brasil pós junho de 2013, cujo governo é colocado frente a frente com uma juventude dotada de repertório tático de ação direta (barricadas e quebra-quebra como resistência e enfrentamento da repressão) e que, embora minoritária, se reivindicava anticapitalista e absolutamente refratária às representações e mediações partidárias. Esta juventude estava nas ruas pelo menos desde 2001, por ocasião das lutas antiglobalização, mas doze anos depois teve condições de ganhar apoio popular e massificar as manifestações de rua (e multiplicar suas táticas, espalhando a revolta), para reverter o aumento das tarifas do transporte público em mais de uma centena de cidades, a começar por São Paulo, o que não foi pouca coisa. Em escala global, consideramos outros dois eventos: em primeiro lugar, o acontecimento do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, que permitiu renovar-se a gramática bélica e (re)inventar-se a “guerra ao terror”, envolvendo o mundo por inteiro. Em segundo lugar, o novo ascenso global das lutas anticapitalistas, com as “primaveras árabes”, o movimento “Occupy Wall Street” e seus derivados, os “indignados” da Espanha, Grécia, Turquia etc. Nesse sentido, as investidas contra-insurgentes ou contra-terroristas dos projetos de lei

vinham responder, para além dos megaeventos, a um contexto de conflitos em escala local e também global. Trataremos melhor destes pontos no Capítulo III.

Voltando ao caso do Brasil: Após incidentes em manifestações que envolveram a morte de um cinegrafista⁵⁸ de uma emissora de televisão no Rio de Janeiro, os projetos tiveram tramitação acelerada e ganharam espaço na imprensa como a rápida e necessária “resposta” do poder legislativo a um episódio de violência. Mas, apesar dos apelos por criminalização, até a Copa 2014 tais projetos não chegaram a tornar-se lei. Puderam, no entanto, imprimir à política de segurança para os megaeventos tons de perseguição política e intimidação aos movimentos sociais que foram às ruas em 2013, alimentando debates e receios sobre um possível “terrorismo de estado” no ano em que o golpe civil-militar de 1964 completou seu cinquentenário. O Projeto de Lei do Senado - PLS 728/2011, que definia crimes “com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo FIFA de 2014 (...) bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos” foi arquivado em novembro de 2014⁵⁹. O PLS 588/2011, PLS 707/2011, PLS 762/2011, PLS 499/2013, e PLS 44/2014, que definem crimes de terrorismo, ainda tramitam no Senado no momento em que este texto é elaborado e revisado (final de 2014, início de 2015), sendo que a maior parte deles foi encaminhada ao relator da reforma do Código Penal em andamento para ser analisada em conjunto com propostas sobre outros crimes. Com a nova legislatura no início de 2015 na Câmara de Deputados, inúmeros projetos de lei sobre o tema tiveram sua tramitação renovada, e seguem sua tramitação.

58 Morte de cinegrafista esquento debate sobre tipificação do crime de terrorismo. Agência de notícias do Senado, 10/02/2014. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/10/morte-de-cinegrafista-esquenta-debate-sobre-tipificacao-do-crime-de-terrorismo> Acesso em fevereiro de 2014.

59 Projetos e Matérias legislativas. Pesquisa na página do Senado, disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103652&p_sort=DESC&p_sort2=D&p_a=0&cmd=sort Acesso em novembro de 2014.

Por outro lado, foi aprovada em agosto de 2013, no rescaldo das manifestações de junho, a lei federal nº 12850, que define *organização criminosa* e disciplina o procedimento de apuração e investigação dessa conduta, como

a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

A lei também altera o Código Penal (artigo 288), transformando *quadrilha ou bando* em *associação criminosa*, que seria simplesmente “associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes”. Apesar de não trazer em seu texto menção às Competições esportivas, a lei de organizações criminosas pode ser considerada parte do pacote de alterações no ordenamento já descrito aqui, pelo momento de sua aprovação, caracterizado por intensos conflitos sociais, e por seus efeitos. Gabriela Azevedo, advogada popular no Rio de Janeiro e mestrandia em direito, em seu breve artigo⁶⁰ nos informa que

Ambas as alterações ocasionadas pela lei têm afetado diretamente a criminalização dos manifestantes. A Lei 12.850/2013 possui diversos procedimentos que não apenas são inconstitucionais, como também colidentes com a legislação internacional, como a quebra de sigilo telefônico. **O enquadramento em associação criminosa vem ocasionando a detenção de dezenas de manifestantes, sem que a estes seja apontada nenhuma conduta específica**, flexibilizando e estendendo a possibilidade de criminalizar um manifestante pelo simples fato de se estar presente numa manifestação. Nesse sentido, no ato do dia 15 de outubro, em que foram detidas a um só tempo 190 pessoas, se formaram nas delegacias associações criminosas com educadores do ensino básico, carteiros, adolescentes, professores de pós graduação, estudantes universitários, microbiólogos, e outras pessoas que não se conheciam, mas que *foram associadas* pelo simples fato de estarem na escadaria da Câmara Municipal no mesmo momento. [grifo nosso]

Interessante notar que o crime de associação criminosa tenha sido imputado isoladamente, embora a partir de sua própria definição fosse necessário haver um crime propriamente dito para o qual as pessoas se associem. Assim a associação de pessoas, em si, passa a ser objeto de persecução criminal, visando à garantia da *ordem pública*. Azevedo (2014) também chama a atenção para as novidades em relação à investigação e meios de obtenção da prova trazidas por esta lei, que inclui no artigo 3º, entre os meios permitidos:

60 *Reflexões sobre a cidade e o poder*. Gabriela Azevedo. Sem data. Ensaio apresentado para seminário de discussão na FFLCH/USP em março de 2014.

I - colaboração premiada; II - captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; III - ação controlada; **IV - acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; V - interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica; VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; VII - infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do art. 11; VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.**

A lei passa a permitir, na investigação de supostas organizações criminosas, a quebra de sigilo e interceptação telefônica e telemática, por requisição do delegado de polícia ou ministério público, *sem necessidade de ordem judicial* para a requisição de dados cadastrais como qualificação, filiação pessoal e endereço, além de reservas e registros de viagens e da identificação dos números de origem e destino de ligações telefônicas. No caso de infiltração de agente policial, a lei regulamenta esse tipo de operação garantindo o sigilo das informações e a identidade do agente infiltrado, inclusive em relação ao juiz que conceder a autorização. A infiltração pode ocorrer no prazo de até seis meses, que podem ser renovados indefinidamente, conforme for comprovada a necessidade. Este expediente já foi utilizado para controlar movimentos sociais e manifestações, no curioso caso do inquérito policial⁶¹ dos “black bloc” no Rio de Janeiro. Em São Paulo também foi instaurado inquérito no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC)⁶², com os mesmos fins.

Em 09 de dezembro de 2013, o então Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Ivan Sartori, publicou a Portaria n.º 8.851/2013, que instaurou o Centro de Pronto Atendimento Judiciário em Plantão (CEPRAJUD) com a finalidade de apreciar “comunicações de prisão em flagrante e medidas cautelares processuais penais, relacionadas a grandes manifestações na Capital”. A criação do CEPRAJUD foi recomendada aos Tribunais Estaduais pela Resolução nº 71/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a finalidade

61 Depoimento de PM infiltrado detalhou atos violentos no Rio. 29/07/2014, Folha de S.Paulo, Caderno Poder. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1492591-depoimento-de-pm-infiltrado-detalhou-atos-violentos-no-rio.shtml> Acesso em agosto de 2014.

62 O “inquérito do black bloc”. 28/02/2014, Agência Pública. Disponível em <http://apublica.org/2014/02/inquerito-black-bloc-2/> Acesso em março de 2014.

de “atender demandas de comprovada urgência de prestação jurisdicional relacionada a processos judiciais em regime de plantão judiciário”, a ser estabelecido nos dias e horários em que não houver expediente forense. O CEPRAJUD instalado no TJ-SP, por sua vez, atua de modo contínuo, enquanto houver manifestações no estado. A interpretação do presidente do Tribunal de Justiça é que os protestos constituem *situação excepcional* e como tais devem ser tratados. Por sua vez, a Associação de Juízes para a Democracia⁶³ e a Organização Conectas Direitos Humanos⁶⁴ entendem que a exceção estaria no próprio CEPRAJUD: um *tribunal de exceção* para julgar um determinado cidadão - aquele que protesta; por isso a portaria de criação do tribunal deveria ser revogada. Entre os apontamentos das duas entidades, está a violação ao princípio do juiz natural e independência judicial, pois segundo a portaria do CEPRAJUD os juízes seriam designados diretamente pelo Presidente do Tribunal, e não por sorteio na distribuição de inquéritos e processos, como é regra geral no processo penal. Outra crítica é a própria interpretação de manifestações e protestos como situação de exceção ou urgência, que autorizariam o estado a tomar atitudes extraordinárias, em vez de garanti-los e respeitá-los como direitos fundamentais do chamado Estado Democrático de Direito. Por fim, as organizações apontam que já há regime de plantão judiciário instalado no Tribunal de Justiça para prisões e crimes comuns, com critérios pré-estabelecidos para a designação de juízes, não havendo, portanto, necessidade de instalar um tribunal especialmente para atuar em manifestações populares.

Na África do Sul, em 2010, foram criados 56 tribunais especiais (de exceção) que operaram no período da Copa para julgar delitos relacionados ao evento, por exigência da FIFA. Os julgamentos tinham de acontecer sob rito especial – com "celeridade", e as penas, aplicadas imediatamente, de maneira mais severa em relação às normas vigentes no país antes do evento. Em alguns casos⁶⁵, sul-africanos acusados de pequenos furtos (um aparelho

63 Nota da AJD sobre o CEPRAJUD: O Judiciário e as Manifestações, 04/06/2014. Disponível em: http://ajd.org.br/documentos_ver.php?idConteudo=153 Acesso em junho de 2014.

64 Pedido de providências ao Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, 30/04/2014. Disponível em: http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Pedido%20de%20Provid%C3%Aancias%20-%20CNJ%20-%20Justi%C3%A7a%20Itinerante_Conectas%20IDDD_FINAL.pdf Acesso em maio de 2014.

65 *Tribunais "de exceção" da Copa foram rápidos, mas feriram direitos, dizem sul-africanos.*

celular ou uma máquina fotográfica) foram sentenciados a 5 e 15 anos de prisão, respectivamente. Turistas argentinos suspeitos de “arruaças” foram punidos com deportação. Acusados de fazer marketing de empresas concorrentes das patrocinadoras oficiais foram detidos. Os processos se deram em prazo recorde: no dia seguinte ao flagrante o acusado era julgado e sentenciado, com o auxílio de esquadrões especiais de investigação, baseados em dispositivos legais que a Fifa exigiu – e o governo aceitou - acrescentar às leis do país.

A Inglaterra, para as Olimpíadas de Londres (2012), seguiu na mesma direção, conforme noticiado pelo portal ConJur⁶⁶, especializado na temática jurídica: a Justiça criminal britânica teve seus procedimentos e prazos alterados para que todos os crimes relacionados aos Jogos fossem julgados até o final do evento. Vale transcrever a reportagem sobre as mudanças implementadas:

Batedores de carteira, brigas de torcida e fraudadores de ingressos, quando pegos pela Polícia, devem ser julgados no dia seguinte. O uso da tecnologia e a flexibilização de algumas burocracias são as grandes apostas. As chamadas cortes virtuais — que permitem que o acusado seja ouvido já da delegacia e até julgado nos casos mais simples — vão ser largamente usadas.

A reportagem informa também que a expectativa do governo inglês é de longo prazo, no bojo de uma série de reformas para tornar mais rápida a justiça criminal: "uma pequena parte desses planos, como as cortes virtuais, está sendo colocada em prática nas Olimpíadas. Os jogos devem servir de termômetro." O relato sugere, à primeira vista, que estes novos procedimentos vêm conferir "agilidade e eficiência" aos princípios basilares do direito

Portal Ópera Mundi, 16/07/2010. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/5099/tribunais+%26%2334de+excecao+%26%2334+da+copa+foram+rapidos+mas+feriram+direitos+dizem+sul-africanos.shtml> Acesso em setembro de 2011. Ver também: *Fifa exigiu mudanças na justiça da África do Sul*. Jornal da Globo, edição de 23/06/2010. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/06/fifa-exigiu-mudancas-na-justica-da-africa-do-sul.html> Acesso em setembro de 2011.

66 *Inglaterra monta esquema especial para julgar crimes*. Consultor Jurídico, 27/07/2012. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-jul-27/inglaterra-monta-esquema-especial-julgar-crimes-durante-olimpiadas> Acesso em setembro de 2011.

devido processo legal e da ampla defesa, fazendo da adoção do procedimento sumário (uma exceção processual) a própria regra.

Por fim, a Portaria do Ministério da Defesa regulamentando as *Operações de Garantia da Lei e da Ordem* (GLO) foi publicada em 20 de dezembro de 2013 e, após repercussão negativa na imprensa, reeditada em 03 de fevereiro de 2014. Somente o fato de haver duas versões da portaria em curto intervalo de tempo já tornaria seu conteúdo de especial interesse. Toda a hierarquia de produção normativa, a partir da Constituição, passando por lei complementar, decretos e enfim a portaria, seguem o rito comum e se integram perfeitamente ao ordenamento, mas é na minúcia de seu conteúdo que encontramos o interesse para esta pesquisa.

A portaria regulamenta o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001, que “fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem”. O decreto de 2001, por sua vez, regulamenta a lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que disciplina a atribuição de garantia da lei e da ordem conferida às Forças Armadas pelo artigo 142 da Constituição Federal; a lei determina que cabe à presidência da república a responsabilidade e a decisão sobre o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, uma vez esgotados os instrumentos constitucionais para o desempenho da segurança pública (as polícias militares). A lei de 1999 foi alterada em 2004 por uma nova lei complementar (LC nº117) para acrescentar que “consideram-se esgotados os instrumentos (...) quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes (...)”.

O decreto de 2001 tem como finalidade “orientar o planejamento, a coordenação e a execução das ações das Forças Armadas, e de órgãos governamentais federais, na garantia da lei e da ordem”. Segundo o texto, mais uma vez, “é de competência exclusiva do Presidente da República a decisão de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem”, que pode ser tomada por sua própria iniciativa ou a pedido dos presidentes do STF, do Senado ou da Câmara Federal, ou, ainda, atendendo a solicitação de governador. A justificativa para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, repete o decreto, é o esgotamento

dos instrumentos para isso previstos, de modo que as Forças Armadas deverão “sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares”. O artigo 3º do decreto de 2001 também traz o texto da LC 97/1999, posteriormente incluído em 2004: “consideram-se esgotados os meios previstos no art. 144 da Constituição, inclusive no que concerne às Polícias Militares, quando, em determinado momento, indisponíveis, inexistentes, ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional”. E no artigo 5º, o decreto amplia as hipóteses de emprego das forças armadas, para incluir outras em que se *presume a possibilidade* de perturbação da ordem:

O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, que deverá ser episódico, em área previamente definida e ter a menor duração possível, abrange, ademais da hipótese objeto dos arts. 3º e 4º, **outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem, tais como as relativas a eventos oficiais ou públicos**, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de Governo, estrangeiro, e à realização de pleitos eleitorais, nesse caso quando solicitado. [grifo nosso]

A decisão sobre declarar uma situação excepcional, afirmando a necessidade de emprego das Forças Armadas na segurança pública interna com o objetivo de garantir a lei e a ordem cabe, portanto, ao *soberano*. Uma decisão que por iniciativa do chefe do poder executivo, avalia uma situação existente ou pode ainda ter caráter de antecipação a uma possibilidade de perturbação da ordem que ainda não ocorreu. Assim, foi possível acionar as Forças Armadas para intervenções e ocupações militares nas favelas do Rio de Janeiro (notadamente o Complexo da Maré, que permanece ocupado), mas também por ocasião da Reunião de Cúpula Internacional Rio+20, em 2012, na visita do Papa ao Rio de Janeiro, em 2013, e na Copa 2014, antecipando a possibilidade de manifestações e protestos. Todas essas operações foram orientadas, supostamente, pelas diretrizes contidas na Portaria de Garantia da Lei e da Ordem. Seu conteúdo, como dito acima, foi alterado em um intervalo de 45 dias entre a primeira e a segunda publicação, pois sua linguagem causou estranhamento e repercussão negativa na imprensa, especialmente ao final do ano que ficou marcado por grandes manifestações nas ruas das nossas cidades – e no momento em que os chamados “black blocs” e seus métodos estavam no centro do debate público. A portaria definia, originalmente, como “Forças Oponentes”:

- a) **movimentos ou organizações;**
- b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc;
- c) **pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e**
- d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial. [grifo nosso]

E listava como “Principais Ameaças”:

- a) ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação;
- b) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras;
- c) **bloqueio de vias públicas de circulação;**
- d) **depredação do patrimônio público e privado;**
- e) **distúrbios urbanos;**
- f) **invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas;**
- g) **paralisação de atividades produtivas;**
- h) **paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País;**
- i) **sabotagem nos locais de grandes eventos; e**
- j) **saques de estabelecimentos comerciais** [grifo nosso]

Estavam portanto classificados como forças oponentes às Forças Armadas, na mesma lista em que se elencavam organizações criminosas, quadrilhas do “narcotráfico” e contrabandistas, os movimentos e organizações em geral, bem como seus métodos clássicos de reivindicação – o bloqueio de vias públicas, ocupação de terras e prédios, greves e outros “distúrbios urbanos” - classificados como as principais ameaças a serem enfrentadas por uma operação de garantia da lei e da ordem. Por esses termos, a portaria foi reeditada e, na sua nova versão, uma linguagem mais sutil e elegante foi empregada. Desta vez, estavam elencadas apenas as “organizações criminosas e não criminosas”, mas escapava algo à revisão do Ministério da Defesa: no apêndice 8, anexo C, os “movimentos sociais reivindicatórios” ainda figuravam como forças oponentes.

Durante a Copa 2014, a garantia da lei e da ordem não se restringiu às ruas, às forças policiais e às Operações das Forças Armadas. No campo de batalha jurídico, outras forças atuaram para garantir a “normalidade”, o acesso às vias públicas e a manutenção de serviços:

a Advocacia-Geral da União (AGU), conforme informa uma reportagem⁶⁷, com um time de 414 operadores do direito em regime de plantão desde maio de 2014 até o final da Copa em julho, monitorou paralisações de serviços públicos, interdições de rodovias federais e ocupações de prédios públicos, para então acionar a justiça: “Vínhamos com um grupo em todo país monitorando individualmente, junto com as informações dos órgãos de inteligência e segurança, todas as intervenções que poderiam atrapalhar os jogos”, afirmou o Procurador-Geral Federal à reportagem, Marcelo de Siqueira. A força-tarefa promoveu 12 ações judiciais com pedidos liminares (ou seja, em caráter de urgência, para serem julgados antecipadamente) que, segundo apurou a Agência Pública, pleiteavam o pagamento de multas diárias pelos sindicatos somando R\$ 15,8 milhões em caso de descumprimento das decisões judiciais. Assim,

conseguiram efetivamente impedir ou reduzir greves de 10 categorias de servidores públicos, proibir manifestações que bloqueassem rodovias federais em 6 estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe – e piquetes ou manifestações no entorno do estádio Arena das Dunas e Arena Pernambuco e nos aeroportos do Rio de Janeiro. (ibidem)

O Procurador-Geral Paulo Henrique Kuhn explicou à Agência Pública a atuação da AGU:

Veja bem, o Brasil convidou o mundo inteiro para vir para cá assistir uma Copa do Mundo, nós temos que garantir a segurança e a regularidade do evento, sob pena de a União ser responsabilizada por conta da Lei Geral da Copa. Se um jogo não acontece, se algo ocorre, a FIFA vai demandar a União. Existem muito contratos envolvidos nesse evento, prejuízos a patrocinadores, a consumidores que vieram do mundo inteiro, isso tudo foi previsto na Lei Geral da Copa que a União poderia ser demandada. (ibidem)

Seria preciso uma discussão à parte, mais aprofundada, ou melhor, uma genealogia das possíveis continuidades e descontinuidades desde as noções atuais de “força oponente” como “força adversa” até chegar ao “inimigo interno” e à Doutrina de Segurança Nacional e as atualidades de uma história de autoritarismo de longa duração no Brasil. Não temos a pretensão de fazer aqui esta discussão, mas há questões que podem ser melhor pensadas se seguirmos as pistas fornecidas por Marta Machado e José Rodriguez, em brevíssimo artigo de

67 O braço forte da União. Agência Pública, 12/07/2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/07/o-braco-forte-da-uniao/> Acesso em julho de 2014.

apresentação do Dossiê Estado de Direito e Segurança, publicado em 2009⁶⁸. Ao apresentar os dois textos que compõem o dossiê (“Terroristas como pessoas no Direito”, de Günther Jakobs, e “Cidadãos mundiais entre a liberdade e a segurança”, de Klaus Günther), os autores também apresentam um olhar sobre os modos com que se infiltram, no Estado de Direito, paradigmas securitários que tem feito do Direito Penal, em alguns casos, “mero instrumento de prevenção policial” (Machado e Rodriguez: 2009, p.5), justificado pelo chamado “combate ao terrorismo e ao crime organizado” no contexto europeu deste início de século. Para a nossa discussão, guardadas as proporções – e compartilhando a hipótese dos autores de que não se trata de um caso isolado na Alemanha ou na Europa, mas de um “sistema mundial de segurança”, é especialmente caro o entendimento segundo o qual

A confusão entre direito penal e medidas policiais estaria corroendo por dentro os fundamentos do Estado de direito ao permitir que os agentes públicos constriam pessoas diante de situações de simples suspeita de perigo, apenas em nome da prevenção. No limite, o aprofundamento dessa tendência levaria a um modelo de Estado policial ou preventivo, em que se inverte o ônus da prova: é como se todos nós fôssemos suspeitos até que se prove em contrário e, por isso, o Estado pode vir a ser autorizado a investigar os atos de qualquer pessoa a qualquer momento, bastando para isso decidir, unilateralmente, que tal ação se justifica para fins de prevenção. (ibidem)

Por isso a importância de olhar de perto estas modificações no ordenamento e nas instituições: na leitura dos autores, estaria em jogo o embate entre liberdade e segurança, ou melhor, entre os direitos civis e políticos (a liberdade, tal como é regulada e definida nesses termos) e a segurança. Os textos apresentados no dossiê revelam instrumentos demasiadamente semelhantes aos que vimos nesta sessão:

a punição, na Alemanha, do mero pertencimento a organizações criminosas como um crime autônomo a penas bastante elevadas e as diversas medidas de antecipação da ação do Estado, independentemente da ocorrência de um fato ilícito, com a ampliação de seus poderes de investigação, justificadas sob a necessidade de prevenção (investigações sigilosas, escutas, prisões preventivas etc.). Trata-se de medidas que não se justificam pelo que já ocorreu, como é de regra a atuação do Direito penal, mas que se guiam pelo desejo de segurança futura. (Ibidem, p.6)

Tais instrumentos ganham força sem maiores percalços pois, segundo os autores, a ideia de segurança tem apoio na opinião pública suficiente para justificar políticas

68 MACHADO, Marta e RODRIGUEZ, José. *Apresentação do Dossiê Estado de Direito e Segurança*. In: *Revista Novos Estudos*. nº 83, pp. 5-9. São Paulo: CEBRAP, março de 2009.

preventivas, reduzindo espaços de liberdade ancorados no pressuposto que “nem todos são iguais perante a lei” (pois cabe lembrar mais uma vez a frase do excelentíssimo Ministro do STF). Haveria, então, duas classes de sujeitos - cidadãos e inimigos, ideia que, em si mesma, faz corroer os fundamentos da democracia e do estado de direito, notadamente o valor da universalidade dos direitos da pessoa humana.

Mas é uma outra contribuição de Machado e Rodriguez, para além da apresentação das questões sobre o paradigma securitário contidas nos textos do dossiê, que nos provoca em especial e pautou as descrições sobre a produção normativa e as mudanças institucionais desta pesquisa:

uma análise institucional que desça à minúcia do funcionamento das instituições acrescenta muito à compreensão do funcionamento do aparelho do Estado e sua relação com a sociedade. Falar de “direito”, “norma” e “normalização” em abstrato é, na maior parte das vezes, deixar de tratar dos problemas que realmente interessam. Pois no interior de um conceito como “Estado de direito” cabem diversos desenhos institucionais, inclusive alguns que, veladamente, podem vir a destruir a racionalidade de seu funcionamento. Muitas vezes, é no nível menos abstrato do desenho das instituições e da criação de normas de hierarquia inferior que a batalha da liberdade e da democracia é perdida. (...) Hoje, o pensamento e as práticas autoritárias parecem ter fixado residência na minúcia institucional e deixado as grandes idéias totalizantes um pouco de lado. (Ibidem, p.8)

Ao seguir esta pista, pudemos observar como operam algumas das instituições que atuaram na garantia da lei e da ordem, tanto no campo das batalhas jurídicas quanto nas ruas e delegacias. Destrinchar pequenas mudanças na minúcia de portarias e decretos, a instalação via portaria de tribunais especiais, minúsculos (mas incontáveis) acréscimos e modificações nas leis e a atuação de operadores do direito no seio dos órgãos estatais, ou seja, a opção por uma análise minuciosa de institutos jurídicos concretos, todos perfeitamente legais no sentido técnico, permitiria avançar numa tomada de posição que possa reforçar a perspectiva crítica e, “interferir na definição do nosso espaço de liberdade” (Ibidem, p.8), ou pelo menos expor a restrição amiúde desse espaço. De outra forma, seria tortuoso o caminho para a discussão, já que, como colocam os autores, quase todos os discursos, da matiz conservadora à progressista, defendem publicamente o estado de direito e a democracia como figuras abstratas. Mas, concretamente, “muitos estão prontos a admitir que o Estado possa grampear telefones sem controle judicial, revistar cidadãos e residências em qualquer circunstância, entre outras ações que restringem ou mesmo suprimem direitos e liberdades” (Ibidem, p.9).

Sessão 2. Tempo da urgência, tempo do mercado

Sessão 2.1 A “Família FIFA”

Ao descrever a ampla produção normativa referente à Copa 2014, quase em sua totalidade justificada pelos compromissos assumidos pelo governo junto à FIFA, há uma questão que persiste: afinal, quem (ou: o quê) é a FIFA? Qual seu estatuto? Trata-se de uma empresa? De uma organização não governamental? De uma associação de dirigentes do futebol? Como se deu seu surgimento? Em que momento a entidade foi reconhecida como a reguladora do futebol no mundo? A que se deve seu poder sobre o esporte mais popular do planeta? Antes de discutir o que identificamos como “leis de exceção”, buscaremos nesta sessão seguir algumas pistas sobre a FIFA, de forma a permitir um melhor entendimento sobre os efeitos que esta produção normativa teve no Brasil.

A Fédération Internationale de Football Association (FIFA) é uma *associação de direito privado*, fundada em Paris em 21 de maio de 1904, com sede em Zurique - Suíça, *sem fins lucrativos*. É a instituição internacional que dirige as associações de futsal, futebol de areia e futebol, promove campeonatos mundiais nas diversas categorias e tem como missão fomentar o desenvolvimento do esporte nos 209 países a ela associados⁶⁹. Com esse número, é a instituição internacional que possui a segunda maior quantidade de associados⁷⁰, inclusive mais associados do que a Organização das Nações Unidas e o Comitê Olímpico Internacional, que possuem, respectivamente, 193 e 205 membros cada. As regras do futebol que governam o jogo não são apenas de responsabilidade da FIFA: existe um comitê chamado International Football Association Board (IFAB) que discute as regras do futebol. No comitê, a FIFA é representada por quatro dirigentes (metade dos membros). A outra metade do comitê é

69 Informações obtidas no Estatuto da FIFA em sua página oficial, disponível em: <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/statutes.html> Acesso em abril de 2012.

70 A Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF) possui 212 membros.

composta por representantes de Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte, os supostos fundadores do esporte. É composta por seis Confederações continentais, que organizam competições na sua área de atuação: CONMEBOL (América do Sul), CONCACAF (América do Norte, América Central e Caribe), UEFA (Europa), AFC (Ásia), CAF (África) e OFC (Oceania). Além das Confederações, fazem parte da FIFA federações nacionais e associações ligadas ao futebol, entre as quais a entidade distribui as receitas obtidas com patrocinadores, venda de ingressos, direitos de transmissão dos jogos e outras fontes. Seu objetivo é “aprimorar constantemente o futebol e promovê-lo globalmente através dos seus valores unificadores, educacionais, culturais e humanitários, especialmente através de programas de desenvolvimento e para jovens”⁷¹.

O seu atual presidente é o suíço Joseph Blatter e o seu atual secretário executivo é o francês Jérôme Valcke. O presidente é eleito pelo Congresso da FIFA, com representantes de cada país, a cada quatro anos. Órgão mais importante da entidade, o Congresso é geralmente realizado a cada dois anos mas, desde 1998, tem ocorrido anualmente. Abaixo do Congresso estão os dois órgãos executivos: um deles é o Comitê Executivo - responsável por tomar as decisões sobre todos os casos não previstos na responsabilidade do Congresso da FIFA nem reservados para outros órgãos pelo estatuto da entidade. É este órgão que define o local e as datas das competições da FIFA, bem como o número de equipes participantes. O Comitê Executivo é composto pelo presidente, pelo secretário executivo, por um vice-presidente sênior, por sete vice-presidentes e mais 16 membros. O outro órgão executivo é o Comitê de Emergência, composto pelo presidente e os seis presidentes de cada confederação continental. O secretário geral é auxiliado por 27 comitês permanentes e três órgãos jurídicos (Comitê de Ética, Disciplinar e de Recurso).

Segundo a narrativa minuciosa, sarcástica e carregada de adjetivos de Andrew Jennings⁷² (2011) os dirigentes da entidade protagonizaram, desde os anos 70 até hoje, casos

71 Missão e estatutos. Portal oficial da FIFA, disponível em:

<http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/mission.html> Acesso em abril de 2012.

72 Para uma história da FIFA e seus bastidores, ver: *Jogo Sujo: O mundo secreto da FIFA*. São

escandalosos envolvendo pagamento de propina a dirigentes do alto escalão do futebol, em troca de votos na eleição presidencial da FIFA e na escolha dos países-sede da Copa do Mundo; emissão e venda fraudulenta de ingressos para o campeonato mundial – como vimos novamente durante a Copa 2014, no Brasil⁷³; e desvio de lucros obtidos com a venda dos direitos de transmissão dos jogos para emissoras de televisão, entre muitos outros. A história recente da entidade e de suas relações com corporações e negócios duvidosos remonta a 1974, quando João Havelange⁷⁴ foi eleito presidente da FIFA com o apoio de Horst Dassler, presidente da Adidas – empresa de artigos esportivos. Pouco depois, já em 1980, o empresário e político importante do regime fascista espanhol, Juan Antonio Saramanch chega à presidência do Comitê Olímpico Internacional (COI) também com a ajuda de Dassler, onde permaneceu até 2001. No ano seguinte, o mesmo Dassler consegue alavancar a candidatura de Primo Nebiolo à presidência da Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF). Finalmente, em 1982, Dassler cria a International Sport & Leisure⁷⁵ (ISL), empresa de marketing esportivo que teve contratos com a FIFA (bem como acordos semelhantes com o COI e a IAAF) e protagonizou casos de propina envolvendo a entidade.

A ISL seria a responsável por negociar os contratos envolvendo direitos de transmissão dos jogos da Copa, até sua falência em 2001. Este caso de negociata revelado por Jennings foi recentemente atestado pela Justiça suíça: em processo que investigou o caso da empresa ISL, o ex-presidente da FIFA, João Havelange, e o ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, assim como o atual, Joseph Blatter, figuram

Paulo: Panda Books, 2011 e *Um Jogo Cada Vez Mais Sujo*. São Paulo: Panda Books, 2014. Jornalista britânico e *persona non grata* da FIFA, Jennings realizou pesquisa e reportagem investigativa extensas, que resultaram nos dois livros citados e um documentário para a BBC.

73 CEO da Match, empresa de venda de ingressos da Copa, é preso no Rio. Portal G1, 07 de julho de 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/membro-de-empresa-ligada-fifa-e-preso-por-ligacao-com-cambistas.html> Acesso em julho de 2014.

74 Havelange permanecerá no cargo até 1998, quando é substituído por Sepp Blatter.

75 Dassler morre em 1987 e é substituído por Jean-Marie Weber, seu assistente pessoal, que deu continuidade aos negócios da ISL.

como os principais receptores da propina paga pela ISL para negociar os contratos de transmissão de jogos da Copa junto às emissoras de televisão, nos anos 90⁷⁶.

Ilustração n° 1: Parceiras da FIFA

Fonte: página oficial da FIFA

No seletto grupo de empresas reunido em torno da FIFA, em que a Adidas figura como a pioneira, são 20 as corporações patrocinadoras, divididas em três grupos pela própria FIFA⁷⁷. O primeiro grupo, de “parceiros da FIFA”, inclui as multinacionais Adidas (materiais esportivos), Coca Cola (bebidas), Hyundai/Kia Motors (indústria automobilística), Emirates (companhia aérea), Sony (indústria de eletrônicos) e Visa (tecnologia financeira). O segundo grupo patrocina a Copa do Mundo FIFA: Budweiser (bebidas), Castrol (lubrificantes automotivos), Continental (indústria automobilística), Johnson&Johnson (serviços de saúde e indústria farmacêutica/cosmética), McDonalds (rede de lanchonetes - alimentação), Moypark (indústria alimentícia), Oi (telecomunicações) e Yingli (setor energético). No terceiro grupo, “apoiadores nacionais” da Copa 2014, estão listados: Apex Brasil (exportações e

⁷⁶ Novos documentos comprovam que Havelange e Teixeira receberam suborno da FIFA. UOL Copa, 25/04/2012. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/25/havelange-e-ricardo-teixeira-comandaram-empresa-sanud-que-rebeu-subornos-na-fifa.htm> Acesso em abril de 2012. Blatter diz que sabia de escândalo envolvendo Teixeira e Havelange. Estado de S.Paulo, Caderno de Esportes, 12/07/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,blatter-diz-que-sabia-de-escandalo-envolvendo-teixeira-e-havelange,899327,0.htm> Acesso em julho de 2012.

⁷⁷ Relação das empresas disponível em <http://pt.fifa.com/worldcup/organisation/partners/> . Acesso em abril de 2014.

investimentos), Garoto (indústria alimentícia), Itaú (instituição financeira), Liberty Seguros (seguradora) e Wiseup (escola de idiomas). São estas as empresas que se beneficiaram de isenção de impostos, exclusividade comercial nas zonas de exclusão e outras vantagens previstas nas leis, por serem parte da “Família FIFA”, juntamente com a Emissora Oficial – Rede Globo – e as empresas de construção civil, beneficiadas pelo RECOPA.

Entre as empresas de construção civil, são as “quatro irmãs” as maiores beneficiadas. Juntas, três delas (Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez) *receberam R\$ 6,3 bilhões apenas para a construção de oito dos doze estádios da Copa*.⁷⁸ A Andrade Gutierrez foi responsável pela construção do Estádio Nacional Mané Garrincha (Brasília), da Arena Amazonas (Manaus), do Estádio Beira-Rio (Porto Alegre) e do Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro). A Odebrecht estava envolvida também na construção do Estádio do Maracanã (Rio de Janeiro), do Estádio da Fonte Nova (Salvador), da Arena Pernambuco (Recife) e do Itaquerão (São Paulo). As duas empresas são responsáveis por 7 dos 12 estádios da Copa 2014. Em longa reportagem da Agência Pública, que investigou os contratos para as grandes obras da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016 somente no Rio de Janeiro, o levantamento das dez maiores obras mostra que Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS se revezam em contratos que somam quase R\$ 30 bilhões. Em razão de serem frequentemente as mesmas empresas a vencer as licitações dessas obras, a reportagem sugere indícios de cartel e superfaturamento, já apontados por tribunais de contas e Ministério Público⁷⁹. Em entrevista para a reportagem, o ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) afirmou: “Estas situações com grandes projetos, formação de consórcios e vencedores que se alternam trazem evidências que mostram uma probabilidade não desprezível de existência de cartel. Evidências adicionais como superfaturamento são motivos suficientes para investigação”.

78 Empresas atingidas por protestos receberão R\$ 6,3 bi por estádios. Folha de S.Paulo, Caderno Poder, 09/05/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1451678-empresas-receberao-r-63-bi-por-estadios.shtml> Acesso em maio de 2014.

79 Um jogo para poucos. Agência Pública, 30/06/2014. Disponível em: <http://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/> Acesso em julho de 2014.

Em comum, as quatro irmãs formam também um time de peso no financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Segundo outra reportagem⁸⁰ da mesma série da Agência Pública, “entre as eleições de 2002 e 2012, juntas, as quatro empresas investiram mais de R\$ 479 milhões em diversos comitês partidários e candidaturas pelo Brasil.” Não é surpresa que com o Recopa (isenções fiscais para obras da Copa 2014) e o Regime Diferenciado de Contratações, as grandes construtoras gozem de tratamento diferenciado, somando-se à “Família FIFA” nas práticas de caráter monopolista. Segundo relatório preliminar do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA)⁸¹, que trata da operação dos cartéis de construção envolvidos na Copa do Mundo FIFA, haveria indícios suficientes para atestar a prática de cartel entre as construtoras envolvidas nas obras da Copa 2014: o artigo cita entre as fontes destas evidências “o Relatório do Comitê de Concorrência da OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico], a evidência irrefutável do Relatório da Comissão de Concorrência da África do Sul, especialmente em relação à Copa do Mundo FIFA 2010 e os aumentos abusivos de custos dos estádios do Brasil”, originalmente estimados em 1,1 bilhão de dólares em 2007, e os cerca de 3,6 bilhão de dólares (7,8 bilhões de reais) efetivamente gastos, segundo o portal de Transparência da Copa do Governo Federal⁸². O papel das construtoras nos megaeventos se estende para além de estádios e instalações esportivas: estão presentes nas obras de infraestrutura urbana, portos, aeroportos e demais intervenções incluídas no pacote dos megaeventos. Mas esta participação, evidentemente, não é novidade nem se reduz aos megaeventos: a história dessas megaempresas e suas relações

80 As quatro irmãs. Agência Pública, 30/06/2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/> Acesso em julho de 2014.

81 COTTLE, Eddie; CAPELA, Paulo; MEIRINHO, André Furlan. *Uma lição vinda da África do Sul: Os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil?*. Florianópolis: IELA / UFSC, 2013.

82 Portal da Transparência – Copa 2014, página oficial da Controladoria Geral da União, ligada ao governo federal, disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema> Acesso em outubro de 2014.

simbióticas com o Estado remonta à ditadura civil-militar, quando ganharam fôlego e musculatura nas grandes obras de infraestrutura do período⁸³.

Sessão 2.2 Megaeventos na virada dos tempos

É também na virada dos anos 1970 e 1980, quando a Adidas de Dassler ajuda a eleger os presidentes das três maiores entidades esportivas no mundo, que se percebe uma profunda mudança na organização dos megaeventos e seu papel na transformação das cidades. No informe anual de 2010⁸⁴, voltado aos efeitos que os megaeventos esportivos tiveram na realização do direito à moradia adequada, a então relatora para o Direito à Moradia da ONU, Raquel Rolnik, retoma e assim sintetiza a virada dos tempos na história dos megaeventos:

Em 1980, o Comitê Olímpico Internacional adotou uma filosofia de incorporar progressivamente o setor privado na promoção dos Jogos. Nos anos noventa, tornou-se hegemônica a prática de organização de megaeventos como componentes do planejamento urbano estratégico, com vistas a melhorar a posição destas cidades na economia globalizada. A realização de jogos internacionais como estratégia de desenvolvimento econômico, que inclui a renovação da infraestrutura urbana e o investimento imobiliário, se converteu no enfoque contemporâneo dos megaeventos por parte das cidades e dos Estados. Os Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992 manifestaram este novo enfoque. Foram utilizados como recurso para executar um projeto duplo: modernizar a infraestrutura e promover uma nova imagem pública da cidade, construindo uma arquitetura internacional inovadora. Ambos os elementos estão presentes, com maior ou menor intensidade, nas relações contemporâneas entre os megaeventos esportivos e as cidades anfitriãs, com importantes efeitos no desenvolvimento social e econômico urbano (ibidem, p.2)

83 Para uma história das empreiteiras e suas relações com a Ditadura civil-militar, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira: *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Departamento de História, UFF: 2012.

84 ROLNIK, Raquel. *Informe da Relatora Especial sobre moradia adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito*. Tradução livre e não oficial. Rio de Janeiro: FASE, 2010. Disponível em http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/11/mega_eventos_portugues1.pdf Documento oficial em espanhol disponível em http://dereitoamoradia.org/wp-content/uploads/2014/01/megaeventos_rel%C3%B3rio_ES.pdf

A bibliografia sobre megaeventos considera como marcos fundamentais a Olimpíada de Los Angeles (1984) e a Olimpíada de Pequim (2008), a partir das quais haveria deslocamentos na forma de preparação e realização dos jogos, seja por uma “virada dos tempos” com o neoliberalismo e a participação de setores empresariais nos comitês organizadores, que conferiu aos jogos um papel central no planejamento urbano das cidades-sede, seja pelo deslocamento (pós crise financeira) dos grandes eventos esportivos para novos centros dinâmicos de acumulação: os países que conformam os “BRICS” - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Gilmar Mascarenhas fez um levantamento histórico⁸⁵ dos projetos de desenvolvimento urbano vinculados à realização dos Jogos Olímpicos, para estabelecer uma periodização e demonstrar como o evento adquiriu, ao longo do século, grande envergadura e impacto na política urbana, desde seu início em 1896, até os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro em 2007. Definindo o *urbanismo olímpico* como “conjunto de pressupostos e intervenções sobre as cidades que acolhem os grandes eventos olímpicos”, Mascarenhas mostra que além de construir instalações esportivas dentro de padrões internacionais, trata-se de dar alojamento aos atletas, pessoal de apoio, comitês olímpicos, imprensa etc., e também promover mudanças na infraestrutura das cidades, ou seja, “um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento chave na evolução e no planejamento das cidades” (Ibidem, p.28).

Seguindo o levantamento de Mascarenhas, vemos que até 1932 os Jogos não tiveram impacto relevante nas cidades, em razão da baixa difusão do movimento olímpico – predominantemente amador - e reduzido número de participantes. Em 1932, pela primeira vez, foi construída uma vila olímpica que se tornaria habitação permanente após os jogos em Los Angeles. Em 1936, Berlim deu continuidade a esse formato. Com o fim da Segunda Guerra (e início da Guerra Fria), os jogos passaram a ser objeto de interesse e apoio de governos, e um crescente número de atletas aderiram ao olimpismo. Em 1952, a Olimpíada de Helsinki deu início à prática de erguer grandes projetos habitacionais populares, geridos pelo governo, a partir da construção de uma vila olímpica. Segundo Mascarenhas (ibidem), os

85 MASCARENHAS, Gilmar. “Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades”. In: MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (orgs.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

jogos de 1956 (Melbourne) e 1960 (Roma) seguiram este mesmo modelo, pelo qual o projeto dos Jogos incorporou demandas sociais, de habitação, transporte e infraestrutura. Isso se explicaria, diz o autor, em razão do contexto socioeconômico de consolidação do Estado de bem-estar social na Europa Ocidental, de modo que a partir desse momento as Olimpíadas passaram a ser uma oportunidade de executar o planejamento urbano. Em 1964, Tóquio teve como estratégia espalhar as instalações esportivas, incluindo ampla reforma viária na realização do projeto olímpico. Também na Cidade do México (1968), as vilas olímpicas que teriam uso de moradia popular após o evento foram alocadas na periferia, com o fim de integrar a cidade. Em Munique e Montreal, nos anos 1970, os Jogos foram utilizados para promover um resgate das áreas centrais, que alegadamente sofriam um processo de degradação, com a instalação de equipamentos esportivos, promovendo sua valorização imobiliária. Já em Moscou (1980), o modelo de construção de habitação popular em larga escala a partir da Vila Olímpica foi retomado. A URSS estava já em decadência e os próximos jogos representariam um ponto de virada na história do urbanismo olímpico.

Os Jogos de Los Angeles, em 1984, teriam sido o marco inicial do processo de “empresariamento” nos megaeventos. O autor ressalta que as décadas de 1980 e 1990 caracterizaram-se pela “ascensão de governos de marcante corte neoliberal” o que “sinalizava um novo momento histórico, de recuo do interesse social em favor do mercado” (ibidem, p.30), que coincidiu, por sua vez, com a mudança de orientação no Comitê Olímpico Internacional, a partir da eleição de Saramanch em 1980 e o aumento da participação de empresários na organização dos Jogos. Mascarenhas (ibidem) ressalta que a entrada de Saramanch no comando do COI conferiu nova orientação à entidade, “com uma estratégia de clara mercantilização do olimpismo.” O autor lembra que a venda do direito de transmissão do evento para a televisão arrecadou a quantia inédita de US\$ 325 milhões para o COI (ibidem, p. 32). Nesta Olimpíada, “pela primeira vez, o COI não firmou contrato com o poder público local, e sim com um comitê organizador composto basicamente por empresários” que foram responsáveis, juntamente com o Comitê Olímpico dos EUA, pelas finanças do evento. Na sequência, a estratégia se consolidou com os Jogos de Seul e Barcelona (1988 e 1992), através da adoção de parcerias público-privadas nos investimentos relativos aos eventos, sendo que os poderes públicos locais arcaram com 50% e 65% dos gastos, respectivamente.

Para Mascarenhas, estes são “claros exemplos de uso dos Jogos Olímpicos como poderosa alavanca para determinado modelo de desenvolvimento urbano”, pois as cidades promoveram, a partir das Olimpíadas, “projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades” (ibidem, p.33). O autor ressalta que além dos projetos de renovação urbanística, Seul e Barcelona inovaram na destinação de suas Vilas Olímpicas, não mais para o uso popular e sim para classes médias. Para o geógrafo, é possível observar o fenômeno da ascensão de princípios de mercado em detrimento das políticas sociais, típico dos anos 1990 (ibidem). Nas Olimpíadas que se seguiram, em 1996, em Atlanta, tal modelo de organização teria se aprofundado, baseado em parceria público-privada: a cidade criou um parque destinado ao turismo e convenções na área central antes alegadamente decadente, e o estádio de beisebol foi inteiramente demolido após os Jogos, assim como a Vila Olímpica, construída de modo a ser desmontada imediatamente depois. Por outro lado, a cidade privilegiou a instalação de 450 mil milhas de cabos de fibra ótica, tornando-se a segunda cidade norte-americana mais conectada, visando atrair empresas de alta tecnologia⁸⁶.

Já em Sidney (2000), os gastos públicos voltariam a predominar, segundo o autor. No entanto, sua vila olímpica consistiu em “grande empreendimento imobiliário, com dois mil imóveis de elevado padrão, a maior parte vendida antes mesmo da realização do evento”⁸⁷. Da mesma forma, os Jogos seguintes em Atenas (2004) permitiram construir uma vila olímpica com 366 edifícios (2292 apartamentos no total), dotada ainda de parque ecológico e zona comercial, visando um perfil socioeconômico elevado para seus futuros usuários (ibidem, p.34). O geógrafo lembra que os Jogos de Atenas têm sido apontados como um dos fatores que levaram à crise econômica da Grécia, já que houve grandes investimentos públicos no evento, o que teria contribuído para o aumento da dívida pública do país.

Embora tratando exclusivamente dos Jogos Olímpicos, a pesquisa é relevante se considerarmos que a Copa do Mundo teve trajetória similar ao longo de sua história, como megaevento com múltiplos efeitos nas cidades – o que é consenso na literatura especializada

86 MASCARENHAS, G. (ibidem) *apud* MCKLAY, M.; PLUMB, C. *Reaching beyond the gold: the impact of the olympic games on real state markets*. Barcelona: 2001.

87 Ibidem.

(COTTLE: 2011, CORNELISSEN e SWART: 2006, PAULA: 2014, ROLNIK: 2014, OLIVEIRA: 2014), e considerando ainda as semelhanças entre as práticas promovidas por FIFA e COI nas relações com empresas patrocinadoras dos megaeventos. Mascarenhas concluirá que há “confluência de interesses entre dois campos emergentes no cenário neoliberal contemporâneo: a nova economia do esporte e o novo paradigma de planejamento e gestão das cidades” que resultaria em “profunda mudança na organização das competições olímpicas, tornadas megaeventos de ampla projeção midiática e de crucial envolvimento do setor privado e, portanto, com capacidade crescente de impacto urbanístico” (ibidem, p. 36).

Sessão 2.3 Notas e ferramentas para a investigação de um problema político

Os fios que formam a trama entre leis de exceção, megaeventos esportivos e transformações urbanas nos colocam problemas que ainda não estão bem entendidos, ou melhor, deixam entrever uma ordem de coisas que ainda está por ser nomeada. São questões que não se referem simplesmente à organização e realização de uma Copa do Mundo FIFA, mas dizem respeito ao que Telles⁸⁸ (2010: p.16) chamou de *virada dos tempos* da década de 1990:

Isso que se convencionou chamar de desregulação neoliberal em tempos de globalização, financeirização da economia e revolução tecnológica fez por desestabilizar as referências e parâmetros pelos quais pensar a cidade (e o país) e suas questões, ao mesmo tempo em que as realidades urbanas modificavam-se em ritmo muito acelerado.

Com esta pesquisa sobre as regras e exceções produzidas no âmbito da Copa 2014, não se pretende dar respostas e explicações apressadas, mas seguir os fios desta trama e seus efeitos de poder, fazendo uso de “conceitos-ferramentas” a partir de um certo campo de referências que permitem pensar tais problemas. De partida, podemos imaginar que a Copa 2014 é “apenas” uma grande lupa de aumento, um laboratório em que se pode observar de perto os nexos entre mercados, gestão urbana e os dispositivos de exceção. Também: o *modus*

88 TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

operandi dos dispositivos políticos (legais e/ou extralegais) de gestão das cidades pelo ângulo da gestão das populações e dos conflitos. Os significados dos problemas que nos interpelam precisariam ser investigados e imaginados na continuidade de outras pesquisas, que os limites dessa dissertação não permitem alcançar, mas estão no horizonte de um projeto de conhecimento. Nesse sentido, encerramos este primeiro capítulo com algumas notas e possíveis ferramentas que possam contribuir na formulação desse problema, elencadas em seis pontos.

Em primeiro lugar, nossa descrição está pautada pelas questões que Agamben⁸⁹ levantou em sua discussão sobre o *estado de exceção* e que tiveram continuidade na investigação do *paradigma securitário de governo*. Não é o caso de transformar um pensamento filosófico em hipótese sociológica, mas de deslocar o ponto da crítica (TELLES: 2010), mudar o jogo de referências para pensar os problemas que se apresentam. Longe de afirmar a existência de um suposto regime totalitário, ao seguir a análise crítica de Benjamin sobre o “estado de emergência em que vivemos”, Agamben dirá que “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea” (2004: p.18), ou como técnica de governo, mais que medida excepcional. Já em novembro de 2013, em conferência⁹⁰ realizada em Atenas, Grécia, o filósofo atualiza sua formulação, afirma que o estado de exceção não seria o atalho mais adequado para pensar o atual paradigma de governo e propõe um outro caminho para a análise: o governo seria então regido pelo princípio securitário, pelo qual a ordem policial se generaliza. A partir da hipótese de que o paradigma de governo dominante na Europa contemporânea não seria nem democrático, nem sequer político, mas que ainda assim não foi declarado formalmente um estado de emergência, ele faz uma breve genealogia do surgimento do conceito de segurança, tal como sugerida por Foucault em seus estudos sobre a governamentalidade. Considera, para tanto, que “vagas noções não jurídicas – razões securitárias – são evocadas para instaurar um constante estado de emergência arrepiante e ficcional, sem que qualquer ameaça seja

89 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

90 AGAMBEN, Giorgio. *Por uma Teoria do Poder Destituente*. Palestra pública em Atenas, 16/11/2013. (Convite e organização pelo instituto Nicos Poulantzas e pela juventude do partido SYRIZA).

identificável”. Afirmar que o conceito de *crise* – uma noção que na origem significava a decisão ou julgamento final sobre algo em um momento específico no tempo, é utilizada genericamente para instigar a emergência e, sem ligação com um momento dado, coincide com a normalidade e torna-se uma ferramenta de governo.

Consequentemente, a capacidade de decidir desaparece de vez e o processo contínuo de tomada de decisões não decide absolutamente nada. Para o formular em termos paradoxais, podemos dizer que, encarando um estado de exceção contínuo, o governo tende a tomar a forma de um perpétuo golpe de estado. (...) É por isso que creio que, para compreender a peculiar governamentalidade sob a qual vivemos, o paradigma do estado de exceção não é inteiramente adequado.

Seguindo portanto o debate dos fisiocratas, sobretudo François Quesnay e a discussão do problema da fome que se colocava ao governo naquele momento, Agamben retoma a formulação foucaultiana que localiza nesse debate o estabelecimento da segurança como noção central na arte de governar, de modo a inverter a relação entre causas e efeitos, passando-se a governar os efeitos:

“Governar” retém aqui o seu significado etimológico cibernético: um bom *kybernes*, um bom piloto, não evita as tempestades; mas, se uma ocorre, tem de ser capaz de governar o seu barco, utilizando a força das ondas e dos ventos para a navegação. É este o significado do lema “*laissez faire, laissez passer*”: não é apenas o lema do liberalismo econômico: é um paradigma de governo, que concebe a segurança (...) não enquanto a prevenção de problemas, mas sim enquanto a habilidade de os governar e conduzir na boa direção, uma vez que ocorram.

Em continuidade à genealogia proposta por Foucault, Agamben localiza na Revolução Francesa o momento em que a noção de segurança e a de polícia se definem mutuamente, durante os debates sobre a formulação das leis no novo regime, sem que fosse possível definir isoladamente os dois termos. Da mesma forma, a função que ele atribui aos termos polícia e política, nas teorias do século XVIII sobre a arte de governar e a novíssima “ciência da polícia”, justifica aqui uma referência mais longa:

o local e a função da polícia são indecidíveis e devem permanecer enquanto tal (...) É este o poder discricionário que ainda hoje define a ação do agente de polícia, que, numa situação concreta de perigo para a segurança pública, age de certo modo

enquanto soberano. Mas, mesmo quando exerce este poder discricionário, não toma realmente uma decisão, nem prepara, como é habitualmente afirmado, a decisão do juiz. Toda a decisão afeta as causas, enquanto a polícia age sobre os efeitos, que são por definição indecidíveis. O nome deste elemento indecidível já não é hoje, como era no séc. XVII, a razão de estado: mas antes “razões securitárias”. Um estado securitário é um estado policial: mas, repito, na teoria jurídica a polícia é uma espécie de buraco negro. Tudo o que podemos dizer é que quando a chamada “Ciência da Polícia” surge no Séc. XVIII, a “polícia” é entregue à sua etimologia do grego “politeia” e oposta enquanto tal à “política”. (...) Von Justi, no seu tratado sobre *Policey Wissenschaft*, chama então *politique* à relação de um estado com outros estados, enquanto chama *polizei* à relação de um estado consigo próprio. Vale a pena reflectir nesta definição: (cito) “A polícia é a relação de um estado consigo próprio”.

Finalmente, Agamben sugere que o estado moderno, sob o paradigma securitário, “abandonou o domínio da política” pois “o paradigma securitário implica que cada dissenso, cada tentativa mais ou menos violenta de derrubar a sua ordem, cria uma oportunidade de o governar numa direção rentável”, como é o caso, em sua leitura, da dialética entre o terrorista e o Estado que rege a guerra ao terror. Então, teríamos diante de nós um problema e uma tarefa política urgente: “Se o Estado que temos perante nós é o estado securitário que descrevi, temos de repensar novamente as estratégias tradicionais dos conflitos políticos”, para evitar sermos capturados pela espiral da segurança.

O ponto a reter aqui é que a racionalidade de governo sob a segurança pode ser pensada como um princípio interno ao funcionamento da lei e da ordem legal, que são funcionalizados para atender a lógica gestonária e pragmática do mercado e suas urgências. Isso altera a gestão do conflito, que passa a ser o lugar do não conflito, ou a impossibilidade de vida política (da democracia). Nesse sentido, resta pensar na possibilidade da crítica a essa racionalidade, quando se tem em vista as apostas políticas a serem feitas no cenário atual.

Passamos agora ao segundo ponto: ao descrever a produção normativa voltada à organização e realização da Copa 2014, percebemos a construção de um novo ordenamento que se sustenta em um “documento de garantias governamentais”, com estatuto incerto de “contrato de adesão” entre Brasil e FIFA e que, embora não sendo lei, tem *força de lei*, pois produziu efeitos importantes inclusive no interior do ordenamento jurídico. Não se trata, aqui,

de reificar o *estado de direito* ou fazer sua defesa liberal enquanto entidade abstrata que teria sido maculada pela exceção. Leis produzem efeitos de poder (TELLES, 2010) e “não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei” (FOUCAULT, 1994: p.716 apud TELLES, 2010: p.30). Trata-se de pensar de que modo estas brechas legais abertas na produção normativa associada à Copa 2014, sugerem o *dispositivo de exceção* como paradigma de governo, em que sujeitos com poderes desiguais disputam continuamente os sentidos da ordem, da lei e da exceção (TELLES: 2010). São a essas disputas que tentamos nos aproximar ao fazer também a descrição da FIFA e dos grupos que em torno dela se articulam. Nas palavras de Telles, “esses espaços de exceção não são lugares vazios, é aí que se fazem a experiência da lei, do Estado, da autoridade, da ordem e seu inverso” (ibidem, p.12). Agamben (2004) reinterpreta as formulações de Michel Foucault sobre o dispositivo da soberania, considerando a soberania como a capacidade de suspender a lei, de decidir quando há uma situação de urgência. A atuação da entidade privada - e dos diversos agentes e interesses de mercado que ela articula - junto ao governo, parece indicar que toda a ordem (i)legal, (in)formal ou (i)lícita se conformaria sob as disputas de definições entre múltiplos atores sob o primado do mercado e, portanto, a soberania não seria uma questão jurídica, mas política, ligada ao ato discricionário de decidir sobre uma situação.

Terceiro ponto: entre 2007 e 2014, o conteúdo do documento de garantias à Família FIFA vai ganhando *força de lei*: pouco a pouco, o governo suspende a responsabilidade fiscal dos municípios, concede isenção tributária a um grupo específico de empresas patrocinadoras – cada qual única em seu setor econômico, impulsiona o setor da construção civil com um regime especial de tributação, altera a forma de contratação pública suspendendo a lei de licitações, muda o regime de registro e proteção de marcas e direitos comerciais, cria zonas de exclusividade comercial – monopólios - no espaço público, transfere ou submete o controle de fluxos de pessoas e bens às necessidades da entidade privada, altera o regime de concessão de vistos para estrangeiros, suspende direitos do consumidor, cria novos crimes para proteção de marcas e produtos, dispensa o pagamento de custos judiciais, suspende os direitos do torcedor e assume que o Estado forneça a infraestrutura de telecomunicações (entre outras) a um evento privado. Com a garantia adicional de que a responsabilidade por qualquer eventual dano ou prejuízo seria assumida pela União. Soma-se o fato de que o compromisso se deu

com uma entidade privada e afetou o orçamento público. Um documento deste tipo precisaria, em sentido legal, ser chancelado pelo Congresso como o são os acordos e tratados internacionais a que o país se submete, através do poder executivo. Estaríamos no cerne do que Agamben nomeou uma República não mais parlamentar e sim governamental, em que o poder executivo absorve, pelo menos em parte, o poder legislativo, e “o Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei: ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo” (ibidem, p.32). Porém, acrescenta Agamben,

do ponto de vista técnico, o aporte específico do estado de exceção não é tanto a confusão entre os poderes, (...) quanto o isolamento da “força de lei” em relação à lei. Ele define um “estado da lei” em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem “força”) e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua “força”. (...) O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei. (ibidem, p.61)

Quarto ponto: é interessante notar que a soma de conteúdos normativos já aparecia no documento de garantias e não foi, portanto, fruto de negociação na esfera pública, com embate de interesses divergentes, regido pelo tempo da política. A produção normativa se deu antes, em uma outra arena. Como em um contrato de adesão, o Estado adere às regras do mercado, cujos interesses operam em forma de monopólio, regidos desta vez pelo tempo do mercado: urgência, eficiência, necessidade. Seguimos aqui a discussão que Vera Telles (2010, p. 67) faz sobre a virada dos tempos dos anos 1990, em que dialoga com François Ost (1999) entre outros:

é o próprio presente que se transforma, devorado pelo “tempo real” do capitalismo contemporâneo sob os imperativos do “just-in-time” da produção flexível, da financeirização da economia e da revolução tecnológica. Presenteísmo: um outro regime de historicidade, “regimes de temporalité du présent. (...) Nessa temporalidade conjugada apenas e tão-somente no presente imediato, entramos na “era das urgências”. A “urgência” tornou-se a unidade de medida do tempo que rege discursos e práticas de todos os atores: gestão “eficaz” do presente imediato por oposição às promessas incertas, aleatórias, improváveis de um futuro indiscernível. Gestão dos “riscos” de um social não mais declinado na gramática dos direitos e garantias sociais, de que a proliferação de dispositivos de ajuda social e a ativação do discurso humanitário são evidências tangíveis. Primado das urgências – econômicas, militares, humanitárias, sociais, ecológicas, em todas uma lógica que parece mimetizar e desdobrar a lógica da financeirização do capitalismo contemporâneo (cf. Calhoun, 2004). E é isso que ativa dispositivos de exceção que derrogam práticas, normas e direitos estabelecidos em nome dos supostos

imperativos dos fatos supostamente imediatos e supostamente urgentes a apelar o pragmatismo da gestão eficaz, senha para que o princípio gestor termine por se impor e erodir o campo da política na lógica, como diz François Ost (1999), de uma “derrogação permanente”, de tal modo que, no limite, é o não-direito que penetra nos procedimentos e agenciamentos institucionais.

E se podemos dizer que a lógica dos fatos “derroga direitos”, quando predomina a urgência, estamos diante do tempo do mercado, um tempo político diferente em que a regulamentação e negociação obedecem a outra lógica, mais imediata, que não a lógica normativa – política dos direitos. A lógica da urgência é regida pelo mercado, e termina por suspender ou funcionalizar a lei ou ainda, deslocá-la via procedimentos de exceção.

Em razão dos tempos urgentes a que estamos, afinal, todos submetidos, não pudemos fazer no decorrer dessa pesquisa de mestrado a discussão mais cuidadosa, recuperando os termos em que esse debate se deu, já nos anos 1990, e que antecedem a discussão de Agamben sobre o atual paradigma de governo. Mas, temos conhecimento de que a discussão não se reduz, tampouco se inicia, com o filósofo italiano. Autores de referência nesse debate, como François Ost (2001), François Hartog (2003), Calhoun (2004) entre outros, acima citados por Telles, deram continuidade e estão em diálogo direto com a discussão feita por Koselleck, já em 1979. Recuperar esse campo de referências será mais uma tarefa na continuidade dessa pesquisa (e de um projeto de conhecimento que vise investigar os nexos entre o sistema de direito, o mercado e o governo de populações face aos conflitos urbanos). Mas é possível enfatizar em que contexto e em que sentido valeria retomar esse debate: o paradigma de governo seria o mercado financeiro e o tempo real que passa a reger o mercado. As novas tecnologias e globalização contribuem para isso, mas esse tempo é, de fato, regido pela economia, notadamente a economia financeirizada – que se desenvolve de crise em crise. O tempo da decisão posto pelos imperativos da economia e o tempo da política (da negociação, representação, discussão) ficam cada vez mais descolados e defasados. A importância da contribuição trazida por Agamben ao debate, com sua genealogia, é que, grosso modo, estariam desmontadas de uma vez por todas as “ilusões” emancipatórias projetadas na luta dos direitos, num regime de temporalidade que se redefine, em que o tempo do direito estaria então esgotado, revelando a “armadilha política” do apego liberal à esfera da lei. Também, ao chamar a atenção para a antinomia entre o princípio securitário (por definição policial) e política, nos fornece pistas e caminhos possíveis para pensar os nexos

entre governamentalidade, mercado e controle. Donde sua aposta na possibilidade de uma outra relação com a política, com o direito e a própria lei.

Quinto ponto: A Lei Geral da Copa e as demais se produziram, em regime de urgência, sob o argumento de que havia um compromisso assumido pelo governo. Mas também poderíamos imaginar que por estas brechas, cada vez mais largas, é todo um novo ordenamento que vai passando: seria o caso do regime diferenciado de contratações e de uma série de outras que enumeramos ao longo do capítulo e denotam, insistimos, modos de funcionalização da lei pela lógica de mercado. Ao instrumentalizar a lei, consequentemente se inclui na ordem jurídica a própria exceção, criando uma zona de indiferenciação em que o fato e o direito coincidem (AGAMBEN: 2004), ou como proposto por Ost (2001), a derrogação de direitos, o *não-direito*. O dispositivo de governo não opera explicitamente como medida arbitrária de supressão dos direitos e da ordem jurídica, mas aparece, ao contrário, sob a forma de dispositivo jurídico, inscrito no corpo do direito vigente, nas minúcias de seu ordenamento.

Quanto à produção do espaço urbano, especificamente, retomamos a breve descrição, neste capítulo, sobre as relações entre planejamento urbano e megaeventos na história recente, para afirmar que trata-se do que Carlos Vainer (2011) chama de “cidade de exceção”, em sua própria formulação sobre “as relações entre planejamento estratégico, mega-eventos e poder na cidade”, que igualmente guardam relação com a lógica gestionária neoliberal. A discussão de Vainer também inspirou a elaboração deste capítulo sobre “leis de exceção”: o autor coloca como parte de um mesmo momento o ajuste estrutural nas economias nacionais promovido pelo Consenso de Washington e um “novo consenso urbano” que se impõe ao planejamento das cidades, “amigável ao mercado (market friendly) e orientado pelo e para o mercado (market oriented)”. Ao examinar a legislação e as práticas urbanísticas no Brasil, desde o Estatuto da Cidade (lei federal de 2001) até decretos e outras normas “menores” em escala local – no Rio de Janeiro, Vainer destrincha os modos como a flexibilização econômica se insere na ordem jurídica-legal: operações urbanas, concessões urbanísticas, parcerias público-privadas etc. E segue, em diálogo com os termos propostos por Agamben (2004): “A lei veio

legalizar o desrespeito à lei; ou melhor, veio legalizar, autorizar e consolidar a prática da exceção legal. A exceção como regra”. Para Vainer, a crise urbana, como crise econômica e política, corresponde a uma necessidade emergencial, que será respondida por “uma nova forma de constituição do poder na/da cidade”; é também esse o modo de funcionamento do poder que nomeamos neste trabalho como “governo neoliberal da cidade”, ou ainda, o que David Harvey apontava como “empresariamento urbano” em 1985.

Finalmente, Vainer define sua “cidade de exceção” como

“uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes.”.

Essa forma nova, segundo o autor, “em que as relações entre interesses privados e estado se reconfiguram completamente”, opera de forma a tornar invisíveis “os processos decisórios, em razão mesmo da desqualificação da política e da desconstituição de fato das formas “normais” de representação de interesses”. Nesse sentido, a ausência total de informações, discussões públicas, e mesmo da celebrada “participação popular” na tomada de decisões sobre os grandes projetos de transformação urbana relacionados aos megaeventos (mas não só os relacionados a eles), pode ser compreendida como parte da lógica e dos modos de funcionamento do governo sob o primado do mercado: “Não se sabe onde, como, quem e quando se tomam as decisões – certamente não nas instâncias formais em que elas deveriam ocorrer nos marcos republicanos”.

Por fim, uma última nota: para garantir a criação e expansão do mercado, além das mudanças já citadas, foi preciso mais: o controle social, que se antecipa a possíveis e prováveis manifestações populares antagônicas a este modo de governo e cuidará dos “distúrbios urbanos”, com os instrumentos adequados para assegurar que o fluxo de pessoas, bens e mercadorias ocorra dentro da normalidade: ações judiciais para impedir greves e manifestações, investigação policial com agentes infiltrados, emprego das forças armadas e uso ostensivo das forças policiais nas ruas, devidamente equipadas para enfrentar as forças oponentes. Havia uma urgência em garantir que tudo corresse conforme o contratado, pois

como explicou o Procurador-Geral da República, a União poderia ser responsabilizada por qualquer dano à Família FIFA. Mais uma vez Agamben, agora citando Pallieri (1970, p.168 apud AGAMBEN: 2004 p.47), coloca em perspectiva crítica a teoria de Carl Schmitt de que o estado de exceção se fundaria na necessidade, e assim nos fornece uma ferramenta para pensar a natureza da necessidade evocada repetidas vezes no discurso oficial sobre a Copa:

O conceito de necessidade é totalmente subjetivo, relativo ao objetivo que se quer atingir. Será possível dizer que a necessidade impõe a promulgação de uma dada norma, porque, de outro modo, a ordem jurídica existente corre o risco de se desmoronar; mas é preciso, então, estar de acordo quanto ao fato de que a ordem existente deve ser conservada.

A ordem a ser conservada, por óbvio, é a ordem do mercado, que buscaremos descrever, nos seus modos de territorialização, no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – FIFA FanFest: Territórios de Exceção

Nesse capítulo, descreverei o modo com que algumas das normas descritas no capítulo anterior puderam se territorializar, tomando como ponto de partida o estabelecimento das “zonas de exclusividade comercial” - as chamadas FIFA FanFest - ao longo dos 30 dias de jogos, no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo. Assim, pretendo descrever os efeitos concretos da delimitação desse *perímetro de exceção*, desenhado primeiro no documento de garantias governamentais à FIFA, ratificado na Lei Geral da Copa, regulamentado pela adesão da cidade-sede ao contrato com a FIFA e o COL e por um decreto municipal para ser, finalmente, estabelecido em um território da cidade. Tais efeitos dão corpo às questões colocadas em discussão até aqui, e acrescentam outras, tais como: a prática de monopólio da atividade comercial por um grupo seleto de corporações no espaço público; o papel do Estado na delimitação do cerco físico ao espaço e na gestão dos fluxos de pessoas pela via da militarização; e a maneira peculiar pela qual trabalhadoras informais foram incorporadas ao processo. Nesse sentido, tentaremos “ligar os pontos” entre o urbanismo militarizado e o governo neoliberal das cidades.

Sessão 1. Cena 2: A FIFA FanFest no Vale do Anhangabaú

Junho de 2014: tem início a Copa do Mundo FIFA 2014. Durante os 23 dias de jogos⁹¹ entre 12 de junho e 13 de julho, um palco para shows, telões, quiosques e infraestrutura foram montados no Vale do Anhangabaú (também chamado Parque Anhangabaú), na região central - a 20 quilômetros do estádio Arena Corinthians (ou “Itaqueração”), onde se realizaram os seis jogos da Copa 2014 em São Paulo. Seria apenas mais uma reunião pública de grande porte realizada no espaço, não fosse a *FIFA FanFest*, evento oficial idealizado pela FIFA, que consiste na exibição pública dos jogos da Copa 2014, em espécie de parceria público-privada⁹², organizado pelas empresas de eventos Playcorp e D+ Produções⁹³, com apoio da Team Eventos, e promovido pela Rede Globo e empresas patrocinadoras, a partir de chamamento público da Prefeitura Municipal.

O Vale é uma espécie de praça de amplas dimensões, entre os viadutos do Chá e Santa Ifigênia, resultado de projeto de urbanização no final da década de 1980 e início da década de 1990 (a partir de projeto escolhido em concurso público⁹⁴ e lei municipal que instituiu Operação Urbana⁹⁵), quando se construiu uma grande laje sobre o entroncamento viário

91 *São Paulo terá exibições públicas dos jogos da Copa*. Notícia do Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo, 09/06/2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/?p=172842> Acesso em junho de 2014.

92 *Prefeitura chama a iniciativa privada para participar de eventos durante a Copa*. Notícia do Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo, 27/12/2013. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/?p=164323> Acesso em janeiro de 2014.

93 *Escolhidas as empresas que farão exibições públicas da Copa em São Paulo*. Notícia do Portal da Prefeitura Municipal de São Paulo, 17/02/2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/index.php?p=166684> Acesso em março de 2014.

94 Para uma breve história do urbanismo do Vale do Anhangabaú e sua relação com a cidade, ver o artigo *Anhangabaú, o chá e a metrópole*. SPBR Arquitetos. 1998. Disponível em <http://www.spbr.arq.br/anhangabau-o-cha-e-a-metropole-2/> Acesso em agosto de 2014.

95 Lei Municipal n. 11090/1991, que instituiu a Operação Urbana no Vale do Anhangabaú, disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/plantas_on_line/legislacao/index.php?p=9602

subterrâneo das avenidas 9 de Julho, 23 de Maio e Prestes Maia, com jardins, fontes e esculturas, e que ficou configurado como passeio público por onde circulam, segundo estimativas oficiais, três milhões de pessoas por dia. Ao seu redor estão patrimônios culturais e históricos da cidade: o edifício Matarazzo - sede da Prefeitura Municipal, o Teatro Municipal e a Praça Ramos de Azevedo, o Edifício Martinelli, o Palácio dos Correios, o Largo São Bento, a Galeria Prestes Maia e a Avenida São João. Próximas ao Vale há duas estações de Metrô – Anhangabaú e São Bento – além de inúmeras linhas de ônibus que cruzam a cidade. O local foi palco de manifestações públicas importantes, entre elas o comício pelas “Diretas Já”, que reuniu 1,5 milhão de pessoas em 1984, além de grandes apresentações musicais e artísticas abertas ao público que acontecem com razoável frequência.

Sessão 1.1 Um Vale dentro do Vale

Nos dias 17 e 23 de junho fui à FIFA FanFest no Vale do Anhangabaú, para observar como teria se instalado no centro da cidade a chamada *zona de exclusividade comercial*. No primeiro dia, estava acompanhada por cinco membros do Comitê Popular da Copa SP: um estudante alemão que fazia estágio no Brasil no Serviço Franciscano de Solidariedade, duas jovens de um coletivo de intervenção urbana artística / audiovisual, um estudante da EACH/USP e uma arquiteta, ex-trabalhadora do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. O objetivo do grupo era conhecer a *FIFA FanFest* e conversar com três trabalhadoras ambulantes que integravam o Comitê Popular e o Fórum de Ambulantes de SP, e que estavam cadastradas para trabalhar no evento. No dia 17, o time do Brasil enfrentaria o time do México às 16 horas em jogo pela primeira fase da Competição. Desde as 13 horas já era possível observar a intensa movimentação de pessoas que se dirigiam ao Vale, atendendo à propaganda na TV nos dias anteriores, que convidava o povo para a exibição pública dos jogos: uma “grande festa popular” com apresentações de música popular e um “gigantesco telão” para assistir às partidas de futebol. Segundo balanço da Prefeitura⁹⁶,

Acesso em agosto de 2014.

Foram 23 dias de programação com público total até quarta-feira (9) de 567.640 participantes (acumulado), uma média diária de 24.680 pessoas. A lotação máxima de 25 mil torcedores simultâneos foi atingida em dias de jogos da Argentina em São Paulo e do Brasil. (...). Além da transmissão dos jogos, a Fan Fest teve 12 atrações musicais nacionais e 54 apresentações locais antes e após as partidas. Para garantir a segurança dos torcedores, a CET interditou as ruas Coronel Xavier de Toledo, junto à Avenida São Luís, e Sete de Abril; a Ladeira da Esplanada e o Viaduto do Chá. Em alguns dias de jogos do Brasil ou da Argentina, a Rua Líbero Badaró também foi bloqueada.

Para estabelecer “um outro Vale dentro do Vale”, o espaço foi completamente cercado por placas de metal e grades. O cerco estava delimitado por um círculo menor dentro do Vale, sendo que havia um espaço de circulação entre a área interna cercada e a área externa. Ao longo do Viaduto do Chá, placas de metal de mais de dois metros de altura colocadas lado a lado obstruíam a visão do interior do cerco: nem mesmo o gigantesco telão podia ser visto do lado de fora; os diversos acessos ao Vale, entre escadarias e passagens laterais, foram fechados por placas de metal e fileiras de policiais militares, que impediam a passagem e indicavam ao público a necessidade de “dar a volta” para entrar por um dos dois acessos estabelecidos (ver fotos das visitas à FanFest no Apêndice ao final desta dissertação). Durante algum tempo caminhamos pelas ruas que circundam o Vale, dando longas voltas em torno do cerco para encontrar o acesso indicado. Na entrada estabelecida, grandes filas levavam à revista pessoal por seguranças privados, seguida de catracas.

O fluxo de milhares de pessoas que iam e vinham de um lado a outro sem conseguir entrar na área cercada aumentava, à medida que se aproximava o início do jogo. Às 15h30, uma multidão irritada se aglomerava do lado de fora nos arredores da escadaria que leva ao Teatro Municipal e questionava a polícia, que insistia que era preciso “dar a volta” para entrar. Aos poucos as pessoas entendiam que já não poderiam entrar, pois o acesso havia sido fechado. Através de frestas nas placas de metal era possível observar que a Fan Fest não estava lotada: havia grandes espaços vazios. Pessoas com quem conversamos afirmavam ter chegado às 13h e encontrado os acessos já fechados. Muitas delas manifestavam indignação e o ambiente ficava mais tenso, como se um conflito pudesse irromper a qualquer momento. Às

16h20, com o jogo já iniciado, vimos um grupo de pessoas que, sem outra possibilidade de acessar a festa, se equilibravam nas pontas dos pés sobre as grades ao longo do Viaduto do Chá, buscando ver um pedaço do telão por cima das placas de metal.

Sessão 1.2 Cadastramento de ambulantes: um acordo entre poderes desiguais

Entre as placas de metal que delimitavam a FanFest e o cerco policial à sua volta, dezenas de trabalhadores ambulantes uniformizados com coletes, crachás e bonés da marca de bebidas Coca-Cola puxando carrinhos de isopor igualmente patrocinados disputavam espaço com outros tantos trabalhadores informais não uniformizados, vendendo cerveja, refrigerante e água das marcas patrocinadoras da Copa 2014. Do lado de dentro, a exploração comercial estava autorizada apenas para as empresas. Logo ao chegar nesse espaço, encontramos as trabalhadoras ambulantes que participavam do Comitê, que ao nos ver imediatamente começaram a contar como se dava o trabalho ali. Informaram que a Prefeitura, através da SPCOPA, mediu um acordo entre o Fórum de Trabalhadores Ambulantes de SP e as empresas organizadoras da FanFest do Anhangabaú (Team Eventos, Coca-Cola e AMBEV), segundo o qual caberia aos próprios trabalhadores do Fórum o cadastramento de 600 ambulantes para atender ao público da FanFest, em lista a ser entregue à empresa, sendo 400 trabalhadores para atender ao público da Arena Corinthians em Itaquera, e 200 para atender o público da FIFA FanFest. Os ambulantes cadastrados deveriam comparecer ao local com 6 horas de antecedência ao horário do jogo e entregar um documento de identidade ao responsável da empresa.

No primeiro dia, após esperar por horas o caminhão da distribuidora de bebidas, segundo Elisa as ambulantes tiveram também que descarregar a mercadoria, pela qual pagariam o “preço cheio” (de venda), em consignação. Estavam autorizados a cobrar R\$3 pela água, R\$4 pelo refrigerante e R\$5 pela cerveja, recebendo como “comissão” a porcentagem de R\$0,90, R\$1,20 e R\$1,50 respectivamente. A alimentação e transporte dos trabalhadores, contratados precariamente (sem carteira assinada ou qualquer direito trabalhista), não estavam inclusos. Elisa⁹⁷ nos informou que conseguiu R\$20 reais no primeiro dia de trabalho. Nomes e

⁹⁷ Nome fictício para preservar a identidade da trabalhadora.

valores foram listados em uma folha de caderno, como devedores à empresa ao fim do primeiro dia. Todo o material de trabalho, assim como as caixas de mercadoria que não fosse vendida, teriam que ser devolvidos ao final do dia. A devolução de produtos soltos não seria aceita. Havia insatisfação entre os trabalhadores cadastrados, a quem foi prometida a exclusividade do comércio informal e condições de trabalho dignas. Ao questionar a empresa, tiveram a resposta: se não estavam satisfeitos, poderiam desistir. Afinal já havia uma lista de 500 trabalhadores cadastrados⁹⁸. Elisa enviou e-mail no dia 14 de junho de 2014 a esta pesquisadora relatando seu primeiro dia de trabalho na FanFest e queixando-se de descumprimento do acordo firmado entre trabalhadores, empresa e Prefeitura, alegando que teria sido prometida exclusividade aos trabalhadores cadastrados pelo Fórum. Entre outras questões, a trabalhadora apontava em tom de revolta:

Estava cheio de ambulantes não cadastrados, que acredito que era o plano b da empresa de bebidas. (...) Os valores das mercadorias eram bem abaixo dos nossos, que foram sugeridos pela prefeitura no ato do acordo: a cerveja saíra pra gente a R\$3,50, para ser revendida a R\$5,00 e obtermos o lucro de R\$1,50 por cada unidade vendida, só que os ambulantes ilegais estavam vendendo a R\$3,00 reais. (...) Então te pergunto: cadê o acordo feito? e essa concorrência desleal? ou seja, estamos tentando melhorar para todos e alguns estão se infiltrando em nossos eventos e querendo obter lucros ou até quem acabar com nossas chances de conquistar aquilo que vínhamos lutando para obter com esforço e muito suor.

Nos dois dias em que estivemos na FIFA FanFest foi possível observar trabalhadores ambulantes não uniformizados e artesãos, vendendo bebidas e alimentos ao público que circulava ao redor do Vale. Não havia, aparentemente, qualquer fiscalização. Nem mesmo a Polícia Militar parecia se importar com os trabalhadores tidos como “irregulares”.

Algumas das trabalhadoras que conhecemos desistiram do trabalho na primeira semana da Copa 2014, ao entender que a relação custo-benefício não valeria a pena. Outras continuaram, e uma delas, Valéria⁹⁹, disse informalmente à pesquisa que essa forma de trabalho informal seria o novo padrão na cidade: sua expectativa era que voltasse a ser

98 Esses depoimentos e informações foram dados por três trabalhadoras ambulantes ligadas ao Fórum de Trabalhadores Ambulantes da Cidade de São Paulo e que participavam do Comitê Popular da Copa SP, em conversa informal no dia 17 de junho de 2014, quando também foi concedido à pesquisa fotografar os documentos fornecidos pela empresa Team Eventos às trabalhadoras ambulantes.

99 Nome fictício para preservar a identidade da trabalhadora.

cadastrada para carnaval, Virada Cultural e outros eventos, e que assim seria possível negociar melhores condições com as empresas e a Prefeitura futuramente. Segundo Valéria, se ela não aceitasse esse “acordo”, muitos outros aceitariam em seu lugar. Era preciso, portanto, garantir seu espaço.

Segundo Luciana Itikawa (2014), o DIEESE em 2010 apontou a existência de 138 mil ambulantes no município de São Paulo “apesar do atual número irrisório de licenças na cidade (1.940) representando apenas 1,4% do total de trabalhadores no município. Os outros cerca de 136.000 trabalhadores, portanto, são obrigados a correr diariamente para fugir da fiscalização”¹⁰⁰. Para entender melhor a incorporação de uma pequena parcela dos trabalhadores ambulantes no processo da Copa 2014, é preciso recuperar o modo como se desenvolveram as relações entre Fórum de Ambulantes, Comitê Popular da Copa SP e Prefeitura. Essas relações se deram em pelo menos dois momentos acessados pela pesquisa: no primeiro momento, houve quatro reuniões entre fevereiro e maio de 2013, em que participaram membros do Comitê Popular da Copa SP (CPC-SP) e do Comitê Especial para a Copa do Mundo de 2014 (SPCOPA), órgão municipal criado na gestão que se iniciou em 2013 (Fernando Haddad/PT) “destinado a articular as ações da Administração Municipal voltadas à realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 na Cidade de São Paulo”.¹⁰¹ Nessas quatro reuniões tive a oportunidade de participar enquanto membro do Comitê Popular da Copa SP.¹⁰² Nessas reuniões participaram também trabalhadoras ambulantes ligadas ao Fórum e que eram também membros do CPC-SP.

100 ITIKAWA, Luciana. *A gestão antiperspirante: rumo à pobreza inodora, incolor e insípida*. Artigo publicado na página Arquitetura da Gentrificação, setembro de 2014. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/blog/a-gestao-antiperspirante-rumo-a-pobreza-inodora-incolor-e-insipida/> Acesso em setembro de 2014.

101 Conforme Decreto Municipal nº 53.697, de 16 de janeiro de 2013, disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/legislacao/index.php?p=142326> Acesso em abril de 2013.

102 O grupo decidiu em reunião prévia que minha participação seria interessante em razão da pesquisa, pelo acúmulo de informações sobre o tema que detinha e também por minha condição de advogada, entendida aqui como atributo de um *saber-poder*, para usar os termos de Michel Foucault (2008), que poderia contribuir na relação com o poder público.

No segundo momento, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) com membros da Prefeitura, do Fórum de Ambulantes e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em que se pactuou, em maio de 2014, o cadastramento de trabalhadores ligados ao Fórum para trabalhar na FIFA FanFest, acordo este realizado entre trabalhadores e as empresas que promoviam o evento, mediado pela Prefeitura, segundo informações compartilhadas nas reuniões do Comitê Popular da Copa SP e confirmadas pelas trabalhadoras no dia 17 de junho, no Anhangabaú.

Assim, entre fevereiro e maio de 2013, participantes do Comitê Popular foram à sede do órgão municipal, no 24º andar do Edifício Martinelli, buscar um espaço de participação popular nas decisões sobre o planejamento e informações do poder público em relação à Copa 2014. A primeira reunião, em fevereiro, foi permeada por uma expectativa de conseguir informações sobre a organização da Copa 2014 de atribuição da Prefeitura, que até a gestão municipal anterior (2008-2012) vinham sendo negadas, sem qualquer abertura de diálogo com os movimentos sociais que compunham o CPC-SP. Até aquele momento, não havia informações oficiais sobre temas colocados pelo CPC-SP, senão rumores e especulações baseados em notícias de imprensa, nas leis já aprovadas e na experiência da África do Sul em 2010: as ameaças de deslocamentos forçados de populações em assentamentos precários em razão de grandes obras, a perseguição e violência com que eram tratados o trabalhador ambulante e a população de rua, e o possível fechamento de vias públicas previsto na Lei Geral da Copa e no Contrato FIFA- COL- Cidade-sede. A expectativa de acessar as informações e influir nas decisões foi colocada aos gestores, que garantiram que essa era apenas a primeira oportunidade de abertura de diálogo. No entanto, para aquela primeira reunião os gestores alegaram não ter as informações solicitadas, por ser início de gestão etc, e afirmaram que todas as informações seriam fornecidas num futuro próximo, propondo reuniões mensais entre SPCOPA e CPC-SP.

Na segunda reunião, em março, o assessor da Vice-prefeita Nadia Campeão (PCdoB) – responsável pela coordenação da SPCOPA, Sr. Osvaldo Napoleão, ao ser questionado sobre o trabalho ambulante na Copa 2014, confirmou, entre pausas longas: “a zona de exclusão... o perímetro de restrição... a lei não permite ambulantes nos arredores do estádio”. Uma das

trabalhadoras, Cecília¹⁰³, explicou que alguns ambulantes estão trabalhando com base em uma medida liminar¹⁰⁴, ao que uma gestora do governo estadual, convidada pela Prefeitura para a reunião, replicou: “mas não durante a Copa!”. Osvaldo afirmou que o secretário Chico Macena (Coordenação das Subprefeituras) estaria pensando em como explorar as possibilidades que a FIFA oferece, e que a Prefeitura estava elaborando um projeto que estaria pronto em dois meses; disse ainda que em torno do estádio e da FanFest o trabalho ambulante seria restrito e que em São Paulo a lei municipal atual já restringia o trabalho ambulante. Ao final, se propôs a articular reunião da Subprefeitura da Sé com o Fórum de Ambulantes da cidade. Na reunião seguinte, em abril, questionado novamente sobre a situação do trabalho ambulante na Copa 2014, o gestor André Cintra respondeu que na semana seguinte haveria reunião da SPCOPA com o Fórum de Ambulantes somente sobre isso e que, dentro de um mês, haveria outra reunião com o subprefeito da Sé para tratar o tema. Gerson¹⁰⁵, trabalhador do Centro Gaspar Garcia e membro do Comitê Popular da Copa SP informou que, de fato, foi iniciado diálogo com Macena, secretário de Coordenação das Subprefeituras, para a elaboração de um plano municipal para os ambulantes e a discussão sobre a Lei Geral da Copa, e que foi entregue ao Prefeito o documento: “Parâmetros para um Plano Municipal do Comércio Ambulante”, elaborado pelos trabalhadores do Fórum dos Ambulantes da cidade junto ao Centro Gaspar Garcia. O documento também foi entregue nesse momento aos gestores da SPCOPA. Um dos trabalhadores presentes, Sérgio¹⁰⁶, queixou-se: “não existe

103 Nome fictício para preservar a identidade da trabalhadora

104 Cf. ITIKAWA, L. (op.cit): “O prefeito anterior proibiu todas as licenças, e mesmo aqueles 1.940 que ainda as teriam enfrentam o constrangimento de trabalhar há 2 anos por força de uma liminar da Justiça cuja fundamentação foi calcada no direito à cidade. A Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos ainda precisa ser julgada para que o impasse institucional entre Prefeitura e Justiça se resolva. Apesar da tentativa dos trabalhadores e da sociedade civil ter instituído no ano passado um canal de diálogo quinzenal com a Prefeitura por 6 meses para resolver politicamente, nada avançou para a resolução do problema.”

105 Nome fictício para preservar a identidade do ativista.

106 Nome fictício para preservar a identidade do trabalhador.

diálogo de verdade com o governo e na prática o pau come”, referindo-se à abordagem violenta de fiscalização da Operação Delegada. O gestor afirmou então que

os ambulantes tem que levantar as informações de violações pra ajudar a gente da SPCOPA a entrar no debate. Documentos, manifestos (...) Não só em Itaquera e Anhangabaú, mas em cada região nossa ideia é ter exibição pública [dos jogos da Copa]. E regulamentação pública. Para isso temos que limpar as áreas. Não é a lei da FIFA, mas a lei municipal que a gente tem que enfrentar.¹⁰⁷

A última reunião, em maio de 2013, não acrescentou novidades em relação à questão do trabalho ambulante, e o Comitê Popular da Copa-SP decidiu abandonar esse espaço, pois não havia avanços também em relação à questão da moradia e demais questionamentos. O tema do trabalho ambulante foi levado para o Grupo de Trabalho (GT) que se formou com a participação do Fórum de Trabalhadores Ambulantes, Centro Gaspar Garcia e Prefeitura, mas esse GT iniciou suas atividades apenas em setembro de 2013. Reuniões foram canceladas, prazos foram estendidos e até março de 2014 não havia qualquer indício de que o diálogo avançaria em favor dos ambulantes. Até que, em março, a imprensa noticiou¹⁰⁸ que a Prefeitura teria feito um acordo com a FIFA e que os ambulantes estariam liberados para vender produtos na Copa 2014. As informações vagas e imprecisas sobre a permissão para que trabalhadores ambulantes vendessem produtos nas ruas da cidade durante a Copa 2014 geraram reação e mais perguntas: em nota publicada pelo CPC-SP¹⁰⁹, elaborada em conjunto com ex-trabalhadores do Centro Gaspar Garcia, a articulação afirmava:

107 Gravação em áudio feita pela pesquisadora da reunião de 18 de abril de 2013 no Edifício Martinelli.

108 *Fifa diz sim, e Haddad libera presença de ambulantes na copa*. SP Agora, 18/03/2014. Disponível em

<http://spagora.com.br/fifa-diz-sim-e-haddad-libera-presenca-de-ambulantes-na-copa/> Acesso em março de 2014.

109 *Pela garantia do direito ao trabalho ambulante para todas e todos*. Nota Pública do Comitê Popular da Copa SP, 31/03/2014. Disponível em <https://comitepopularsp.wordpress.com/2014/03/31/pela-garantia-do-direito-ao-trabalho-ambulante-para-todas-e-todos/> Acesso em abril de 2014.

a garantia do direito ao trabalho ambulante para todas e todos, antes, durante e depois da Copa, é uma reivindicação inegociável e não abrimos mão dessa pauta em nome do benefício de uns poucos. Queremos o mesmo espaço dado às corporações patrocinadoras, entendendo que o trabalho ambulante não é crime e deve ser respeitado como sustento de milhares de famílias em todo o país, as quais não tem acesso ao mercado formal; o trabalho ambulante compõe e é parte fundamental do direito à cidade. (...) Desde fevereiro de 2013, o Comitê Popular da Copa e o Fórum dos ambulantes iniciaram o diálogo com diferentes instâncias do poder Executivo e Legislativo, sem no entanto obter respostas claras e concretas. O que se chamava “diálogo” com o tempo se mostrou inócuo, pois as perguntas e solicitação de informações feitas pelos trabalhadores/as não foram respondidas – desde o Ministério dos Esportes, passando pelo Gabinete do Prefeito, Subprefeitura da Sé, SPCopa, Secretaria de Coordenação das Subprefeituras, Gabinetes de vereadores, etc – reuniões em que foram apresentadas propostas e interrogações sobre a participação dos trabalhadores nos jogos da Copa.

A nota prossegue, apontando questionamentos sobre a maneira como se daria tal “liberação” do trabalho ambulante, sobre a qual não havia qualquer informação oficial:

O Comunicado de chamamento público n.º 01/2014/SMSP de 30 de Janeiro de 2014 deixa claro que somente empresas (CNPJ) poderão explorar comercialmente durante os jogos nos 6 espaços públicos, incluindo a FIFA Fan fest no Anhangabaú. No dia 17 de Fevereiro de 2014, o Comitê Especial de Articulação da Copa da Prefeitura divulgou no seu site que as empresas Play Corp e D+ haviam sido selecionadas para os 6 espaços públicos, mas entre as contrapartidas não há nenhuma menção aos ambulantes. Como será a participação dos ambulantes nos jogos da Copa? Como empresas, como empregados ou como trabalhadores autônomos? Além disso, haverá diálogo público entre os ambulantes, a SPCopa e as empresas agora selecionadas Play Corp e D+?

Enquanto o GT prosseguia com as reuniões entre Prefeitura e ambulantes do Fórum, em abril o Prefeito assinou decreto¹¹⁰ determinando que

o direito de, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade, ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua nas áreas de restrição comercial fica reservado à FIFA no dia do evento e no dia que lhe seja imediatamente anterior.

O decreto repete os termos do artigo 11 da Lei Geral da Copa, discutida no capítulo anterior, mas delimita, com mapas, as ruas e áreas de restrição a que se refere. Segundo

110 *Haddad proíbe camelôs no centro e em Itaquera durante a Copa*. Estadão, 10/04/2014. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-proibe-camelos-no-centro-e-em-itaquera-durante-a-copa,1151863> Acesso em abril de 2014. O Decreto Municipal n.º 55010/2014 está disponível no Anexo 1 desta dissertação.

reportagem¹¹¹ da Agência Pública, em pelo menos outras seis cidades-sede da Copa 2014 se estabeleceram áreas de restrição comercial nos mesmos termos. A mesma reportagem informa que o processo judicial (envolvendo prefeitura e ambulantes, em que decisão liminar citada anteriormente havia garantido o direito ao trabalho para alguns trabalhadores, cujas permissões haviam sido cassadas pela prefeitura) teria sido suspenso desde maio de 2013 por seis meses, para a elaboração de um plano municipal com diretrizes para o trabalho ambulante e participação dos trabalhadores na sua elaboração. Enquanto isso, as negociações para a incorporação daqueles trabalhadores na Copa 2014 já estavam em andamento:

Em 16 de maio de 2013, uma audiência pública definiu que o processo seria suspenso por 180 dias para a elaboração de um plano municipal para o comércio ambulante. Com esse objetivo, foi criado, em setembro, o Grupo de Trabalho dos Ambulantes, composto por representantes dos ambulantes, da sociedade civil e do poder público, e coordenado pela Secretaria de Coordenação das Subprefeituras. Esse plano ainda não foi lançado, mas o Grupo de Trabalho dos Ambulantes tem funcionado como espaço de articulação de um acordo entre SP Copa (Secretaria Municipal da Copa), FIFA, Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e Fórum dos Ambulantes para garantir trabalho aos ambulantes durante a Copa do Mundo. “Estamos negociando para que os ambulantes vendam produtos das empresas patrocinadoras da Copa no entorno do estádio, na fan fest e nos outros cinco eventos de exibição pública”, diz André Cintra, assessor de imprensa da SP Copa.

O GT publicou um relatório final¹¹² em 08 de maio de 2014, em que estão elencados uma série de compromissos “aprovados por consenso” entre seus participantes:

é assegurada a atividade comercial regular, no período de jogos da Copa, dos trabalhadores que possuem termo de permissão de uso; (...) empresas parceiras da FIFA abrirão 600 vagas temporárias de vendedores nas “áreas de restrição comercial”, a serem preenchidas por trabalhadores com experiência no comércio de rua (...); ficam proibidas as demais modalidades de comércio de rua; a indicação de candidatos a vendedores ficará exclusivamente a cargo do Fórum dos Ambulantes, na proporção de ao menos 1,2 candidatos por vaga; poderá candidatar-se às vagas o trabalhador que: a) puder comprovar sua experiência no comércio de rua; b) tiver residência ou experiência profissional na mesma subprefeitura onde deseja trabalhar durante a Copa; um agente operador indicado, em comum acordo, pelas empresas parceiras da FIFA ficará responsável por treinamento, seleção final e contratação dos candidatos, bem como o fornecimento de uniforme, materiais de trabalho,

111 *Território da FIFA*. Agência Pública, 14/04/2014. Disponível em <http://apublica.org/2014/04/territorio-da-fifa/> Acesso em abril de 2014.

112 *Relatório final do Grupo de Trabalho “Ambulantes na Copa”*. Prefeitura Municipal de São Paulo, 08/05/2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/copa/GT-Ambulantes.pdf> Acesso em maio de 2014.

autorização e mercadorias; (...) nas “áreas de restrição comercial” da FanFest, os vendedores poderão atuar de 12 de junho a 13 de julho de 2014, com exceção dos dias sem programação; (...) só poderão ser comercializados produtos fornecidos diretamente pelo agente operador, em regime de consignação, a preços tabelados e equivalentes aos praticados no mercado local; a cada unidade vendida, a taxa de rendimento do vendedor será equivalente a 30% do valor do produto;

A página oficial da Prefeitura divulgou o acordo e celebrava a geração de “até mil empregos diretos para trabalhadores ambulantes”¹¹³. No entanto, os relatos das trabalhadoras não correspondem à criação de empregos, mas tão somente às relações de trabalho sem vínculo empregatício, como “colaboradores”. O Comitê Popular da Copa SP se posicionou, desde o início, contrário a essa suposta negociação, defendendo que em um universo de 138 mil trabalhadores ambulantes na cidade, todos e todas devem ter direito ao trabalho.

Mais do que a seleção de poucos em detrimento de muitos, era uma negociação em que os poderes são desiguais: de um lado corporações cuja exploração comercial do evento, em regime de monopólio, está garantida e protegida pelo Estado e, de outro, trabalhadores em situação de informalidade, colocados uns contra os outros em um cadastro fictício para poucos, sem garantias legais ou direitos trabalhistas, feito por eles mesmos. A seleção de um grupo (menos de 1% dos ambulantes da cidade) foi feita de forma arbitrária, para um trabalho sem direitos ou condições mínimas. Negociação que tem como efeitos o acirramento de jogos de interesses e disputas por espaços, levando a criminalização de uns contra os outros, favorecendo mais uma vez as empresas, que puderam distribuir seus produtos dentro e fora do cerco da FanFest, sem necessidade de contratação formal de mão de obra. Como veremos a seguir, o Estado teve papel central nessa negociação: através da prefeitura – mediadora do acordo – e do governo estadual – foi garantida a “segurança” para o mercado monopolista das empresas patrocinadoras e a mão de obra barata e especializada sem ônus trabalhistas.

Sessão 1.3 Exclusividade Comercial: o monopólio no espaço público

113 Prefeitura garante participação de ambulantes na Copa do Mundo. Portal oficial da Prefeitura da Cidade de São Paulo, 08/05/2014. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/noticias/?p=170872> Acesso em maio de 2014.

No dia 23 de junho, quando voltei à FIFA FanFest, pude entrar na área interna do cerco metálico-policial e observar a área de restrição comercial por dentro. Estava novamente acompanhada por membros do CPC-SP. Nesse dia, haveria dois jogos da Copa 2014: às 13 horas o time da Holanda enfrentou o Chile, no estádio de Itaquera, e às 17 horas o time do Brasil enfrentaria a equipe de Camarões, pelo terceiro e último jogo da primeira fase da Competição. Desta vez, estávamos em um grupo maior: dois jornalistas, uma militante do movimento de moradia e da Marcha Mundial de Mulheres, uma estudante de direito da USP, um estudante de filosofia da USP, uma militante da Frente de Oposição Socialista, mais as pessoas que também estiveram no dia 17 de junho (as duas ativistas do coletivo de intervenção audiovisual, o estudante alemão e voluntário do SEFRAS, e o estudante da EACH/USP). Chegamos às 13 horas, o movimento era menor que o do dia 17. O objetivo do grupo era realizar panfletagem nos arredores e no interior da FanFest, de modo que o grupo se dividiu em trios. Os panfletos traziam informações breves sobre os “impactos e violações de direitos humanos” da Copa 2014, bem como reivindicações da articulação. O trio em que me incluí, com a jornalista e o estudante alemão, se dirigiu à entrada da FanFest. Após cerca de 20 minutos de fila, passamos por revista pessoal feita por seguranças contratados e tivemos que abrir as mochilas para exibir seu conteúdo. Em seguida, ultrapassamos as catracas da entrada e estávamos dentro da *zona de exclusão*. Iniciamos a distribuição de panfletos e em poucos minutos um homem vestido “à paisana”, que não quis se identificar, nos abordou, afirmando que essa atividade estava proibida naquele local e que somente a FIFA e patrocinadoras podiam fazer propaganda. Argumentamos que não fazíamos propaganda comercial, e que não existia qualquer lei que proibisse a livre expressão do pensamento em um espaço público. Após algum tempo e discussão, o sujeito desistiu e continuamos a panfletagem. O espaço já estava mais cheio e circulamos entre os estandes das patrocinadoras distribuindo os panfletos e conversando com as pessoas. Depois, percebemos a presença de homens “à paisana”, próximos a nós, nos observando, cujas características físicas e postura indicavam que poderiam ser policiais: porte atlético, fortes e altos, com cabelo raspado e tatuagens de símbolos nacionalistas ou fascistas, calçando coturnos. Com a sensação de desconforto e poucos panfletos restantes nas mãos, decidimos deixar a área interna da FanFest. Enquanto isso, na Av. Paulista, recebemos notícias do início do ato “Se não tiver

direitos, Não vai ter Copa”, em que a Polícia Militar cercou as pessoas que se concentravam no MASP e prendeu dois rapazes¹¹⁴ alegando porte de explosivos: Fabio Hideki¹¹⁵, estudante da USP e conhecido dos círculos militantes e Rafael Lusvargh, professor de inglês. Após 45 dias presos, a justiça libertou os dois jovens e admitiu que os objetos apreendidos não eram explosivos¹¹⁶.

Retomando o que discutimos no Capítulo I, um grupo de 20 empresas patrocinadoras - as chamadas “parceiras da FIFA” - detinham, por lei, a exclusividade comercial nos territórios delimitados pelo decreto municipal nº 50010/2014. Cada uma das empresas era a única representante de um setor econômico: materiais esportivos, indústria automobilística, aviação civil, alimentação, bebidas alcoólicas, bebidas não alcoólicas, instituição financeira, etc. Dentro da FanFest, cada empresa tinha um estande em que promoviam suas marcas e produtos. A AMBEV, CocaCola e Mc'Donalds vendiam bebidas e alimentos. A CocaCola também convidava o público a fazer “estêncil” com sua logomarca em camisetas, e tinha uma reprodução da garrafa da marca de oito metros de altura, além de um espaço para jogos que promoviam a marca. O banco Itaú sorteou ingressos para assistir os jogos da Copa 2014 nos estádios para aqueles que participassem das atividades em seu estande. A empresa de telefonia Oi tinha um estande para que o público tirasse fotografias com tecnologia de reconhecimento facial. A KYA/Hyundai expunha automóveis e no estande da Sony o público podia conhecer os produtos como televisões, telefones celulares e caixas de som e ganhar bandeiras do Brasil e CDs oficiais da Copa 2014. A Johnson&Johnson montou um “espaço para a família” em que havia distribuição de produtos cosméticos e era possível tirar fotos com o mascote da Copa 2014. Essas ações são chamadas no meio do marketing como “ativação de marcas”: a

114 *Polícia prende manifestantes e intima membro do MPL para depor “à força”*. Brasil de Fato, 24/06/2014. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/28954> Acesso em junho de 2014.

115 *Liberdade para Hideki*: Campanha promovida por ativistas e amigos próximos de Fabio Hideki durante os 45 dias de sua prisão, teve ampla repercussão nas redes sociais. Disponível em <http://liberdadeparahideki.org/> Acesso em junho de 2014.

116 *Justiça absolve manifestantes acusados de porte de explosivos em SP*. Folha de S.Paulo, 18/09/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1518030-justica-absolve-manifestantes-acusados-de-porte-de-explosivos.shtml> Acesso em setembro de 2014.

associação das empresas com a imagem da Copa 2014 e do futebol, incluindo os valores do “movimento olímpico”, é considerada uma oportunidade de negócios importante, o que justifica investimento de somas astronômicas em “patrocínio” para a FIFA, com o fim de obter o direito de explorar o megaevento (MARICATO: 2014 e OLIVEIRA: 2014).

As FIFA FanFest começaram a ser delimitadas nas cidades-sede da Copa em 2010, na Alemanha. A FIFA esclarece a natureza dessa estratégia na sua página oficial¹¹⁷:

As FIFA Fan Fests realizadas durante a Copa do Mundo da FIFA 2010 foram uma ferramenta de marketing muito positiva tanto para a entidade que comanda o futebol mundial quanto para os patrocinadores, reforçando o contato com consumidores em todo o mundo. Após o sucesso absoluto da primeira FIFA Fan Fest na Alemanha, durante o Mundial de 2006, a FIFA decidiu expandir o evento e levá-lo para as torcidas em vários pontos do planeta. (...) Ao escolherem locais representativos em cada uma das cidades-sede — como a praia de Copacabana, a Praça do Trocadéro, na base da Torre Eiffel, e o Porto Darling, em Sydney, a FIFA e os organizadores locais garantiram que os torcedores tivessem uma experiência única enquanto assistiam aos jogos. Os locais selecionados também tinham o potencial para atrair a grande quantidade de turistas que visitaram as cidades durante o evento. (...) Ao criar uma identidade visual para a FIFA Fan Fest, alinhada com a imagem oficial da Copa do Mundo da FIFA 2010, a FIFA conseguiu expor a marca do evento a um público maior do que nunca, estabelecendo com sucesso uma identidade uniforme em todas as cidades-sede. A visão da FIFA Fan Fest Internacional era clara: ser o segundo melhor local para torcedores de todo o mundo compartilharem momentos emocionantes, conhecerem a missão da FIFA, terem contato com as marcas dos patrocinadores e comemorem o clima único que uma Copa do Mundo da FIFA proporciona”.

O mesmo fenômeno foi observado na África do Sul em 2010. Segundo Cottle (2011),

Um governo do [partido] Congresso Nacional Africano permitiu à FIFA e patrocinadoras multinacionais o acesso total a “zonas de exclusão” sem impostos, sem controle de câmbio e sem preocupações com segurança. Outro apoio logístico, o controle de acesso, e proteção foram providos às corporações parceiras da FIFA (Adidas, Sony, Visa, Emirates, Coca Cola, Hyundai-Kia, McDonalds, as gigantes da telefonia local Telkom e MTN, First National Bank, Continental Tyres, Castrol, e a companhia de Tecnologia da Informação indiana, Satyam). Apenas itens autorizados pela FIFA eram propagandeados em um raio de um quilômetro do estádio e ao longo de estradas importantes, o que mostra o quão pouco os gerentes da Copa do Mundo permitiriam benefícios aos sul-africanos comuns, baseados na tese do “trickle-down”. [segundo a qual concessões como corte de impostos para os ricos beneficiaria todos os níveis sociais ao estimular a economia como um todo].¹¹⁸

117 Programas de marketing da FIFA – FIFA FanFest. Página oficial da FIFA disponível em <http://pt.fifa.com/aboutfifa/organisation/marketing/programmes/fanfest.html> Acesso em agosto de 2014.

118 BOND, Patrick e COTTLE, Eddie. *Economic Promises and Pitfalls of South Africa's World Cup*. In Eddie Cottle (ed) *South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?* South Africa: UKZN Publishers,

Tal estratégia se coaduna com o que Otília Arantes (2000: p.62) formulou, ao discutir a produção da cidade mediante um evento excepcional destinado tradicionalmente a fazer a “não-cidade” – no caso, a Exposição Mundial de Lisboa de 1998:

[um projeto de cidade] Resultante, segundo seus propagandistas, da 'vontade identitária de inserção', visto que é nessa vitrine-mostruário de arquitetura de última geração que a cidade aspirante a ocupar um nó estratégico na rede das cidades mundiais se faz reconhecer, enfim identificar, por uma marca que se apresente a si mesma como algo a confirmar sua condição ultramoderna: e, assim sendo, qualquer megaevento vem a calhar, não importa de que natureza seja - desde que não se perca a 'ocasião'...

Nesse mesmo sentido, Carlos Vainer¹¹⁹ analisou a lógica global dos megaeventos esportivos:

A cidade passa a ser vista como uma empresa, que compete com outras cidades-empresa no mercado internacional. A cidade é reduzida a uma das suas dimensões, a econômica, e mesmo assim a apenas uma das faces dessa dimensão econômica, que é a empresarial. E a partir do momento em que se pensa a cidade como empresa, ela também passa a ser vista como mercadoria: como eu posso “vender” minha cidade para o mundo? É desse pressuposto que se desenvolve o marketing urbano, e Barcelona tem hoje o melhor do mundo, adotado como modelo pelo Rio. Porém, esse, como qualquer marketing, opera com uma perspectiva redutora da realidade: se você quer “vender” o Rio no exterior, não vai mostrar favelas, pobreza nem desigualdade. O marketing torna invisível tudo que não é uma virtude da mercadoria.

No território da FanFest, vemos a mesma estratégia que faz girar “uma engrenagem movida por três rodas de disputas”: a das emissoras e difusoras do evento, pela exclusividade dos direitos de transmissão; a das empresas patrocinadoras, pela exclusividade por categoria

2011. Tradução livre para o português do original em inglês, conforme segue: “Yet an African National Congress government allowed FIFA and multinational corporate sponsors full access to ‘exclusion zones’ with no taxes, no exchange controls and no security worries. Other logistical support, access control, and protection were provided to FIFA’s corporate partners (Adidas, Sony, Visa, Emirates, Coca Cola, Hyundai-Kia, McDonalds, local phone giants Telkom and MTN, First National Bank, Continental Tyres, Castrol, and Indian IT Company, Satyam). Only FIFA endorsed items were advertised within a one kilometre radius of the stadium and along major roads, signifying how very little the World Cup managers would permit benefits to trickle down to ordinary South Africans.”

119 Carlos Vainer discute megaeventos e “cidade de exceção”. Entrevista para o jornal O Globo, 06/08/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/08/06/carlos-vainer-discute-megaeventos-cidade-de-excecao-396846.asp> Acesso em agosto de 2011.

de produto; e a das cidades, por sediar os eventos, que, por sua vez, fazem girar o valor da marca da FIFA (OLIVEIRA: 2014).

Sessão 2. Urbanismo Militarizado: a mão armada do mercado

Segundo artigo¹²⁰ de Stephen Graham no diário britânico The Guardian, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, uma cerca elétrica com 11 milhas (mais de 20km) de comprimento e 6 metros de altura separava o parque olímpico do restante da cidade à sua volta. A área cercada era vigiada permanentemente por centenas de câmeras de videomonitoramento, 1000 agentes do FBI, 7500 "royal marines" e *drones* (veículos não tripulados), além de todo um aparato de guerra que o autor afirma ser "a maior mobilização de forças militares e de segurança britânicas desde a Segunda Guerra Mundial".

No Brasil, a preparação e realização da Copa 2014 foi a oportunidade para que um gigantesco aparato militar e tecnológico se instalasse. Quase R\$ 2 bilhões foram investidos em segurança especificamente para os megaeventos, conforme os dados oficiais¹²¹, a partir da Secretaria Especial de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), criada especialmente para este fim¹²², coordenada com estados da federação e municípios-sede. Armas, *drones*, equipamentos e câmeras de videomonitoramento, novas tropas, armamento “não letal” (armas com balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo etc), infraestrutura para os Centros de Controle Integrado, além da cooperação internacional para compras, treinamento e expertise

120 GRAHAM, S. *Olympics 2012 security: welcome to lockdown London*. The Guardian, 12/03/2012. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/sport/2012/mar/12/london-olympics-security-lockdown-london>. Acesso em julho de 2012.

121 *Ações e empreendimentos por tema: segurança pública*. Portal da Transparência Copa 2014, página oficial da Controladoria Geral da União, s/d. Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/tema.seam?tema=14>. Acesso em maio de 2014.

122 Sobre as ações em segurança pública para a Copa 2014 do governo federal, ver: *Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014*. SESGE, Ministério da Justiça, Governo Federal. Janeiro de 2012. Disponível em <http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESGE%20%282%29.pdf>. Acesso em agosto de 2014.

dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Israel, proporcionaram o que o governo federal nomeou como o “maior legado da Copa” para o país, de que tivemos amostras na pele já nas jornadas de junho de 2013.

Em debate promovido pelo Comitê Popular da Copa SP, no dia 10 de junho, às vésperas da abertura da Copa 2014, membros do Movimento Palestina para Todos e Todas (MOPAT) informaram que o Estado de Israel e as empresas de segurança e tecnologia militar daquele país tem grande participação nesse fenômeno: com orçamento militar que ocupa 24% do orçamento de Israel, o mercado de segurança seria um importante vetor de desenvolvimento econômico, especialmente com a exportação da expertise e dos equipamentos e armas israelenses. Segundo o MOPAT, há em Santa Maria (RS) um polo industrial da empresa israelense ELBIT, que teve seus contratos cancelados na Europa, e fornece *drones* para a Força Aérea Brasileira e para a Polícia Federal. O MOPAT informou que, assim que o Brasil foi escolhido sede da Copa 2014 (em 2007), uma delegação israelense veio ao país oferecer ajuda para construir a Copa e em 2010, um seminário apresentou os “conceitos e soluções Safe City”, entre eles o bloqueio e monitoramento de ligações telefônicas e conexões. No mesmo ano, conferência em Tel-Aviv apresentava o conceito de “home security”, promovendo a militarização da cidade para segurança pública interna. O governo brasileiro fez acordo de cooperação com Israel¹²³ e algumas forças policiais brasileiras (como a do Distrito Federal) foram treinadas nos campos de treinamento que reproduzem o cenário urbano, com todas as suas especificidades, em Israel¹²⁴.

123 *As Relações Militares entre Brasil e Israel*. Documento da Campanha Stop the Wall, março de 2011. Disponível em http://stopthewall.org/enginefileuploads/content/relaes_militares_entre_brasil_e_israel.pdf Acesso em maio de 2014.

124 Sobre acordos de cooperação Brasil-Israel ver: *Carta do MOPAT ao presidente Lula*. Página “Somos Todos Palestinos”, 09/12/2010. Disponível em <http://somostodospalestinos.blogspot.com.br/2010/12/carta-do-mopat-ao-presidente-lula.html> Acesso em maio de 2014. Ver também: *Manifesto do MOPAT contra estreitamento militar entre Brasil e Israel na Copa*. Página da CSP-Conlutas, 15/05/2014. Disponível em <http://cspconlutas.org.br/2014/05/no-dia-da-nakba-movimento-palestino-lanca-manifesto-contrae-streitamento-militar-entre-brasil-e-israel-na-copa/> Acesso em maio de 2014. *Relações Militares Entre Brasil e Israel - O Papel Central do Rio de Janeiro nesta relação e A Feira da Morte*. Página Somos Todos

As relações entre Brasil e Israel e o investimento significativo nos dispositivos e tecnologias de controle não parecem se reduzir à mera “modernização” da segurança interna de longa tradição autoritária-militar brasileira. Mais que isso, poderiam confirmar a hipótese de Graham (2010) sobre um *novo urbanismo militarizado* que se desenvolve nas cidades, aproveitando as próprias infraestruturas urbanas para implementar mecanismos e tecnologias de controle. Mas para pensar os nexos entre formas de controle e produção dos espaços urbanos, seria preciso antes entender do que se trata, quando falamos em segurança.

Gros (2011) discute justamente os sentidos contemporâneos da noção de segurança. A partir da noção de biossegurança, irá enfatizar importantes diferenças em relação à noção de segurança, tal como foi pensada e praticada sob o modelo do Estado-nação moderno na Europa do Tratado de Westfalia. Segundo Gros, o “princípio de segurança” que foi dominante para aquela racionalidade de governo é um elemento da ordem pública que visa a conservação de bens e pessoas, apoia-se em um sistema de garantias e mobiliza a figura do sujeito de direitos. A biossegurança opera em outra lógica: em primeiro lugar, responde aos riscos e ameaças que circulam e se espalham através das redes mundializadas que caracterizam as cidades contemporâneas, ou seja, na própria trama que sustenta o tecido social, especialmente urbano – por sua natureza de circulação. Dos vírus que contaminam a rede virtual – internet, a doenças e contaminações várias dos corpos, passando pelas redes de drogas e armas, até o terrorismo internacional, que se instala também nas linhas subterrâneas de metrô. Dada a fragilidade da soberania estatal e seu sistema de direitos para lidar com esse tipo de problemas, a biossegurança mobiliza, em vez do sujeito de direitos, a figura de “populações em situações de vulnerabilidade” associadas a riscos múltiplos, que exigem “uma vigilância contínua de sistemas e de homens” e aciona a lógica da “intervenção” (Gros, 2008). Em outras palavras, é a intervenção exigida por tal situação de risco, de caráter urgente, que visa recuperar a fluidez dos circuitos, o funcionamento dinâmico dos fluxos de populações, de riquezas, de bens, de mercadorias, de informações, ou seja, da mobilidade ampliada própria

Palestinos, 05/04/2013. Disponível em <http://somostodospalestinos.blogspot.com.br/2013/04/relacoes-militares-entre-brasil-e.html> Acesso em maio de 2014.

dos mercados globalizados, e assim recompor uma ordem dinâmica de segurança (Gros, 2008).¹²⁵ Mas entre “espaços seguros” e a zona cinzenta habitada por aqueles que escapam, se recusam ou estão à margem, a gestão securitária dos riscos cria o seu “fora”, onde imperam “estados de violência” (Gros, 2006).

Em *Cities Under Siege*¹²⁶, apesar da leitura situada a partir dos Estados Unidos - demasiado pautada pelo debate em torno da guerra ao inimigo externo e ocupação de territórios via intervenção ou guerra ao terror, é possível aproveitar a descrição desse *urbanismo militarizado*, ou a gestão militarizada das cidades. Graham mostra que nas malhas e redes mundializadas de que falamos acima, também circulam dispositivos, técnicas, tecnologias e expertises militares, testadas e utilizadas nos territórios ocupados e em guerra (Gaza e Iraque, sobretudo), mas experimentadas também nas operações de segurança nas reuniões de cúpula de líderes governamentais – como a Rio+20 ou o Fórum Econômico de Davos, e especialmente para nossa pesquisa, nos megaeventos esportivos. Segundo Graham, essas tecnologias de guerra são, cada vez mais, acionadas como instrumentos de segurança no cotidiano das cidades, que vão se tornando campos de batalha. Conforme a leitura de Minhoto (2012)¹²⁷, a cidade não seria “apenas” o cenário em que as tecnologias de controle se instalam:

O urbanismo militar contemporâneo consiste na colonização crescente do espaço urbano e da vida cotidiana nas cidades por uma racionalidade militar, vale dizer, por práticas e discursos que têm no centro a noção de guerra. Dessa forma, questões e eventos da ordem do cotidiano das cidades são convertidos em assuntos de guerra, em questões militares. Uma visão de mundo militarizada vai se espalhando e se combinando de modo particular às racionalidades próprias de outras esferas da vida social, como a econômica, a política, a jurídica e assim por diante.

125 Gros, Frederic. *Fim da guerra clássica: novos estados de violência*. In: Novaes, Adauto (org). Mutações. São Paulo: Edições SESCSP, 2008.

126 GRAHAM, S. *Cities Under Siege. The new military urbanism*. Londres: Verso, 2010.

127 MINHOTO, Laurindo. *A lógica do conflito urbano*. O Estado de S.Paulo, Caderno Aliás, 14/10/2012. Disponível em <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-logica-do-conflito-urbano-imp-,945211> Acesso em outubro de 2012.

A noção de “guerra urbana” também circula e é acionada, permanentemente, nas situações percebidas como de risco e ameaça nas grandes cidades. Entre elas, destacamos os chamados “distúrbios civis”, desde as manifestações que bloqueiam as vias públicas e impedem a circulação de pessoas e mercadorias), passando pelas ocupações cuja posse será reintegrada ao proprietário em despejos violentos, e também as paralisações, piquetes e greves de trabalhadores urbanos, entre tantas outras formas de ação. Se embaralham as fronteiras entre guerra e paz, o civil e o militar, as forças armadas e a polícia, a segurança pública e privada.

Em nome da “guerra às drogas”, “guerra ao crime”, “guerra ao terrorismo”, e hoje também em nome do combate ao “vandalismo” e “baderneiros” em geral, a lógica bélica parece prevalecer como forma de gestão do conflito urbano. Diante da necessidade de garantir a segurança da Família FIFA e de seus “parceiros comerciais” na preparação e realização da Copa 2014, essa mesma lógica de gestão securitária se revelou mais explicitamente nas “zonas de exclusividade” da FIFA Fan Fest, e também ao redor dos estádios, nas principais vias da cidade, aeroportos, estradas e nos bairros que atraíam grande fluxo de turistas (como foi o caso da Vila Madalena¹²⁸, em São Paulo).

O novo urbanismo militar vincula-se aos modos de gestão da cidade e dos conflitos urbanos, assim como aos fluxos econômicos próprios das economias globalizadas. Seguindo a discussão de Minhoto (2012), a ação de uma rede global de troca de informações, tecnologia, assessorias e venda de “pacotes de militarização” possibilita a constituição de uma indústria da militarização do espaço urbano. Para o autor, a organização dos grandes eventos esportivos mundiais é especialmente reveladora desses processos:

O emprego cotidiano da racionalidade da guerra e das forças militares na gestão das cidades do capitalismo global passa a ser decisivo para a geração e garantia de continuidade de novos negócios, o desenvolvimento das novas tecnologias e

128 Polícia usa bomba de efeito moral para dispersar torcedores na Vila Madalena. Folha de S.Paulo, 02/07/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/07/1479685-policia-usa-bombas-de-efeito-moral-para-dispersar-argentinos-em-sp.shtml> Acesso em julho de 2014.

formação de mercados. E também para: o desenvolvimento de novas tecnologias de controle; a articulação crescente entre indústria da guerra, do automobilismo e do entretenimento (vide fenômenos de venda como os SUV e os jogos bélicos de computador); a gestão do crime; a formulação e a execução do planejamento urbano; a manutenção da disciplina em ambiente escolar; a legitimação política das administrações das cidades (...) e a organização de eventos esportivos mundiais (como a Copa e a Olimpíada). (ibidem)

Isso tem desdobramentos nos dispositivos de gestão dos espaços e dos conflitos urbanos. O caso da FanFest descrita na cena deste capítulo é mais do que um exemplo ilustrativo: a lógica que prima na definição das chamados “zonas de exclusividade” em torno dos estádios e das “FIFA FanFest” por ocasião da realização da Copa 2014 já havia adquirido, no momento em que este trabalho é escrito e revisado (final de 2014), um caráter permanente¹²⁹. O perfil higienista de gestão de espaços urbanos, que se vale da edificação de cordões sanitários em torno de territórios a serem protegidos e que encontra no aparato militar um elemento estratégico ao patrulhamento de suas fronteiras e à segurança seletiva de bens, serviços, informações e pessoas, e consequentemente, a gestão do mercado.

No entanto, esta pesquisadora entende que não há nem poderia haver controle social absoluto. Em um mundo movido a conflitos (ou a golpes de martelo, para usar a expressão de Nietzsche), há ainda a possibilidade de que algo escape ao controle e ofereça a contra-mola ao poder. É o que veremos no Capítulo III.

129 O Banco Itaú, um dos principais financiadores de campanhas eleitorais e também patrocinador da Copa do Mundo FIFA 2014, teve a permissão da Prefeitura de São Paulo, junto com toda a Família FIFA, para utilizar gratuitamente o Vale do Anhangabaú, durante os 30 dias de jogos em 2014, para promover ações de propaganda de sua marca relacionando-a ao megaevento da FIFA. Poucos meses depois da Copa 2014, a Prefeitura ampliou a ingerência do Itaú sobre o espaço público, dando autonomia à instituição financeira para atuar na transformação urbana de espaços do centro da cidade, segundo seu próprio projeto de reformas no Vale do Anhangabaú (execução a ser custeada pela Prefeitura), conforme denunciou a pesquisa investigativa do projeto Arquitetura da Gentrificação (saiba mais: <http://reporterbrasil.org.br/privatizacaodaru/>).

Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não sua fuga, nas formas da representação) que possui uma força revolucionária.

Michel Foucault

Introdução à vida não fascista, 1977

CAPÍTULO III – COPA REBELDE: UMA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DO COMUM?

Neste capítulo tratarei da maneira como a Copa 2014 foi *problematizada* por movimentos sociais em São Paulo, aproveitando a experiência de três anos de trabalho de campo com observação etnográfica, entrevistas e envolvimento militante junto ao Comitê Popular da Copa SP. Buscarei recuperar um pouco da história do Comitê Popular da Copa SP, seu surgimento, e em especial os “jogadores em campo”, suas articulações, alianças, antagonismos e repertório de ação política que, no conjunto, permitem perceber a reconfiguração do campo de conflitos na cidade. A Copa 2014 é entendida aqui como *campo de gravitação*, no sentido de Thompson, com múltiplos atores, redes de ativismo e resistência articulados que, ao reivindicar o direito à cidade, colocaram o futebol no centro do conflito urbano. A Copa é também um laboratório e um observatório do conflito urbano em suas múltiplas faces – a miríade de conflitos e ativistas e coletivos que entram em cena e se fazem ver. Nesses termos, a dinâmica do conflito urbano também se explicita. Apresentados os jogadores, descreverei a experiência da *Copa Rebelde dos Movimentos Sociais*, que em quatro edições promoveu o encontro de diversos grupos e indivíduos da cidade, ocupou o espaço público e poderia ser compreendida como uma experiência de *criação do comum*, no sentido que David Harvey (2012) propõe.

Sessão 1. Surgimento do Comitê Popular da Copa SP: breve história

A ideia, nas próximas páginas, é descrever o surgimento, forma de organização, composição e formas de ação do Comitê Popular da Copa em São Paulo (ora CPC-SP), que pude acompanhar desde outubro de 2011, como pesquisadora e participante. Reuniões, atos, atividades de formação e, especialmente, a constituição de um espaço que articula grupos político-culturais de campos distintos, entre os quais não havia qualquer diálogo anterior. Sua composição, que passa por movimentos sociais de moradia tradicionais, trabalhadores ambulantes, grupos de teatro, estudantes e pesquisadores, organizações não governamentais de defesa de direitos humanos, pastorais, coletivos autônomos e anarquistas, militantes de partidos políticos de esquerda, organizações feministas, movimento da população de rua, enfim, a composição do Comitê é, em si, uma cartografia política nova, que se articulou localmente a partir de uma ocupação de sem-teto no centro, em uma cidade marcada historicamente pela fragmentação dos movimentos e coletivos de resistência.

Será necessário, ainda, situar o Comitê Popular numa escala nacional, entre outros 11 comitês populares nas demais cidades-sede, organizados na Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, a ANCOP. Recuperar um pouco da formação dessa rede e de sua composição, ações e repercussão na cartografia política da Copa 2014, colocando-a lado a lado com outros atores da escala global envolvidos nesse conflito, é o exercício descritivo que proponho a partir dos últimos três anos em que pude observar e participar dessa articulação.

O CPC-SP é uma rede de articulação horizontal e apartidária, que se propõe a denunciar os impactos da Copa 2014 em São Paulo e a fortalecer a resistência nas diversas lutas que são por ela atravessadas. Segundo a sessão “quem somos” na sua página na internet¹³⁰:

O Comitê Popular da Copa de São Paulo é um grupo aberto, horizontal e apartidário de articulação e resistência contra impactos e violações de direitos humanos da Copa do Mundo de 2014 em SP. (...) Uma das missões do Comitê é articular em rede este conjunto de organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, direito à cidade, à moradia, direitos sociais, e ao trabalho decente, formal e informal, para reforçar as pautas de denúncia das violações, reforçar os espaços já existentes e criar

130 “Quem somos” - Página do Comitê Popular da Copa SP. Disponível em <https://comitepopularesp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/> Acesso em fevereiro de 2014.

novos espaços de formação para a resistência qualificada e incidência nas políticas públicas.

Surge em fevereiro de 2011, na 3ª Jornada de Moradia Digna em SP¹³¹, evento com debates e mutirão de atendimento jurídico promovido pela Defensoria Pública estadual e os movimentos de moradia, reunindo milhares de moradores de favelas e assentamentos informais de toda a cidade. Na 3ª Jornada, que teve como tema “O impacto dos megaprojetos e as violações do direito à cidade”, é formado um “fórum permanente de monitoramento e resistência aos megaprojetos”, para monitorar e pensar estratégias com relação à preparação da Copa FIFA 2014 em SP e seus impactos. A avaliação de que a Copa 2014 era uma pauta importante – e que guardava especial relação com os processos de transformação da cidade em curso - já corria entre os movimentos de moradia, nos assentamentos e favelas e na “fala do povo”, segundo relatou uma liderança da CMP (Central dos Movimentos Populares), Bruno¹³², em entrevista à pesquisa:

Quando a Raquel [Rolnik, professora da FAU-USP, urbanista e ex-relatora da ONU para o Direito à Moradia] começou a falar disso, falava: “se não houver uma contra-reação a isso a gente vai ser tratorado”. Tem que criar processos locais de resistência e também pra dar visibilidade. (...) Tava começando a reestruturação da Marginal Tietê, com um processo de remoções. Tinha a [Operação] Defesa das Águas, na zona sul. Na zona norte tinha a obra do Rodoanel. Na zona leste a [avenida] Jacu Pêssego. Era a época do Evandro, um miliciano contratado pela prefeitura pra ameaçar as famílias e facilitar a remoção. Também tava acontecendo aquele processo da Cracolândia, com o [Projeto] Nova Luz... Então tinha um caldo de resistência e mobilizações na cidade. (...) Em 2008 ninguém associava isso tudo à Copa. Em 2010, a Raquel chamou reunião na USP, convidou estudantes e entidades. Trouxe as Brigadas [movimento popular] de Belo Horizonte, a [organização não governamental] Ceará Periferia, gente de SP e Rio, o Comitê Social do Pan, a CMP [Central dos Movimentos Populares], o Observatório das Metrópoles... Logo depois teve outro encontro nacional no Rio: o grupo do [professor da UFRJ Carlos] Vainer e o grupo do Jubileu Sul [organização pastoral latino-americana em torno do tema da Dívida Pública]. Nacionalmente o Jubileu Sul fez a articulação via pastorais. Outro pessoal da esquerda, [os movimentos sociais] MTST, Comunas Urbanas, Frente de Resistência Urbana, também estavam discutindo isso...

131 Para mais informações sobre a Jornada de Moradia Digna, ver página do evento, disponível em <http://jornadamoradia.wordpress.com/sobre/> Acesso em fevereiro de 2014.

132 Nome fictício para preservar a identidade do militante. Entrevista concedida à pesquisa em 03 de dezembro de 2013, na sede da União dos Movimentos de Moradia, bairro da Liberdade, região central de São Paulo.

No ano anterior (julho de 2010), a urbanista Raquel Rolnik, então relatora da ONU para o direito à moradia, após realizar seminário sobre o tema em São Paulo e publicar um relatório sobre megaeventos e seus impactos no direito à moradia no mundo, convocou organizações e movimentos sociais para uma assembleia em Brasília, buscando formar uma rede nacional de militantes das 12 cidades-sede, que daria origem à ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, cujo objetivo era fomentar a organização e o diálogo entre comitês populares locais e realizar incidência política nacional em torno desta pauta. Com o tempo, movimentos e organizações diversas passam a compor a rede tanto nacionalmente quanto na cidade de São Paulo, articulando em torno do megaevento uma miríade de atores sociais diversos, muito além dos movimentos de moradia. Nas palavras de Bruno, sua opção foi a de construir o processo “pela base”, bem como “juntar militantes e grupos que atuam nesse processo de remoções que é uma avalanche”. Naquele momento (2010), Bruno relata esse primeiro momento de surgimento da articulação e a relação com o “caldo de resistência” às transformações urbanas em curso:

A gente tava em crise nos conceitos da reforma urbana: com esse processo a agenda da reforma urbana virou pó. Os freios ao capital imobiliário foram estilhaçados nesse processo. Aí em 2010 já havia um grupo no Sindicato de Advogados discutindo isso. A partir do seminário na USP [realizado pelo Núcleo Direito à Cidade], já estava se discutindo os megaprojetos em São Paulo e os despejos. Já se estava conversando na Defensoria [Pública do Estado de São Paulo] sobre isso. Como popularizar esse tema? Aí esse tema dos megaeventos é incluído na Jornada de Moradia de 2011. E na Jornada se decide fazer uma articulação pra resistir a esse processo em São Paulo. Depois do seminário a gente começou a perceber que esses processos estavam relacionados a Copa: a Copa deu um “plus” nesse processo. Teve a mudança do [estádio no bairro do] Morumbi para o Itaquerão, na zona leste. Não tinha sentido fazer no Morumbi, eles queriam abrir uma nova frente do capital imobiliário. Com o Rodoanel, a Jacu Pêssego, tudo foi se interligando. A gente ia pras comunidades e era uma coisa incrível: imaginava que o povo não ia falar de Copa. Mas o povo falava: as pessoas por conta própria já relacionavam, porque tá fazendo estádios? Era um grande negócio. A gente só ajudou a articular isso. O Brasil é a bola da vez, tem crise imobiliária na Europa e Estados Unidos. As pessoas começaram a incorporar essa ideia. Já tinha esse sentimento, principalmente quem tava sofrendo na pele. Vi muita gente nas comunidades sem qualquer discussão sobre Copa fazendo essa vinculação, ainda que indiretamente. (...) As coisas foram um pouco naturais, até pela situação concreta que as pessoas estavam vivendo: os despejos, a Jornada de Moradia que popularizou o debate, mas as coisas já estavam aí e as pessoas sentiam. Depois a criação do Comitê Popular da Copa ajudou a consolidar esse processo. (...) Teve o esforço de ligar os megaprojetos à Copa: quem tá construindo? Não é a Odebrecht? São as mesmas construtoras, é a mesma lógica de exclusão, muito mais ampla. Gente muito sabida falava que não tinha nada a ver. Os meios oficiais tentaram o tempo todo dissociar. “Não tem nada a ver”, porque linear, cracolândia, Nova Luz, Itaquerão, Rodoanel, Tietê. O Comitê teve muito esse

papel de discutir e mostrar que tem a ver. Como agora se diz: “o que tem a ver a gente e as manifestações? Transporte e moradia? Nada a ver”. Então é difícil explicar. Só fazendo esse trabalho as pessoas começam a entender. Formação, debate-bola nas comunidades, visitas, solidariedade, só a resistência é capaz de fazer as pessoas entenderem esse processo.

Tratava-se portanto de recolocar o *direito à cidade* na agenda política do país. Em junho de 2011, este grupo passa a se reunir com frequência e se constitui como Comitê Popular da Copa SP, nos moldes dos comitês já formados no Rio de Janeiro e em Fortaleza. Gustavo, militante do PSOL, explica em entrevista concedida à pesquisa¹³³ que foram as redes nacionais e internacionais ativistas que permitiram conhecer as organizações populares no Ceará e Rio de Janeiro e assim decidir participar na recém surgida articulação em São Paulo:

a gente achava que era fundamental o Comitê Popular, porque a gente já tava em relação com o pessoal do Ceará que tava numa pegada forte lá, e a ideia era construir os Comitês Populares da Copa, a partir disso: iria aumentar o recrudescimento, olhando pro que tinha acontecido na África do Sul... o que tinha acumulado dos debates com os grupos que tavam organizando em outros lugares. E a gente vai pro Comitê por causa disso.

Por seu caráter de rede de articulação política aberta, a composição e a participação de movimentos, organizações e indivíduos teve grande flutuação nos 3 anos de existência do Comitê. É possível, no entanto, traçar um perfil mais geral em três tempos, que marcam a breve história dessa rede, recortados a partir de três acontecimentos que marcaram mudanças nas forças presentes: 2011/2012, 2012/2013 e 2014. A partir de entrevistas que atores sociais concederam à pesquisa e da observação participante desde setembro de 2011 até julho de 2014, optei por dividir dessa forma a cronologia para tentar organizar uma cartografia política que se movia enquanto era observada.

Inicialmente, entre fevereiro de 2011 e setembro de 2012, o Comitê era composto por “lideranças” da União dos Movimentos de Moradia de SP (UMM), vinculada à Central dos Movimentos Populares (CMP), além de defensores públicos do núcleo de habitação e urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE-SP), bem como a Ouvidoria da instituição, além do Serviço de Assessoria Jurídica da USP (SAJU) e o Escritório Modelo

¹³³Nome fictício para preservar a identidade do militante. Entrevista concedida à pesquisa em 11 de abril de 2014, na Praça Elis Regina, Butantã, São Paulo.

da PUC-SP (EM), que são assessorias jurídicas vinculadas às universidades, em diálogo com os movimentos de moradia. Outras organizações como a StreetNet (rede internacional de trabalhadores ambulantes), o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o Instituto Pólis e a Rede Jubileu Sul, além da Marcha Mundial de Mulheres (organização feminista) e a Rede Rua (ligada à população em situação de rua na área da comunicação, produz vídeos e jornais impressos de distribuição gratuita), compunham o comitê nesse primeiro momento.

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-SP) e a Assembleia Popular, a Consulta Popular e o Movimento Nossa Itaquera, assim como algumas Pastorais (moradia, migrante, população de rua, mulher) também fizeram parte da rede. Esses grupos estavam presentes na 3ª Jornada de Moradia e compunham um mesmo campo político de movimentos populares, organizações e indivíduos, quase todos próximos ou de algum modo ligados à trajetória do Partido dos Trabalhadores, e sobretudo aos movimentos de moradia citados, responsáveis por reunir essa rede de atores inicialmente.

Para além dos movimentos e organizações, eram parte da articulação alguns estudantes e pesquisadores (como o Observatório das Metrópoles da PUC-SP e a FAU-USP) que eram próximos dos movimentos sociais, o que é precisamente o caso da minha própria entrada no comitê em setembro de 2011. Pessoas ligadas ao Centro de Mídia Independente e ao OcupaSampa (que em 2011 ocupou o vale do Anhangabaú durante meses, em um movimento inspirado pelo “Occupy Wall Street - OWS” nos EUA e “Indignados - 15M” na Espanha), ativistas “autonomistas”, e outros como o Movimento Passe Livre e a Associação Nacional de Torcedores participaram neste período, além de lideranças do PSOL. O Instituto Ethos também chegou a fazer parte do Comitê até setembro de 2011, mas após reunião nacional com alguns tensionamentos, decidiu-se que este instituto não poderia compor a rede, por seu caráter empresarial, que estaria em desacordo com a proposta da articulação de ser “popular”.

Paralelamente, acontecia em Itaquera a articulação de um grupo chamado “Copa pra Quem?” a partir do movimento Nossa Itaquera, que se desintegrou e depois reorganizou no coletivo Comunidades Unidas de Itaquera. O grupo Copa Pra Quem?, junto a lideranças do comitê, organizou o primeiro protesto de rua questionando a Copa, em julho de 2011, na estação Corinthians-Itaquera do metrô, em frente às obras do estádio recém iniciadas. Pude acompanhar esse coletivo em Itaquera, entre 2013 e 2013, mas não será possível neste

momento puxar esse outro fio, o que se fará no decorrer da pesquisa, já que a breve história desse grupo e de sua atuação na Favela da Paz está, por sua vez, entrelaçada à do Comitê Popular da Copa. Suas relações se mantêm ainda hoje.

Como se vê, uma ampla rede de atores foi mobilizada nos primeiros meses dessa articulação, mas a partir de meados de 2012 houve uma mudança significativa na sua composição. Antes de passar ao próximo momento, traço aqui uma breve cronologia da atuação do Comitê nesse primeiro tempo.

Apesar do grande número de organizações e movimentos envolvidos, as reuniões do Comitê contavam com poucas pessoas, variando entre 5 e 10 participantes, e aconteciam principalmente na sede do Sindicato dos Advogados de SP, mas às vezes na sede da Defensoria Pública, ambas no centro da cidade, sempre em horário de trabalho: pela manhã ou à tarde, durante a semana. Neste período, o Comitê se organizava através de grupos de trabalho nos mesmos moldes da ANCOP: comunicação, mobilização, formação e jurídico.

Os ativistas participavam de ações como o Grito dos Excluídos, reuniões com Ministério Público Estadual e deputados estaduais, encontros de moradores de comunidades em Itaquera, mas também na zona norte (em torno dos conflitos gerados pelas obras do Rodoanel) e na zona sul, constituindo-se como frente que aproximava diversas lideranças e promovia a troca de informações sobre o que acontecia nas favelas, assentamentos e ocupações. O Comitê inaugurou sua atuação com tentativas de promover audiências públicas e alguma incidência jurídica junto ao Ministério Público (estadual e federal), Defensoria Pública e assessorias jurídicas universitárias, solicitando informações ao poder público através de ofícios e pedidos de acesso à informação. A audiência pública pensada nessa época se realizou apenas em fevereiro de 2013.

Os debates internos passaram sobretudo pela busca de informações, marcada pela ausência de participação pública dos movimentos sociais organizados nas decisões políticas – dificuldade que foi constante nos três anos de atuação frente à recusa ou omissão do poder público em fornecê-las ou mesmo abrir diálogo, em São Paulo e nas demais cidades-sede; as relações internas à rede permitiram recolher somente fragmentos e rumores sobre quais, como e quando se dariam as intervenções urbanas relacionadas à preparação da cidade para a Copa 2014. Nesse momento, como nos informou Bruno na entrevista citada acima, havia um debate

constante sobre o que poderia ser considerado obra “oficial” da Copa – e consequentemente, sobre a definição de quais seriam seus impactos. Esse debate levou à avaliação de que estava em curso um processo de transformações urbanas que se intensificava e acelerava com a preparação para a Copa e outros “megaprojetos”; não havendo informações oficiais sobre os projetos e obras, considerou-se que em todas as regiões da cidade esse processo acirrava os conflitos urbanos e obedecia a uma mesma lógica de violação do *direito à cidade* e ciclos de “gentrificação”; assim, o Comitê passou a considerar como relacionados à Copa direta ou indiretamente toda grande obra e projeto que provocasse o deslocamento ou remoção forçada da população pobre: obras em Itaquera, o Rodoanel trecho norte e o monotrilho do metrô na zona sul, despejos em ocupações na região central, mas também a violência contra a população em situação de rua e contra trabalhadores informais.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) fomentou a organização dos comitês propondo atividades simultâneas nas cidades, como uma “semana de mobilizações”, em outubro de 2011, que teve em SP uma manifestação dos torcedores pelo “Fora Teixeira”, um seminário na Defensoria Pública e atendimento in loco às comunidades de Itaquera, um seminário dos trabalhadores informais e uma “oficina” no Fórum Social São Paulo (evento decorrente do Fórum Social Mundial), além de um ato público na Praça da Sé, que teve baixa adesão (cerca de 100 pessoas). Em seguida, o Dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”¹³⁴ produzido pela ANCOP, cuja primeira edição foi lançada em dezembro de 2011, teve seu lançamento com entrega ao poder público das 12 cidades-sede, simultaneamente. O Dossiê foi atualizado e lançado em segunda e terceira edições, publicadas em 2012 e 2014, respectivamente.

Em janeiro de 2012, passei a representar o CPC-SP na ANCOP. Uma reunião nacional em Porto Alegre estava prestes a acontecer e não havia no grupo outra pessoa com

134 Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. ANCOP, 2011. Disponível em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf> Ver também: 2ª Edição (2012) disponível em http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Dossie_Megaeventos_ViolacoesdeDireitos2012.pdf e 3ª Edição (2014) disponível em https://www.dropbox.com/s/59kh0lfsjwduai/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf?dl=0

disponibilidade para participar. Questionada se poderia ir à Porto Alegre levar as discussões da cidade, concordei e durante dois anos pude acompanhar a articulação nacional, até o final de 2013, juntamente com outras pessoas de SP que depois somaram-se à rede e dividiram essa tarefa comigo. Meu papel seria estabelecer um intercâmbio entre as discussões travadas aqui e lá, levando as decisões tomadas pelo comitê local e trazendo as propostas da articulação nacional. Desse lugar de observação e participação privilegiado, pude ter acesso às informações dos conflitos urbanos nas outras 11 cidades-sede, a partir dos relatos dos comitês locais, e participei dos debates sobre as estratégias nacionais e internacionais, nas reuniões que aconteceram também em Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo, sempre precedidas de visitas às comunidades afetadas em cada cidade.

A composição da ANCOP é ampla, mas não tão flutuante como o comitê local: os atores que representam cada cidade e compõem a rede são relativamente estáveis, muitos deles desde o início em 2010. Não caberia aqui trazer essa composição em detalhes, mas vale dizer que a rede é diversa, e formada por representantes dos 12 comitês, além de algumas organizações “parceiras” como a Rede Jubileu Sul Brasil. O grupo tem militantes do PT, do PSOL, anarquistas, de movimentos sociais e também pessoas identificadas como “diretamente atingidas” (como trabalhadores ambulantes e moradores removidos). Em poucas palavras: são jornalistas, estudantes, professores, arquitetos, advogados, pesquisadores, funcionários públicos, “lideranças” de associações de bairros, movimentos de moradia etc. Foi possível observar que em cada cidade-sede, os comitês tem formações e atuações diversas, com mais ou menos peso nas estratégias jurídico-institucionais, mais ou menos proximidade com a população “atingida”, maior ou menor presença deste ou daquele partido, etc. Por fim, essa articulação se organiza como rede de comitês, mantida a autonomia local de cada cidade, buscando compor os interesses comuns em uma estratégia nacional – promovendo campanhas e ações conjuntas, produzindo informação e dando visibilidade aos conflitos locais, fomentando a organização de cada comitê, além de promover a relação política desta rede com outros movimentos e organizações em escala nacional e internacional.

Em escala internacional, a rede foi a reuniões do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas duas vezes em 2013, e a uma audiência na Organização dos Estados Americanos em 2014, relatar denúncias e violações, em que se propôs a causar

“constrangimento internacional” para o país e gerar pressão política externa ao Estado brasileiro. Nesse sentido, tem se relacionado também com organizações internacionais que apoiam esse trabalho, política e financeiramente, como a Fundação Heirich Boll (Alemanha), a Conectas Direitos Humanos, a Justiça Global e a Anistia Internacional, além do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que foi a principal agência financiadora da ANCOP e do CPC-SP.

Voltando a Porto Alegre, após conhecer assentamentos e favelas na mira das obras da Copa, os comitês populares reunidos e outros movimentos da cidade promoveram uma ocupação no Palácio de Justiça, no centro da cidade. Ainda em reunião, recebemos a notícia de uma reintegração de posse violenta em SP: era a desocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos, e a foto dos moradores tragicamente paramentados para “enfrentar” a Polícia Militar, mas também as imagens da violenta resposta estatal, correram o mundo. Afetaram muito especialmente aqueles que estiveram por três dias discutindo maneiras de enfrentar o processo de remoções forçadas nas cidades da Copa, a principal questão na agenda dos comitês naquele momento. Com batucadas e falas emocionadas de ativistas, a presença da mídia “alternativa” e de grande circulação nacional e internacional, advogados, moradores de ocupações sem teto e estudantes, esse ato foi também um contraponto a mais uma edição do Fórum Social Mundial 2012 que começava naquele dia, organizado e financiado pela prefeitura municipal. A ocupação simbólica do Palácio durou poucas horas, o suficiente para a demonstração de solidariedade ao que se tornou imediatamente um “símbolo” da resistência à violência estatal e referência para os ativistas envolvidos nos processos de reintegrações de posse e deslocamentos forçados que se repetem cotidianamente nas cidades.

Em junho de 2012, em meio à Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) e à aprovação da Lei Geral da Copa, a ANCOP lançou a segunda edição do Dossiê “Megaeventos e violações de direitos humanos”, em evento da Cúpula dos Povos, paralelo à reunião de cúpula do meio ambiente. A partir daí, em um Rio de Janeiro ocupado pelas Forças Armadas e a Polícia Militar, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, junto a outros movimentos sociais, convocou uma manifestação na Vila Autódromo pela permanência dos moradores na área que ocupam desde os anos 1960, bairro popular alvo de assédio do poder público carioca em razão de obras para

as Olimpíadas de 2016 (e desde 1992 por outras razões fabricadas¹³⁵). Ali em frente, no Riocentro, mais de 100 chefes de Estado se reuniam para a primeira sessão de cúpula da Rio+20. Milhares de manifestantes, inclusive povos indígenas reunidos na Cúpula dos Povos, se juntaram aos moradores da Vila e foram cercados por tropas militares que impediram o acesso de ônibus ao bairro naquela manhã. O bloqueio militar era uma primeira mostra dos perímetros de segurança previstos para os megaeventos. A preocupação entre os movimentos, além de driblar o bloqueio para acessar a imprensa que se aglomerava em volta dos chefes de Estado e entregar suas reivindicações, era evitar o enfrentamento, temendo um massacre improvável dos moradores da Vila Autódromo. Poucos meses após o ato, moradores entregaram ao prefeito do Rio de Janeiro um Plano Popular Alternativo, elaborado em conjunto com urbanistas e acadêmicos, prevendo a urbanização do bairro como alternativa viável à remoção. Entre idas e vindas nas negociações, a Vila Autódromo não se moveu, até agora.

Em setembro, reunião da ANCOP em Fortaleza deliberou por um ato conjunto nas 12 cidades-sede a se realizar no dia 1º de dezembro de 2012, data do sorteio da Copa das Confederações FIFA 2013, em São Paulo. Este momento marca a passagem ao “segundo tempo” do Comitê Popular da Copa SP, que decidiu, a partir dessa deliberação, fazer um esforço de convocação aos movimentos sociais, coletivos, organizações e sindicatos da cidade para ampliar sua rede de articulação já em outubro e assim organizar um grande protesto de rua intitulado “Copa Pra Quem?”, na oportunidade do sorteio da FIFA.

Passou-se então a marcar os encontros na Ocupação Mauá, do Movimento de Moradia da Região Central (MMRC), filiado à União dos Movimentos de Moradia, próxima à Estação da Luz, e no início da noite, já fora do horário de trabalho. Na Ocupação Mauá, entre 40 e 80 pessoas, representando suas organizações e movimentos, se reuniram semanalmente para organizar esse ato. Entre eles: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, IBDU e Instituto Polis (entre outras ONGs ligadas à defesa de direitos humanos e ao direito à cidade); Ouvidoria da Defensoria Pública de SP, Escritório Modelo da PUC, SAJU (assessorias

135 “Estamos aqui e vamos ficar”, sobre a história da Vila Autódromo e a manifestação na Rio+20, Agência Pública. Acesso em 16/03/13, disponível em <http://www.apublica.org/2012/06/post-vila-autodromo/>

jurídicas ligadas à universidade); banda Coligação Zen, Coletivo Naza, Rádio Heliópolis, Grupo Teatral Parlendas (entre outros coletivos culturais ligados ao teatro, hip hop, maracatu e rádios comunitárias), Marcha Mundial das Mulheres (entre outros movimentos e coletivas feministas), União dos Movimentos de Moradia, Movimento de Moradia da Região Central, CMP, Frente de Lutas por Moradia, MTST, MST (entre outros movimentos e ocupações de luta pela terra urbana e rural), Rede Jubileu Sul, Pastoral do Povo da Rua e várias outras “pastorais” (entre outras organizações ligadas à Igreja Católica); Fórum Permanente e Movimento Nacional da População de Rua; e também: estudantes universitários, jornalistas, trabalhadores ambulantes, centrais sindicais, arquitetos, advogados etc. A convocação inicial do Comitê se deu a partir dos contatos com movimentos e organizações dos próprios membros da rede, que até o momento não passavam de 10 pessoas diretamente envolvidas, e divulgação ampla nas redes sociais da internet. A rede se ampliou consideravelmente, sobretudo com a entrada dos coletivos culturais que produziram toda a estética do ato “Copa Pra Quem?”, em articulação com diversos outros grupos de teatro e batucadas.

Os ativistas presentes se organizaram em grupos (comunicação, mobilização, cultura e segurança) que atuariam paralelamente às reuniões semanais onde se davam os debates políticos, em roda e orientados para o consenso. Nos dois meses que antecederam o protesto, os debates foram pautados por alguns conflitos internos, relativos às formas de ação a serem adotadas (sobretudo em relação ao uso de carro de som, ao trajeto e às intervenções teatrais), mas também pela constante preocupação com o esquema de segurança que seria organizado para garantir a realização do sorteio da FIFA, com presença da Presidente da República, governador do estado e prefeito municipal, além das autoridades da FIFA e a ampla cobertura de imprensa. A “zona de exclusão” ou “perímetro de segurança” previsto na Lei Geral da Copa, com cerco militar de 2km ao redor dos locais de evento, seria o limite da manifestação, mas durante várias semanas não se sabia ao certo onde seria realizado o evento, e contava-se somente com rumores sobre o horário. Os movimentos decidiram então marcar o ato para as 14h, saindo da Ocupação Mauá (que fica em frente à Estação da Luz), de onde poderia seguir em caminhada para o Anhembi, o local mais provável, noticiado na imprensa.

Na véspera da manifestação, um assessor da Secretaria Geral da Presidência da República entrou em contato com liderança da CMP solicitando uma reunião naquela mesma

tarde para discutir o protesto. No mesmo salão da Ocupação Mauá onde os movimentos se reuniram, alguns membros do comitê conversaram com dois representantes da Secretaria, sobre o teor do ato, suas reivindicações e as preocupações com a polícia. Houve tentativas dos assessores de minimizar as denúncias de violação de direitos relativas à preparação do país para a Copa, negando que a Lei Geral da Copa representasse intervenção da FIFA nas leis locais (e para isso utilizando como exemplo a Rio+20, em que o cerco militar delimitado se devia à segurança de chefes de Estado). Apelando para as relações históricas entre alguns movimentos populares e o partido do governo federal (PT), também sugeriram que se alterasse o trajeto, justificando-se pelo receio de passar uma má imagem do país num evento internacional da FIFA, que seria transmitido pela TV em todo o mundo, e que “certamente não seria desejável por nós brasileiros”. Os membros do Comitê argumentaram, e após reiterar as críticas ao processo de organização da Copa e à presença de forças armadas nas ruas, declararam que o trajeto não seria alterado em reunião de “gabinete” e um eventual confronto com a polícia apenas ocorreria por iniciativa desta. Os assessores então se comprometeram a dialogar com a Secretaria de Segurança Pública de SP para prevenir ações de repressão que pudessem gerar conflito, e a articular com o Ministério dos Esportes uma reunião com o Comitê nos próximos dias.

No dia 1º de dezembro, com um manifesto assinado por mais de 80 grupos, cerca de três mil pessoas caminharam sob sol forte e depois sob chuva torrencial, da Ocupação Mauá em frente à estação da Luz até o centro de convenções do Anhembi, passando pela “cracolândia” e em frente à sede da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – batalhão de “elite” da polícia militar), onde houve paradas para intervenções teatrais e musicais que deram o tom do ato, traduzindo o conteúdo das pautas do Comitê em performances críticas e irreverentes. Ao incendiar barracos de madeira cênicos, mimetizando a polícia ou nomeando por placas de madeira os grupos de interesses envolvidos (governos, cartolas do futebol e mercado imobiliário, corporações da construção civil e patrocinadoras), os coletivos de cultura respondiam a pergunta “Copa Pra Quem?” ao longo do trajeto. Diversas vias do centro e zona norte foram paralisadas naquela tarde de sábado, pelo protesto e pela PM que visava garantir a “ordem” para o sorteio da FIFA. As três baterias presentes em vários momentos se sobrepuseram ao carro de som, que dirigia o ato com lideranças dos movimentos de moradia,

tocando do maracatu ao funk, entoando palavras de ordem e as músicas da Fanfarra do M.A.L. (coletivo surgido no interior do MPL, que acompanha atos diversos na cidade). A imprensa de grande circulação esteve presente (bem como a chamada imprensa “alternativa”) e houve repercussão considerável na mídia. A Polícia Militar acompanhou o ato sem intervir, formando cordão lateral com motos e viaturas ao fundo, e não houve confronto.

Na semana seguinte, o Comitê avaliou o ato positivamente, predominando o entendimento de que a “estética de rua” produzida pelos grupos de teatro foi fundamental enquanto forma de educação política e uma “nova maneira” de estar nas ruas. Houve críticas de alguns atores quanto às mudanças no trajeto combinado (duas paradas não aconteceram por decisão de lideranças no carro de som, que quiseram apressar a manifestação para chegar logo ao Anhembi, onde o sorteio já terminava às 14 horas) e o próprio uso do carro de som (que centralizaria o discurso e a direção da manifestação, em detrimento dos discursos múltiplos do asfalto), além de ponderações sobre a reunião com o governo federal, que pareceu a alguns como uma “manifestação autorizada ou negociada”.

Ao final desta mesma semana, foi confirmada a reunião com o Ministro dos Esportes e a Secretaria Geral da Presidência, que receberiam até cinco pessoas em São Paulo, para ouvir as demandas do movimento. Em reunião do comitê foram definidos dez representantes com o critério de contemplar o máximo de movimentos e pautas relacionadas à Copa: Moradia, Trabalho Ambulante, População de Rua, Mulheres, etc. Também ficou definido que esta pesquisadora, na qualidade de advogada, participaria levando à reunião questões relativas à Lei Geral da Copa, bem como a entrega em mãos do Dossiê da ANCOP para os representantes do governo.

Na reunião de 8 de dezembro, no escritório da Secretaria Geral da Presidência da República na Av. Paulista, o ministro e os assessores escutaram as críticas e reivindicações de todos os grupos presentes; após rebater algumas denúncias com o discurso do “legado” da Copa e esquivarem-se da responsabilidade por questões urbanas, fizeram promessas de abertura do diálogo com o governo federal e também no nível municipal, já que o prefeito eleito (Fernando Haddad/PT) era aliado do governo federal. O diálogo com o governo federal não voltou a ocorrer até julho de 2013.

Nas semanas seguintes, o Comitê definiu que as reuniões passariam a ser quinzenais, e a participação após o ato tinha em média 30 ou 40 pessoas, composta agora por mais estudantes e coletivos de cultura, além dos movimentos de moradia, trabalhadores ambulantes e organizações não governamentais. Já em fevereiro de 2013, promoveu uma audiência pública na Câmara de Vereadores, em parceria com a Defensoria Pública Estadual e o Ministério Público Federal, para a qual foram convidados representantes da prefeitura e do governo estadual. A Prefeitura não compareceu. No âmbito estadual, um representante da DERSA e outro do Comitê Paulista da Copa, apresentaram os “legados” do evento (aumento da “autoestima” da população, geração de empregos, etc) e também os projetos de intervenção viária em Itaquera. Moradores da av. Águas Espraiadas, ameaçados pelas obras do monotrilho do metrô (linha 17), moradores de Itaquera e trabalhadores ambulantes fizeram intervenções e perguntas que ficaram sem resposta: questionados sobre remoções forçadas e outros impactos, disseram não ter competência para responder, pois essas questões estariam sob responsabilidade da Prefeitura.

No final de fevereiro, após uma série de ligações e e-mails enviados à Prefeitura, o Comitê conseguiu marcar uma primeira reunião com a SPCOPA, conforme já relatamos no Capítulo II. Quatro meses se passaram sem que o Comitê obtivesse respostas ou informações sobre remoções, trabalho ambulante e os “perímetros de segurança” da FIFA; os representantes do órgão repetiram inúmeras vezes que o “legado” da Copa para a cidade era inquestionável e levaria enorme desenvolvimento para a zona leste; afirmavam que as questões levantadas pelo Comitê não eram de competência desse órgão (assim como não eram da Secretaria de Habitação, nem da Secretaria do Meio Ambiente, nem da Secretaria de Obras); negaram que haveria qualquer remoção forçada na região e repetiam que as obras em Itaquera não tinham nenhuma relação com a Copa (mas caíram em contradição seguidamente: a associação das intervenções urbanas em Itaquera com o megaevento eram feitas ou desfeitas conforme o efeito que geravam e a conveniência do momento).

Essas cenas são especialmente interessantes para perceber as disputas dos órgãos municipais sobre a gestão da Copa, como os agentes mobilizam a noção de “legado” conforme sua conveniência e oportunidade, e observar o que é ou não estrategicamente vinculado ao evento. Por outro lado, os movimentos de moradia e a resistência como um todo

também se reconfiguram. Na disputa pelo sentido desse “legado”, o Comitê Popular, o Comunas e os moradores da Favela da Paz deslocaram o campo do conflito e definiram a situação como uma disputa pela terra, apresentando um “plano popular” a ser respondido pelo Estado. A associação entre as obras que se desenvolveram em Itaquera para a preparação do evento e a violação de direitos humanos, marcadamente sua falta de transparência e participação popular, é uma relação que os movimentos sociais enfatizaram todo o tempo e o poder público buscou desfazer repetidamente. Os moradores da Vila da Paz, assentamento precário a 800 metros do estádio, depois de muito insistir que a bolsa-aluguel de 300 reais não seria aceita, conseguiram um compromisso da prefeitura para que não houvesse reintegração de posse sem realocação em programa habitacional (e lá permanecem até o momento, depois de conseguirem ligação de luz elétrica e água)¹³⁶.

Em maio, após intensos debates internos que duraram meses, o Comitê Popular decidiu não mais participar daquela mesa de diálogo, que apenas legitimaria as decisões do poder público com os tons da “participação popular”, sem negociação ou qualquer resultado para os conflitos colocados. Aqui, o debate se polarizou entre coletivos culturais, grupos e jovens de orientação libertária e/ou autonomista e, de outro lado, lideranças de movimentos sociais tradicionais. Havia o receio, entre aqueles que defendiam a manutenção do diálogo com a Prefeitura, em retirar-se da “negociação” e não ter outra possibilidade de obter vitórias, mas estes foram convencidos por outros grupos, com argumentos de que este diálogo não era

136A Vila da Paz elaborou, junto ao Coletivo Comunidades Unidas de Itaquera e ao Comitê Popular da Copa, com a assessoria técnica da Peabiru, um Plano Popular Alternativo, a exemplo da Vila Autódromo (RJ), demonstrando ao poder público a viabilidade de urbanização e permanência de parte dos moradores na área, com realocação de outra parte em terrenos vazios na região que poderiam ser desapropriados. Este plano foi entregue pelos moradores em março de 2013 na reunião do Comitê com a SPCOPA e também ao Prefeito, em mãos, quando da sua visita ao estádio em janeiro de 2014. Sobre o Plano Popular da Favela da Paz, ver: *Plano Popular Alternativo da Favela da Paz*. Página do Comitê Popular da Copa SP, 30/09/2013. Disponível em <https://comitepopularsp.wordpress.com/2013/09/30/plano-popular-alternativo-da-favela-da-paz/> Sobre a entrega do Plano ao prefeito, ver: *Haddad prevê 50 mil empregos em Itaquera e bairro irreconhecível após Copa*. Portal UOL, 10/01/2014. Disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/01/10/haddad-preve-50-mil-empregos-em-itaquera-e-bairro-irreconhecivel-apos-copa.htm> acesso em março de 2014.

profícuo e que seria mais interessante fortalecer a formação e mobilização junto às comunidades e nas ruas. Não houve no entanto qualquer conflito aberto entre os grupos: a posição final foi um consenso, e se houvesse abertura de diálogo direto com o prefeito (em vez de seus assessores), tal posição poderia mudar.

Paralelamente, as atividades do Comitê continuaram: em abril, foi realizada a “Mostra Pela Paz”, na Vila da Paz, em Itaquera. Em parceria com o Grupo Teatral Parlandas e outros grupos de teatro de rua, a mostra durou três dias e teve apresentação de diversas peças teatrais a céu aberto, apresentação musical de moradores e um debate-bola promovido pelo comitê¹³⁷ sobre as transformações urbanas na zona leste e o direito à moradia. Circularam por suas vielas de terra centenas de pessoas, entre moradores da zona leste, estudantes, militantes de movimentos sociais e jornalistas, que puderam conhecer o conflito pelo espaço urbano em que estavam envolvidas as mais de 300 famílias ao lado do estádio; a rede de apoiadores externos se ampliou e a favela entrou no mapa político da cidade e na agenda da imprensa de grande circulação, inclusive internacional. A subprefeitura de Itaquera passou a realizar reuniões com os moradores e intervenções pontuais na área, como coleta de lixo e atendimento de assistência social, que veio junto com o cadastro de moradores.

Ainda em maio, o Comitê realizou um seminário na Universidade Federal do ABC, que teve na mesa a presença de Raquel Rolnik, professores da casa e moradores da Vila da Paz, com o tema “Megaeventos e a produção de Cidades: o Caso de Itaquera”. Outros debates em universidades estavam previstos mas deixaram de acontecer, e atividades nas “comunidades” foram priorizadas. Por outro lado, o Comitê recebeu convites numerosos para participação em debates e seminários em universidades, o que trouxe mais estudantes universitários e pesquisadores (especialmente do direito e das ciências sociais) às reuniões quinzenais.

137 O “debate-bola” é uma atividade de formação sobre os temas relacionados à Copa, cuja proposta é fazer uma roda de conversa com membros do comitê trazendo informações sobre o megaevento e relatos sobre as lutas na cidade; em seguida a troca de experiências com relato do público participante sobre os impactos diretos da Copa nas suas vidas, “passando a bola” de um para outro. O comitê promoveu até março de 2014 dez debates-bola em favelas, ocupações e locais públicos da cidade, com temas relacionados ao público presente ou ao local onde ocorreram: moradia, comunicação, gênero, trabalho informal, militarização, etc.

As “jornadas de junho”

Em meados de maio, o Comitê planejava um ato para a véspera da abertura da Copa das Confederações (14 de junho), quando um membro do Movimento Passe Livre - SP presente à reunião informou que haveria uma jornada de lutas contra o aumento das tarifas do transporte público na cidade (ônibus e metrô) em junho e que contavam com o apoio dos movimentos e coletivos que compunham aquela rede. A mobilidade, entendida pelos membros da rede como componente do direito à cidade, havia sido o “grande legado” da Copa prometido à população¹³⁸, e também por isso representava questão da maior importância para aqueles que se articulavam no Comitê, além de ser questão pertinente ao cotidiano de cada um dos que ali se reuniam, evocando imediato apoio. Os movimentos se comprometeram a mobilizar pessoas para os protestos, e foi acertado que as reuniões do Comitê que coincidiam com dias de ato seriam remarcadas para outros dias ou canceladas. Já no primeiro ato, em 6 de junho, o grupo se organizou para levar seus panfletos e participar das manifestações.

138 Sobre o tema, que ganhou mais força nessa articulação depois das jornadas de junho de 2013, ver este trecho do “Manifesto 15M - COPA SEM POVO: TÔ NA RUA DE NOVO!”

“Apresentado como grande legado da Copa para a população, os investimentos em mobilidade urbana foram só mais uma das faces das inúmeras violações de direitos causada por esse megaevento. Mais de 60 projetos de mobilidade urbana foram prometidos entre 2010 e 2013 para as cidades sede da Copa do Mundo. Mais de um terço foi riscado da lista, sobrando 42 empreendimentos. Nenhum dos investimentos em mobilidade estava baseado nos interesses da população, servindo apenas para reforçar um modelo autoritário de mobilidade e de cidade – usado inclusive como pretexto para remoções de muitas famílias. Enquanto mais de R\$ 8 bilhões foram investidos para construções de estádios, a população segue sendo cotidianamente humilhada em um transporte público precário em todo país, e com tarifas que impedem seu uso por mais de 35 milhões de brasileiros. Exigimos que, ao inves de obras que apenas favorecem os interesses das grandes empresas, sejam feitos investimentos por um transporte público de qualidade e gratuito, controlado pela população, para atender com prioridade as necessidades de deslocamento e o direito à cidade. Tarifa Zero Já!

No dia seguinte à “quinta feira sangrenta” de 13 de junho, o Comitê Popular (em São Paulo e em outras cidades-sede), junto com a Frente de Resistência Urbana¹³⁹, promoveu novo ato “Copa Pra Quem?” na Av. Paulista, com cinco mil pessoas, reivindicando sobretudo o fim das remoções forçadas e despejos, direito ao trabalho ambulante, fim da violência contra população de rua, revogação da lei geral da copa e das zonas de exclusão e a garantia do direito de manifestação, entre outras pautas. Novamente com intervenções teatrais e um jogo de futebol cênico (Time do Capital X Time do Povo), mas também o carro de som característico dos movimentos tradicionais, o ato fez o curto trajeto do MASP à Rua Augusta, parando em frente ao prédio da Secretaria Geral da Presidência da República, exigindo serem recebidos pelo governo federal sob pena de ocuparem o prédio. Uma comissão de 5 pessoas (entre lideranças do MTST, CMP e trabalhadores ambulantes) foi recebida e protocolou um documento com as reivindicações, mas não houve reunião. Ao final, um membro do MPL foi convidado para subir no carro de som e registrou apoio aos movimentos presentes, reforçando esse ato e o do dia anterior eram parte da mesma luta. De fato, o campo de antagonismos que se constituía contra a Copa 2014 e aquele que se colocava contra o aumento das tarifas – por um transporte público gratuito e de qualidade, que escapasse do controle do mercado, são campos que se tocam e confundem ao reivindicar o *direito à cidade* e possibilitar uma ampla articulação de movimentos para uma mesma disputa, em que a “cidade-empresa” e sua lei e ordem são o alvo principal.

Então, em 15 de junho, abertura da Copa das Confederações 2013 em Brasília, os protestos que começaram em São Paulo já se espalhavam pelo país, e mais intensamente nas seis capitais onde haveria jogos: Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Nesse momento, o estatuto dos conflitos em torno da Copa do Mundo foi completamente alterado. O tema, levantado pontualmente por uma rede de comitês populares ao longo dos últimos três anos, tornou-se questão da maior importância na cena política nacional e internacional, sendo o principal mote das manifestações em algumas cidades-sede e

139 Articulação nacional de movimentos sociais urbanos e ocupações ligadas ao Movimento de Trabalhadores Sem Teto.

gerando enorme repercussão midiática¹⁴⁰. Os jogos da Copa das Confederações, de 15 a 30 de junho, em seis cidades-sede, foram palco de intensos conflitos entre as forças de segurança estatais e os manifestantes. Paulo Arantes lembrou que o “futebol é intocável” e que, em tese, seria “absolutamente antipatriótico sabotar uma Copa das Confederações”¹⁴¹. Porém, a contestação pública em torno da preparação das cidades para receber esse evento – e a Copa do Mundo 2014, foi generalizada. Veículos da imprensa corporativa afirmaram que o descontentamento seria voltado ao uso de recursos públicos para a realização do evento. Nas ruas, as demandas eram mais precisas: o investimento em estádios e obras questionáveis seria melhor alocado em direitos sociais como transporte, moradia, saúde e educação “com padrão FIFA”.

A chamada “Copa das Manifestações” colocou nas ruas, segundo Raquel Rolnik afirmou em seu blog¹⁴², a discussão sobre gastos, desmandos da FIFA e prioridades discutíveis, e tem como problema de fundo “processos decisórios que têm afetado a vida de milhares de pessoas e que até agora contaram com participação zero dos cidadãos”. Carlos Vainer, em artigo intitulado “Mega-eventos, mega-negócios, mega-protestos”¹⁴³, analisa a nova conjuntura política caracterizada pelo “autismo social e político do poder” e “a multiplicidade de insatisfações e lutas fragmentárias” que antecedem e fundamentam as

140 *Protestos durante Copa das Confederações geraram visibilidade negativa no exterior sobre impactos da Copa e Olimpíadas*. Agência Pulsar Brasil, 01/08/2013. Disponível em <http://agenciapulsar.org/brasil2013/movimentos-sociais/para-pesquisadores-protestos-durante-copa-das-confederacoes-geraram-visibilidade-negativa-sobre-impactos-da-copa-e-olimpiadas/> Acesso em agosto de 2013.

141 *A faísca no Brasil: longa reportagem analisa os protestos de junho*. Por Gabriela Moncau. Coletivo DAR, 26/07/2013. Disponível em <http://coletivodar.org/2013/07/a-faisca-no-brasil-longa-reportagem-analisa-os-protestos-de-junho/> Acesso em julho de 2013.

142 *Venceremos a Copa das Manifestações?* Por Raquel Rolnik, em seu blog, 01/07/2013. Disponível em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/07/01/venceremos-a-copa-das-manifestacoes/> Acesso em julho de 2013.

143 VAINER, Carlos. *Megaeventos, mega negócios, mega protestos*. Blog da Raquel Rolnik, 25/06/2013. Disponível em <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/06/mega-eventos-mega-negc3b3cios-mega-protestos-2013-06-25.pdf> Acesso em julho de 2013.

manifestações populares de junho: “a abertura do ciclo de megaeventos” e o “trabalho dos comitês populares da copa e da ANCOP”, segundo Vainer, “abriram uma nova conjuntura de luta e reconfiguraram de maneira expressiva a correlação de forças”. Neste artigo, o sociólogo da UFRJ destaca o discurso da presidente Dilma Rousseff em rede nacional, no dia 21 de junho, como um marco político, apostando na hipótese de que este discurso sinalizou uma nova conjuntura no cenário político, e mudanças após embates internos ao governo de coalizão. Destaca, em primeiro lugar, o silêncio da presidente sobre a violência policial. Em seguida, desconstrói o argumento do governo federal de que não haveria recursos públicos investidos nos megaeventos: além de ser avalista, o governo federal transferiu recursos do Tesouro ao BNDES, que financia empreendimentos e obras. Cita ainda a isenção de impostos à FIFA, COI e empresas associadas e a medida “excepcional” que autorizou o endividamento dos municípios acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com megaeventos. Vainer lembra ainda três pontos do discurso de Dilma: “a mensagem das ruas é pelo direito de influir nas decisões do governo”; a promessa de dar “prioridade nacional para as pautas”; e o anúncio de que receberia movimentos sociais. A análise de Vainer vai no sentido de entender as mensagens como “autocríticas” do governo federal, assumindo que até o momento não havia influência da população nas decisões do governo, tampouco prioridade nacional para as pautas das manifestações e que não havia diálogo da presidência com os movimentos sociais.

Além de colocar lentes de aumento sobre o conflito em torno da Copa e alterar seu estatuto político, as manifestações durante a Copa das Confederações (bem como a Rio+20 e a Jornada Mundial da Juventude) anteciparam na prática uma <<gestão da ordem>> especial para os eventos, que envolveu policiais militares estaduais, mas também as forças armadas e a Força Nacional de Segurança..

Em São Paulo, as manifestações contra o aumento seguiram até 20 de junho, quando governador e prefeito recuaram nos aumentos tarifários. Paulo Arantes afirmou que, em 50 anos, “é a primeira vitória que eu me lembro de ver que se ganhou mesmo nas ruas, sem conchavo de gabinete, sem negociação”¹⁴⁴.

144 *A faísca no Brasil: longa reportagem analisa os protestos de junho.* Por Gabriela Moncau.

Não cabe aqui fazer análises apressadas sobre os acontecimentos de junho, que estão longe de serem compreendidos mesmo por quem esteve nas ruas e seguem produzindo consequências¹⁴⁵; queremos aqui nos arriscar apenas a refletir a partir de seus efeitos sobre as disputas em torno da Copa. No Comitê Popular e na Articulação Nacional, ficaram evidentes algumas “lições do asfalto”, que foram lembradas repetidas vezes nas discussões dos meses seguintes, e influenciaram quase a totalidade de decisões sobre os próximos passos, análises e ações. As manifestações e a simultânea re-articulação dos movimentos e coletivos levaram a um questionamento geral sobre a validade de demandas fragmentadas e dispersas (e a eficácia de uma pauta concreta e inegociável), sobre as possibilidades de se estabelecer uma pauta “unificadora” para a esquerda, e colocou a questão da mobilidade urbana no centro do debate. Questões como a “desmilitarização da polícia” e a “democratização da mídia”, que já vinham de longo acúmulo – porém sem maior repercussão, ganharam fôlego e adesão de praticamente todos os setores. Novas articulações em torno desses temas se formaram e é possível ver, em cada um dos espaços dessa ampla gama de articulações, no centro e também nas periferias, a presença desses temas.

Em 30 de junho, final da Copa das Confederações, o Comitê decidiu ir às ruas com uma nova pergunta: “Polícia pra quem?” Convocou ato pela desmilitarização da polícia, reforçando a pauta que ganhou visibilidade após as repercussões da violência policial nas manifestações. Um manifesto redigido no calor do momento argumentava pela transversalidade da violência estatal nas questões urbanas que gravitam e se articulam no Comitê Popular da Copa (contra ocupações e favelas, contra trabalhadores ambulantes, contra a população em situação de rua, contra movimentos sociais), reivindicando a urgente desmilitarização dos conflitos sociais, tratados como caso de polícia desde sempre. O Vale do Anhangabaú, onde aconteceria a FanFest da FIFA (exibição pública de jogos em telão, com

Coletivo DAR, 26/07/2013. Disponível em <http://coletivodar.org/2013/07/a-faisca-no-brasil-longa-reportagem-analisa-os-protestos-de-junho/> Acesso em julho de 2013.

145 Para uma análise aprofundada sobre os acontecimentos de junho de 2013 e seus efeitos, ver: ARANTES, Paulo. “Depois de junho, a paz será total”. In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

apresentações musicais e tendas de empresas patrocinadoras propagandeando seus produtos), estava cercado por grades de isolamento com revista, e centenas de policias militares circulavam ostensivamente com suas armas, câmeras e viaturas, além de um ônibus para levar detidos. Enquanto alguns militantes faziam a panfletagem dos jornais e manifesto do Comitê, sob observação dos jornalistas e diversos representantes de movimentos daquela rede, foram montadas traves e um goleiro vestido de Polícia, para que as pessoas que circulavam na Fan Fest arriscassem “chutes a gol” buscando acertar os cartazes atrás da trave onde se lia “moradia”, “transporte público”, “educação”, “saúde”, “trabalho informal”, etc. De tempos em tempos uma viatura policial atravessava a “pequena área”, buscando intimidar o ato simbólico, que reuniu cerca de 200 pessoas.

Um convite para mais uma reunião com a Secretaria Geral da Presidência da República chegou em julho, na sequência de convites aos movimentos feitas pela Presidente que abriu, pela primeira vez, uma breve janela de diálogo com movimentos em seu governo. O grupo decidiu levar uma carta pública, divulgada no dia anterior, com cinco reivindicações “concretas e inegociáveis” a exemplo dos 20 centavos: fim das remoções forçadas por obras da Copa, garantia do trabalho ambulante durante a Copa, desmilitarização da polícia, fim da violência estatal contra a população de rua e revogação da Lei Geral da Copa no que se refere ao perímetro de segurança de dois quilômetros ao redor dos eventos. A reunião, a exemplo das anteriores, tinha apenas um assessor da Secretaria Geral da Presidência, que alegou não ter poderes para negociar ou tomar decisões, mas que as levaria ao primeiro escalão e entraria em contato posteriormente. Esta foi a última reunião que o Comitê fez com o governo federal, pois não houve outros momentos de abertura de diálogo, tampouco respostas quanto ao colocado.

Em agosto de 2013, em razão de questões internas da Ocupação Mauá, o Comitê Popular da Copa passa a se reunir na Ocupação Marconi, do Movimento Moradia Para Todos (MMPT), ligado à Frente de Luta por Moradia, que fica próxima à Praça da República, também na região central. A escolha de se manter em um “espaço de resistência” é deliberada em reunião, com o fim de aproximar aos movimentos de moradia e dar visibilidade a essas ocupações. No mesmo mês o Comitê realizou seu quarto debate-bola, com o tema “gênero e moradia”, na Ocupação Margarida Alves, que ficava muito próxima à Ocupação Mauá e

também era ligada ao MMRC. O tema e local desse debate-bola foram definidos após liderança do MMRC informar em reunião do Comitê que, em uma situação de suposta violência doméstica envolvendo um casal de moradores da ocupação, o homem teria incendiado o quarto que ocupavam, e por isso o Corpo de Bombeiros emitiu laudo atestando que o prédio não teria condições de moradia, gerando por sua vez a saída das famílias e o fim da ocupação (que ocorreria apenas em dezembro, após negociação com a prefeitura e pagamento de bolsa-aluguel). Uma pesquisadora da FAU-USP que estudou a questão de gênero em ocupações do movimento sem teto de São Paulo, e uma militante do Movimento Terra Livre (movimento de ocupação nas periferias, ligado ao MTST) participaram do debate, relacionando a Copa e os impactos específicos sobre as mulheres, como exploração sexual, remoções forçadas e trabalho ambulante.

Em setembro, mais um debate-bola é promovido, desta vez nas favelas Buraco Quente e Comando, situadas na zona sul, às margens da Av. Águas Espraiadas, onde a obra da linha 17-ouro do metrô (obra “oficial da Copa” até dezembro/2012) e leilões para venda de áreas públicas estaduais já haviam expulsado milhares de famílias. O debate teve como tema “a importância da organização popular” e levou às favelas militantes do Comitê Popular, dos movimentos de moradia de outras regiões e um advogado do Instituto Polis, que pesquisou os impactos da Copa em razão de obras de “mobilidade urbana” em Fortaleza e em Itaquera. Mais de 200 moradores se aglomeraram na quadra de uma organização assistencial e discutiram formas de organização popular e as semelhanças da sua situação local com projetos levados a cabo em todo o país.

Em seguida, a pesquisa do advogado apresentada no debate-bola da Águas Espraiadas é apresentada em detalhes em uma reunião do comitê especialmente marcada para isso, como ação de formação dos membros da rede. O advogado apresentou a trajetória que entendeu como padrão da ação do poder público em São Paulo e Fortaleza, a respeito de obras para a Copa: ausência de informações e participação da população nas decisões sobre as obras, gerando remoções forçadas sem alternativa habitacional, para viabilizar projetos voltados a criar uma imagem da cidade “global” que pudesse ser exposta na vitrine internacional da competição por investimentos, sem qualquer relação com escolhas “técnicas” por projetos que

atendessem as necessidades de transporte da população local, ao passo que beneficiam os setores da construção civil e imobiliário¹⁴⁶.

Nesse momento há um entendimento consensual no Comitê, influenciado pelos acontecimentos de junho e o MPL, de que a articulação deve se concentrar em promover o chamado “trabalho de base”, com debates nas favelas e ocupações de todas as regiões da cidade, visando difundir informações e mobilizar mais pessoas para as manifestações de rua esperadas em 2014. A possibilidade de negociação com o poder público é desacreditada mais uma vez e o grupo se concentra na produção de informações, panfletos, jornais e debates. Pouco a pouco, jovens ativistas do campo “autonomista” ou “anarquista” se somam ao grupo e passam a assumir mais tarefas, especialmente na comunicação, escrevendo textos para os jornais, alimentando as redes sociais na internet e atendendo à imprensa nos pedidos de entrevistas. Coletivos como o “Autônomos/as Futebol Clube” e a Casa Mafalda ganham espaço, assim como a influência do Grupo Teatral Parlandas, que atuava diretamente em Itaquera na Vila da Paz.

Em novembro, outros dois debates-bola foram realizados: o primeiro em Campinas, no Museu da Imagem e do Som, sobre “Comunicação como ferramenta de resistência”, por iniciativa de pesquisadores da Unicamp que compunham o Comitê e solicitaram um debate na cidade. Estiveram presentes representantes de rádios comunitárias e universitárias, ativistas de coletivos de mídia e um membro da Rede Rua de Comunicação, que falou sobre as violências sofridas pela população em situação de rua e o uso de vídeo, rádio e jornal para difundir informações e mobilizar a sociedade. O segundo, em 30 de novembro, poucos dias depois do acidente que matou dois operários na obra do estádio de Itaquera, com o tema “Copa 2014: o que você tem a ver com isso?”, realizado em Itaquera por iniciativa e pedido de militantes do Fórum Popular de Saúde (FPS) que atuam e moram no bairro. Este debate marca o início de um “terceiro tempo” para esta pesquisa, e tinha o objetivo de organizar e mobilizar os

146 Sobre a pesquisa apresentada, ver *Pesquisador expõe exemplos de impactos da Copa do Mundo e propõe alternativas jurídicas*. Fundação Rosa Luxemburgo, 24/10/2013. Disponível em <http://rls.org.br/texto/pesquisador-exp%C3%B5e-exemplos-de-impactos-da-copa-do-mundo-e-prop%C3%B5e-alternativas-jur%C3%ADdicas> Acesso em novembro de 2013.

moradores da região para 2014, impulsionados pelas manifestações de junho. Mais de 50 pessoas participaram, entre coletivos e movimentos populares da zona leste, professores da rede pública, moradores das favelas e assentamentos da região e trabalhadores ambulantes, além de militantes do Fórum Popular de Saúde e do Comitê, na sede da APEOESP (Associação de Professores do Estado de SP) de Itaquera. Após traçar um panorama geral dos impactos e violações de direitos da Copa na cidade e no país, os presentes passaram a discutir ações conjuntas de enfrentamento nas ruas.

O FPS apresentou um manifesto que criticava a realização da Copa, reivindicando direitos sociais (saúde, educação, moradia, transporte) e afirmando ao final que, sem a efetivação desses direitos, “Não Vai Ter Copa”; o manifesto era assinado pelo próprio FPS e foi proposto aos demais grupos que assinassem conjuntamente. Propunha um ato no dia 10 de dezembro (dia internacional dos direitos humanos) em conjunto com o Comitê Contra o Genocídio da população Preta, Pobre e Periférica (rede de organizações e movimentos ligados ao hiphop e movimento negro), além de outros movimentos e organizações, em Itaquera. Houve discussões sobre o conteúdo do manifesto, especialmente no que se referia à estratégia proposta de se afirmar publicamente a intenção de “barrar a Copa”, com algum tensionamento entre os presentes.

O Comitê se comprometeu a levar às discussões para sua próxima reunião na semana seguinte, quando responderia ao FPS sobre a adesão àquele manifesto, e ao sugerir que se retirasse a frase, não houve consenso. Na reunião seguinte, o comitê discutiu a proposta e entendeu que não deveria aderir ao manifesto naqueles termos, embora apoiasse o ato de 10 de dezembro e as iniciativas de organização de outros grupos para questionar a Copa reivindicando direitos. A partir de então, houve uma segunda reunião em Itaquera, e depois algumas tentativas de diálogo infrutíferas com o que depois se constituiu como o Coletivo “Se não houver direitos, não vai ter copa”, composto pelo FPS, grupos ligados ao movimento estudantil e correntes partidárias diversas (do PSOL, PSTU e outros), que convocou atos em janeiro, fevereiro e março de 2014. Estes se juntaram a jovens que fizeram o primeiro chamado público para o ato “Não Vai Ter Copa” de 25 de janeiro, através da internet, ainda em outubro, com identidade anônima e discursos distintos (contra a corrupção, pela moralização da política e com tons nacionalistas). Algumas tensões marcaram essa relação

entre os dois grupos, com divergências no entendimento tanto sobre o conteúdo político das reivindicações e pautas (criticadas pelo grau de abstração e superficialidade) quanto sobre as formas da ação nas ruas. Houve certa confusão entre os grupos publicamente: a imprensa e pessoas interessadas no tema passaram a procurar um e outro sem saber que se tratavam de grupos distintos. Entre dezembro de 2013 e março de 2014, os atos “Não Vai Ter Copa” foram pauta constante nas reuniões do comitê, que reafirmou apoio às manifestações sem no entanto aderir a elas e participar de sua organização enquanto Comitê Popular da Copa. Essa decisão, reiterada em seguidas reuniões, se deu pelo entendimento de que era necessário elaborar as pautas concretas junto aos movimentos sociais, reforçando a articulação entre movimentos, coletivos e organizações, em continuidade a um processo de formação e mobilização que pautou a trajetória dessa articulação e que seria o “legado” de organização popular construído em contraponto à Copa. Também: para o Comitê, a forma de ação nas ruas precisava ser repensada, e os membros decidiram, declaradamente, apostar na potência das formas lúdicas ou culturais que vinham caracterizando sua atuação nos últimos meses. Por outro lado, o coletivo “não vai ter copa” apostou em atos mensais que se seguiriam até a Copa 2014, com as mesmas formas de ação: concentração, saída em caminhada e ao final, ação direta contra símbolos do capital. O resultado foi a abertura de uma nova frente de articulação e mobilização em torno da Copa 2014, que acabou provocando esvaziamento de ambas, bem como dos conteúdos das reivindicações, que se reduziram aos gastos públicos. A avaliação dentro do Comitê era que jamais seria possível reproduzir as manifestações de junho de 2013, que essas táticas e formas de ação já estavam “envelhecidas” e previsíveis e o recrudescimento da repressão estatal seria inevitável.

Com a proximidade da Copa 2014 (a menos de 90 dias), a articulação avaliou este momento como uma mudança da “correlação de forças” entre manifestantes, mídia e poder público em relação a junho de 2013: projetos de lei anunciados endurecendo o tratamento às manifestações, mudanças na atuação das polícias, inquéritos policiais investigando centenas pessoas (sem se ater aos supostos crimes) e prisões “preventivas” generalizadas. Em março de 2014, antes do terceiro ato “Não Vai Ter Copa”, o Comitê publicou um texto com sua análise

sobre aquele momento, em que propôs repensar as ruas: “Não começou em 2013, não vai terminar em 2014”¹⁴⁷.

Nos meses seguintes, o Comitê seguiu com suas atividades: em fevereiro, organizou uma “plenária de movimentos sociais”, reunindo mais de 400 pessoas no centro de São Paulo para debater e discutir a “conjuntura pós-junho” e a agenda de lutas para a Copa; em maio, participou do “Encontro Nacional de Atingidos pelos Megaeventos” promovido pela ANCOP em Belo Horizonte. O mês de maio foi marcado por greves e manifestações em toda a cidade. No dia 15 de maio, apostando em uma outra “estética de rua”, o Comitê organizou o ato “15M”, que reuniu mais de seis mil pessoas na Av. Paulista, sofrendo forte repressão¹⁴⁸ em um dia que teve pelo menos 17 manifestações e protestos na cidade de São Paulo¹⁴⁹. A repressão logo no início da manifestação deu o tom do que seriam as respostas estatais a protestos durante a Copa 2014, com ou sem “viés lúdico”: as manifestações foram impedidas de acontecer e o CPC-SP optou, a partir de então, por não realizar outras manifestações. As reuniões passaram a ser fechadas e não mais divulgadas. Em junho, o Comitê organizou diversas atividades, entre elas o “Congresso do Povo”, em referência ao Congresso da FIFA que aconteceu em São Paulo no dia 10 de junho, em que se debateu a questão da segurança e repressão aos movimentos sociais; duas atividades na Favela do Moinho – no dia da abertura e na final da Copa 2014, onde aconteceram jogos de futebol, churrasco, “quadrilha junina” e brincadeiras com crianças aludindo à FIFA e às empreiteiras, e também a exibição do jogo da seleção brasileira na abertura (e entre Alemanha e Argentina na final). A manifestação que foi marcada pelo Sindicato dos Metroviários e Coletivo “não vai ter copa” para foi impedida de ocorrer na abertura (12 de junho), tendo sido atacada violentamente pela polícia antes mesmo

147 Ver o texto em <http://comitepopularsp.wordpress.com/2014/03/10/nao-comecou-em-2013-nao-vai-terminar-em-2014-uma-analise-sobre-os-atos-de-rua-e-os-movimentos-sociais-organizados/> Acesso em 22 de março de 2013.

148 Foi uma violência desmedida e desnecessária. Por Igor Carvalho, SpressoSP, 16/05/2014. Disponível em <http://spressosp.com.br/2014/05/16/foi-uma-violencia-desmedida-e-desnecessaria/>

149 *SP tem dia de protestos por moradia, salário e contra Copa*. Portal UOL, 15/05/2014. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/15/grupos-bloqueiam-vias-durante-manifestacoes-na-grande-sao-paulo.htm> Acesso em maio de 2014.

de sair do local marcado para a concentração¹⁵⁰. Nos próximos dias, o Comitê também realizou as panfletagens na FanFest no Vale do Anhangabaú, conforme relatamos no capítulo anterior. Mas entre as ações da articulação, interessam para esta pesquisa em especial as quatro edições da Copa Rebelde dos Movimentos Sociais.

Sessão 2. Cena 3: Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, a profanação do futebol

A primeira edição da “Copa Rebelde dos Movimentos Sociais” aconteceu no dia 15 de dezembro de 2013. O evento, que durou um dia inteiro, ocupando um terreno público na Av. Duque de Caxias – região da Luz, centro da cidade, foi idealizado por uma jovem liderança do Movimento Moradia Para Todos (que organiza a Ocupação Marconi, no bairro da República, centro de São Paulo) cerca de dois meses antes. Mario¹⁵¹ propôs a ação em uma das reuniões do Comitê Popular da Copa SP, que aconteciam na Ocupação a cada quinze dias, inspirado no *Mondiali Antirazzisti*¹⁵², evento realizado anualmente na Itália, em que ele havia participado na adolescência. A proposta era reunir os movimentos sociais da cidade para jogar futebol, ocupando o espaço público de maneira lúdica, algo como uma “Anti-Copa do Mundo” com 32 times (mesmo número de times da Copa 2014) representando as diferentes lutas que tem lugar na cidade, além de apresentações teatrais, música e debates, e assim promover uma crítica à Copa 2014.

Sessão 2.1 A escolha do campo

150 *Protestos contra o Mundial contabilizam ao menos 30 detidos em SP*. IG São Paulo, 12/06/2014. Disponível em <http://copadomundo.ig.com.br/2014-06-12/protesto-contracopa-do-mundo-comeca-com-confronto-na-zona-leste-de-sp.html> Acesso em junho de 2014.

151 Todos os nomes citados são fictícios, para preservar a identidade dos ativistas.

152 Cf. página oficial do *Mondiale Antirazzisti* disponível em <http://www.mondialiantirazzisti.org/new/?lang=en> Acesso em março de 2014.

O local foi definido por sua dimensão política central no contexto das lutas que reivindicam o direito à cidade. Delimitado ao sul pela Avenida Duque de Caxias, a leste pela Alameda Dino Bueno, ao norte pela Rua Helvétia e a oeste pela Alameda Barão de Piracicaba, o terreno faz fronteira com a área de intervenção do Projeto Nova Luz¹⁵³. O Projeto Nova Luz foi iniciado em 2005 pela Prefeitura Municipal e atualmente encontra-se arquivado, após decisão judicial¹⁵⁴ que interrompeu seu desenvolvimento, fundamentada na ausência de participação popular, após intensa mobilização de organizações da sociedade civil, comerciantes da região e movimentos populares. O terreno vazio que circunda um posto do Corpo de Bombeiros foi desapropriado e anteriormente pertencia à família Frias (proprietários do grupo Folha de S.Paulo), pelo valor de 34 milhões de reais, em 2010, e hoje pertence ao governo do estado de São Paulo. No espaço do terreno funcionava o antigo Terminal Rodoviário da Luz, que foi demolido para dar lugar ao Complexo Cultural Luz – imponente edificação que abrigaria um Teatro de Dança e Ópera nos moldes da Sala São Paulo (sede da

153 Através do instrumento da Concessão Urbanística (previsto no Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10257/2001) que englobava um perímetro de 45 quadras nos bairros da Luz e Santa Ifigênia, o Projeto Nova Luz consistia em o poder público municipal conceder a exploração comercial do território para a iniciativa privada vencedora de licitação, que poderia instalar ali empreendimentos imobiliários voltados para o capital de grande escala – espaços de cultura suntuosos, escritórios de luxo, hotéis e centros de compra. Como contrapartida, realizaria-se a “reurbanização” da região, por décadas abandonada pelo Estado, de modo que caberiam às empresas desapropriações, intervenções urbanísticas e os lucros advindos da valorização da terra. Projeto Urbanístico Nova Luz (2011) disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/2011_08_PUE.pdf Para uma discussão aprofundada sobre o Projeto Nova Luz, processos de gentrificação e organização popular, ver: MELO, José Arnaldo Fonseca de. *Cidade & Saúde*. Tese de doutorado. FAU-USP: 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01072014-113510/pt-br.php> . Para uma discussão sobre controle social, militarização e guerra às drogas na região da Luz, ver TEIXEIRA, A. e MATSUDA, F. *Feios, sujos e malvados*. Revista Le Monde Diplomatique Brasil: março de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1124> Acesso em março de 2012.

154 *Justiça de SP determina interrupção do Projeto Nova Luz*. Consultor Jurídico, 23/01/2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jan-23/justica-determina-interruptcao-projeto-luz-ignorar-opinio-publica> Acesso em fevereiro de 2013.

Orquestra Sinfônica de SP, frequentada majoritariamente pela elite paulistana), que fica a poucos metros dali. Anunciado em 2009 por iniciativa do governo estadual, o projeto está atualmente congelado pela atual gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB). No entanto, até a sua paralisação o projeto já havia consumido uma soma considerável de recursos públicos, conforme reportagem do Portal Aprendiz¹⁵⁵ que entrevistou Arnaldo de Melo:

Sem qualquer licitação, o governo do estado contratou o escritório de arquitetura suíço Herzog & De Meuron por 45 milhões de reais – e gastou mais 8 milhões com a Theather Projects Consultants no desenho do projeto que invadiria a região. A forma da contratação, sem concurso internacional, gerou protestos de associações de arquitetos e ações judiciais, que bloquearam a construção. (...) As desapropriações e demolições da área custaram aos cofres públicos 65 milhões de reais. Se levado adiante, consumiriam outras dezenas de milhões, segundo Arnaldo de Melo, para remover e erguer um novo prédio para os Bombeiros. E mais 600 milhões, ao menos, para a construção do complexo de 85 mil metros quadrados.

Assim, a escolha do campo foi permeada pelos processos conflituosos envolvendo o direito à cidade e teve como objetivo ocupar o espaço público para apresentar um contraponto à maneira como a Copa 2014 era organizada. Embora fosse um terreno vazio, o espaço já era ocupado pelos moradores da região para jogar futebol aos finais de semana. Essa ocupação foi considerada na organização da Copa Rebelde, que procurou estabelecer relações com o bairro.

Sessão 2.2 Os times e as regras: Copa 2014 como campo de gravitação

Os membros do time de várzea Autônomos FC (participantes do Comitê Popular) assumiram a elaboração esportiva (definição das regras, pontuação, sorteio dos times etc) e foi formado um grupo de trabalho dentro do CPC-SP para organizar o evento, com reuniões paralelas. O Autônomos F.C. estava articulado em redes informais com times amadores tanto em São Paulo quanto na América Latina e Europa, e já havia participado de campeonatos alternativos como a Copa Autonomia em São Paulo, que acontecia desde 2004, a Copa

155 Nova Luz expõe vazio de políticas urbanas pensadas de cima para baixo. Portal Aprendiz, 08/10/2014. Disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/10/08/nova-luz-expoe-vazio-de-politicas-urbanas-pensadas-de-cima-para-baixo/> Acesso em outubro de 2014.

América Alternativa (na Argentina) e campeonatos de futebol alternativo na Europa, conforme nos informaram seus membros em entrevista concedida à pesquisa¹⁵⁶.

[A gente] descobre sem querer um time da Inglaterra e mais que isso, uma rede de times alternativos de lá. Um cara desse time viu um videoclipe da banda, com cenas de jogo do Autônomos e escreveu um e-mail. (...) Aí tinha o e-mail do cara da Inglaterra. Esse cara fala que já jogou na Palestina, na África, [o time foi] fundado em 92. Era o Easton Cowboys. Aí convidamos pra eles virem jogar aqui no Brasil, com times de lá. Isso traz publicidade pro Autônomos, matérias do [jornalista] Vitor Birner, [site] Passa Palavra, querem entrevistar a gente, e passa a atrair gente porque leu em algum lugar. Aí passamos a querer ter um site, o time da Inglaterra vem, tem um puta contato, eles tem mulheres no time... e eles convidam a gente pra jogar no campeonato lá. Aqui organizamos varias coisas, jogo, debate sobre política na Europa, eles foram pro Rio de Janeiro jogar com os punks de lá... (...) Fizeram arrecadação de fundos e deu pra pagar 6 passagens daqui. As outras 20 passagens a gente pagou do bolso. E nessa época o time já tá bem maior e tem mais tarefas: pensar atividades políticas, atualizar o blog... Era ano de Copa do Mundo, 2010. Lá, a gente fica numa casa ocupada. (...) Pauta politica era pensar o futebol alternativo, popular, pra todos, já falava contra a Copa do Mundo, o futebol profissional. Já tinha contato com ocupações, FLM, organizamos jogos com eles, com MPL, e rolê universitário, Radio Várzea. Contra o futebol moderno. Pra mim que sou anarquista significa ser contra o futebol que se transforma em balcão de negócios.

A mistura entre política e futebol influenciou as regras da Copa Rebelde. O chamado para participar da Copa Rebelde foi amplamente divulgado semanas antes e o Comitê definiu uma lista de movimentos sociais a serem convidados em reunião, priorizando movimentos populares de ocupação e moradia, incluindo também coletivos diversos. Feito o contato com os movimentos, foram definidos os 32 times que confirmaram participação e se inscreveram. Houve algum debate sobre essa lista: se deveriam ser convidados partidos e suas correntes, centrais sindicais e sindicatos, mas ao final definiu-se pelo critério de que apenas movimentos sociais poderiam jogar, prioritariamente, e se sobrassem vagas outros grupos poderiam se inscrever. A lista foi composta pelos grupos que participavam ou eram próximos e de alguma forma articulados com o Comitê Popular da Copa SP, e o convite feito pessoalmente, por telefone ou e-mail para cada movimento da lista.

O grupo de trabalho buscou contato com o time de várzea que já utilizava o espaço aos finais de semana e havia instalado as traves, dando uso popular ao terreno (Amigos da Barão), para propor parceria no evento. Na lateral do terreno baldio, estavam montados barracos de

156 Entrevista concedida em 31 de janeiro de 2014, na Casa Mafalda, Lapa, São Paulo.

moradores de rua e usuários de drogas da chamada “cracolândia”, sob ameaça de retirada pela Prefeitura, que também foram convidados. Trabalhadores ambulantes do centro foram incentivados a participar e receberam panfletos específicos convidando-os a vender sua mercadoria no evento, especialmente bebidas e alimentação para atender à demanda, já que não havia qualquer estrutura além dos bares da região. Também os comerciantes do bairro foram contatados para permitir o uso de banheiros, e na véspera da Copa Rebelde um mutirão de limpeza feito por membros do Comitê e do time Amigos da Barão retirou dezenas de sacos de entulhos e lixo do local, assim como o mato em volta do campo, que estava alto por ausência de manutenção daquele espaço pela zeladoria pública.

Foram compradas redes e bolas de futebol, e os movimentos convidados para jogar foram incentivados a levar chuteiras a mais e outros equipamentos que seriam o “legado” da Copa Rebelde para o “time da casa” e para o espaço. Os movimentos inscritos foram chamados a participar da organização e na semana anterior houve o sorteio das chaves e a montagem da tabela de jogos.

No domingo da Copa Rebelde, os 32 times e suas torcidas se reuniram das 9h as 19h para jogar futebol e fazer política: da Marcha da Maconha à Comissão Indígena Guarani, passando pelos movimentos de moradia e ocupação do centro (Frente de Luta por Moradia - FLM, Movimento Sem Teto do Centro - MSTC, Movimento de Luta nos Bairros e favelas - MLB, e Movimento de Moradia Para Todos), mas também as ocupações e assentamentos periféricos Esperança (Osasco) e Sítio São Francisco (Guarulhos), o time de catadores da Coopere (cooperativa de catadores de material reciclável), o time da Comunidade da Paz em Itaquera (que acabou abandonando o torneio no meio do dia, por não haver almoço), além do Movimento Passe Livre, Fanfarra do MAL, Marcha Mundial de Mulheres, Coletivo Armas Menos Letais e Movimento Palestina Para Todas/os (MOPAT), um time de crianças do bairro (Pakitos e Mulecagem), um time de moradores que também joga no bairro (Independentes ACAB) e o time da casa, Amigos da Barão, entre outros. Os times eram mistos, podendo ser compostos por homens, mulheres e crianças, e a arbitragem era negociada entre os times em campo, sem juiz. Havia apenas contagem de tempo de jogo por membros do Comitê Popular

da Copa. Renato¹⁵⁷, membro do Comitê Popular da Copa e do time de várzea Autônomos F.C., assim descreveu a Copa Rebelde:

Lembrando assim de "bate e pronto" a primeira coisa que penso é que a Copa Rebelde é a coisa mais legal que já estive envolvido na vida. A construção da primeira edição dela era uma das pautas na primeira reunião do Comitê que eu fui. Lembro de ir nos dias seguintes com o Nilton até o espaço onde seria realizado o torneio. Entre conversas com os donos dos bares que ficavam ao redor, goles de bebida, ida aos hotéis da região em busca das pessoas que utilizavam normalmente o campinho do terreno, ficou ao mesmo tempo uma sensação de animação e alívio com a recepção boa das pessoas a ideia do evento, mas também a incerteza e certa insegurança sobre o que de fato iria acontecer ali. Foi no sorteio dos grupos que as coisas pareciam tomar mais forma, quando pelo menos um representante de cada equipe compareceu a Marconi durante a semana participar do nosso ritual pré-Copa. Entre militantes e ativistas de diversos movimentos e os moradores da ocupação, o clima era de excitação. Várias tirações de sarro que remetiam ao sorteio da própria Copa da Fifa. Enfim, tínhamos a nossa ideia e projeto de Copa com tudo que se tem direito - incluindo seus rituais, que eram feitos a nossa maneira. Sem palco, sem protocolos e sem esconder a bolinha de sorteio hehe. Na medida que os confrontos iam se armando, ia dando conta da riqueza e da grandeza do que estávamos construindo. Palestinos e Guaranis jogariam futebol, em um terreno vazio, porém valioso para o governo do estado e pro grande capital, no centro de São Paulo, do lado da cracolândia, sem pedir autorização e licença pra autoridade nenhuma.

A Fanfarra do MAL, coletivo musical que toca nas manifestações e protestos da cidade, tocou durante horas sob o sol escaldante de dezembro. Chamou a atenção também um grupo de moradores de rua, que fez uma roda de samba na “arquibancada”, formada por lonas estendidas no chão e caixotes de madeira. Durante todo o dia, o espaço foi uma “zona livre” em que estudantes, militantes e moradores de rua puderam, inclusive, fazer uso de drogas ilícitas sem serem incomodados. Havia algumas trabalhadoras ambulantes vendendo cerveja, água, refrigerante e salgados no terreno, e a polícia não as incomodou, tampouco entrevistou no evento como um todo, que transcorreu sem problemas. Durante a tarde, o Grupo Teatral Parlendas apresentou uma esquete de improvisação sobre a Copa 2014, com críticas ao modelo “pão e circo”, as remoções forçadas para dar lugar a remodelação urbana nas cidades-sede, as condições de trabalho nas obras e a exclusão de trabalhadores informais. Ao final, um rapper palestino da Faixa de Gaza que visitava o Brasil, se apresentou na lateral do terreno usando um carro de som emprestado da APEOESP. O time da casa foi o campeão e a repercussão desta ação na mídia de grande circulação foi grande. Havia jornalistas de várias

157 Entrevista cedida à pesquisa em 30 de setembro de 2014, na USP, campus Butantã

partes do mundo, do Japão à Itália, Portugal e Alemanha, além de múltiplos veículos da imprensa alternativa de São Paulo. Ao final, muitas pessoas vieram agradecer e elogiar a ação: alguns disseram que ao final de um ano intenso como o de 2013, a Copa Rebelde foi uma ótima oportunidade de aproximação entre movimentos populares, ativistas, trabalhadores e estudantes, pois teria fortalecido laços já existentes, criado outros e proporcionado outra forma de política, mais lúdica, em um espaço público, diferente da tensão sentida em protestos como os de junho. Vitória¹⁵⁸, jovem militante, à época trabalhadora do Serviço Franciscano (SEFRAS) e membro do Comitê Popular da Copa SP, nos relatou suas impressões sobre esta forma de ação, referindo-se à repercussão midiática da Copa Rebelde em importante veículo da imprensa:

Enquanto a gente tá aparecendo na Globo News: “isso sim é manifestação pacífica”, eu to quebrando os bancos na paulista. Enquanto tem uma galera gritando “sem violência”, tem uma galera pixando e que tá quebrando e a multidão tá servindo pra cobrir quem tá quebrando e fazendo aquilo mesmo. Eu tava conversando com um frei sobre um documento da CNBB, e disse pra ele: “essa fala da machadinha não funciona mais!”. Eu tinha acabado de assistir aquele filme chileno, o “No”, fala sobre isso... Não dá pra ter carro de som. Os movimentos linha de frente tem muito isso. É o cartaz preto e branco, é o sangue escorrendo, vem a criança magra remelenta... Cara, eu quero conversar com a pessoa, não quero falar entre eu e quem já sabe. Eu quero fazer o cara que sai cinco horas da manhã e chega meia noite em casa conseguir olhar e terminar de ler nem que seja duas linhas, e se reconhecer naquilo. Só que pra ele se reconhecer, não é com essas imagens, porque o dia dele já é muito fodido. E aí eu vou dizer mais ainda que o cara é fodido, pra ele se sentir mais merda ainda? Então é o uso de outras linguagens mesmo. (...) E quando a gente faz uma coisa a partir de outra linguagem, que é sim mais leve, é poética, mas a partir do nosso olhar. Mas não é “copa para todos”: é Copa Rebelde dos Movimentos Sociais. Tentamos colocar numa linguagem bacana, mas tinha o nosso conteúdo. E só tá existindo isso porque tem um mega-monstro e a gente tá fazendo a contra-mola. Aí a pessoa vai achando que é um grupo pacífico, e pacífico nessa visão que as pessoas são otárias. Pra mim foda-se os bancos da paulista, mas deixa a banca de jornal e a lanchonete. Foda-se roubar o [supermercado] Pão de Açúcar, mas não vou roubar o mercadinho do cara aqui da esquina.

Para Gustavo era importante, não apenas como forma de alcançar a população, mas para a própria militância, criar novas formas de ação política:

158 Entrevista cedida à pesquisa em 16 de dezembro de 2013, no dia seguinte à realização da 1ª Copa Rebelde, na casa da ativista, Vila Mariana, São Paulo.

A estratégia da Copa Rebelde é uma estratégia importante, que você cria outra metodologia de articular os movimentos. A gente tem um processo muito doloroso de militância nos últimos tempos e é importante criar metodologias e estéticas diferentes, e não ficar nas velhas metodologias que não dialogam com ninguém e não oxigenam os espaços e os debates...

Houve na semana seguinte uma avaliação desta ação em reunião do Comitê, em que se comemorou a repercussão da Copa Rebelde e algumas autocríticas foram feitas. Grosso modo, os problemas giravam em torno da centralização de tarefas que teria sobrecarregado algumas pessoas e da necessidade de envolver os movimentos e times no processo de organização, para tornar a ação mais “horizontal” e coletiva, evitando uma forma de fazer que se confundisse com “prestação de serviços” ou organização de um “megaevento”.

Esta primeira edição da Copa Rebelde viria a influenciar as ações do Comitê até o final da Copa 2014, não apenas por ter realizado outras três edições no período, mas por ter possibilitado e reforçado a articulação em diferentes aspectos. Nesse sentido, Daniel¹⁵⁹, membro do coletivo Casa Mafalda e do time de várzea Autônomos F.C. afirmou:

A partir da Copa Rebelde muita gente entrou no Comitê. Porque a gente viu no mesmo espaço um monte de movimento, várias pautas diferentes, jogando futebol, trocando ideia, dispostos a pensar uma atividade conjuntamente, ocupando o espaço público que também tem a ver com o processo de gentrificação que a Copa [do Mundo FIFA 2014] representa, e o próprio Comitê enquanto organização saiu muito bem daquilo, os movimentos reconheceram no Comitê uma organização que de fato faz alguma coisa interessante, todo mundo fala da Copa Rebelde. Até gente que não tá envolvido teve algum contato com a Copa Rebelde, uma prática de ocupação do espaço que trouxe uma propaganda política importante.

Diversos grupos e indivíduos que foram à Copa Rebelde passaram a participar das reuniões e encorajaram a realização de uma segunda edição. No dia 13 de abril, com a organização mais aberta aos times participantes e com mais antecedência e infraestrutura, a 2ª Copa Rebelde se realizou no mesmo terreno da região da Luz. No dia anterior houve novamente a limpeza do terreno e os times que participassem ganhariam um ponto na tabela de jogos. Membros da Rede Extremo Sul, movimento de ocupações por moradia da região do

159 Entrevista cedida à pesquisa em 31 de janeiro de 2014, na Casa Mafalda, Lapa, São Paulo.

Grajaú, foram até o centro para ajudar na limpeza. Nas palavras de Maria¹⁶⁰, ativista do Comitê Popular da Copa:

Aquele espaço, normalmente repleto de lixo, com cheiro de esgoto e onde ninguém deseja ficar mais do que breves minutos, se transformou por completo. (...) Se juntaram varias pessoas de vários times – ou seja, ativistas de diversas causas –, para limpar aquele espaço, que meses depois da primeira Copa Rebelde, permanecia bastante sujo. O pessoal tava tão empenhado que as coisas aconteceram de forma espontânea. Foi incrível! Cheguei lá, um tanto quanto atrasada, e tinha umas 20 pessoas espalhadas pelo terreno com ferramentas de limpeza, tipo enxada e aquela vassoura de dentes de metal, mandando ver na limpeza. De repente, chegou um carreto e recolheu as dezenas de sacolas gigantescas de lixo – até hoje não sei de onde surgiu esse carreto! Mas, foi chamado por alguém que tava lá. Quando vi, do outro lado, um bando de gente se empenhava em limpar um dos cantos mais sujos do terreno: uma valeta enorme com lixo amontado por anos, provavelmente, que nem conseguimos mexer na primeira Copa Rebelde; o negócio era tão fundo, tinha tanto lixo, o cheiro era insuportável – o pessoal cobria o rosto com camiseta e com algumas máscaras que tínhamos por lá –, e foi saindo carrinhos de mão de lixo – lembro do Carlos, do Moinho [Favela do centro de São Paulo], pilotando esse carrinho. Muito doido ele, sem camisa, sem luva, acho que até descalço! E aí vinham uns insetos horrorosos: a Mariana, médica ali da cracolândia que estava ajudando até reconheceu uns bichos peçonhentos... Mas, apesar de tudo isso, todo mundo continuou ali e a vala, finalmente, ficou vazia, pronta pra segunda copa!

Àquela altura, as barracas de moradores de rua da “cracolândia” na lateral do terreno já haviam sido retiradas, desde o início do ano, em intervenção que inaugurou o Programa Braços Abertos¹⁶¹, da Prefeitura Municipal. Na véspera da 2ª edição, após a limpeza do terreno, foi realizado naquele espaço um debate sobre a região da Luz e a “cracolândia”, com a presença de um professor da USP (Rubens Adorno), uma liderança do MMPT (Mario) e um membro do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR, Antônio¹⁶². Houve também um novo esforço para envolver os moradores do bairro na Copa Rebelde. Maria nos relatou:

Conhecemos moradores dos cortiços e prédios ali da frente na primeira Copa Rebelde, porque eles têm um time que joga no espaço da rodoviária todo final de semana. Time de várzea sério, com uniforme e tal, mas todos, incluindo as crianças, utilizam bastante o terreno. Na segunda Copa Rebelde, depois de já conhecermos

160 Entrevista cedida à pesquisa em 25 de setembro de 2014, na USP- campus Butantã.

161 Prefeitura finaliza primeira etapa do programa ‘De Braços Abertos’ na Cracolândia. Página oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo, 16/01/2014. Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/648#ad-image-0> Acesso em janeiro de 2014.

162 Nome fictício para preservar a identidade do militante.

alguns dos moradores, sobretudo aqueles que jogaram com time na copa, conseguimos chamá-los pras reuniões de organização e eles participaram. Um deles conseguiu doação de pães para a comida que fizemos, eles estavam a par das coisas.

Entre as regras, foi estabelecido que “Brigas, agressões e excesso de competitividade não serão tolerados, e os responsáveis por qualquer confusão serão convidados a se retirar do campeonato.” Nesta segunda edição, além dos jogos, houve apresentações de rap, teatro e um espaço de brincadeiras para crianças. Mais uma vez baterias, maracatus e fanfarras tocaram ao longo do dia. O time da casa venceu novamente, e todos os times levaram “troféus” para trocar entre si: uma baqueta da Fanfarra do MAL, um pé de milho plantado em vaso da Ocupação Esperança em Osasco, camisetas, livros, etc. Os troféus propriamente ditos, que alguns times ofereceram, foram levados pelas crianças da região, que passaram todo o dia no campo. Segundo a divulgação na página do evento¹⁶³:

a Copa Rebelde diz respeito também a uma outra forma de viver (e ver) o futebol, muito diferente daquela preconizada pela FIFA, autoridades e empresários. Entre os rios de dinheiros, sangue (oito pessoas morreram na construção dos estádios da Copa) e de violações, criamos um futebol rebelde para mostrar que a paixão popular ainda resiste e que pode deixar, de fato, um legado positivo a partir da organização popular.

Os organizadores também queriam que a Copa Rebelde ultrapassasse os limites do futebol e confraternização, e pudesse estimular a reflexão sobre o espaço em que se realizava:

Não à toa a **II Copa Rebelde** será realizada, mais uma vez, no espaço da antiga rodoviária de São Paulo, no centro da cidade, que foi, recentemente, demolida para a construção de mais um templo da elite e cujo processo se encontra parado. Símbolo da especulação imobiliária e da cidade privada que as elites de São Paulo sonham em terminar de construir, a ocupação deste espaço para um evento público e coletivo tem tudo a ver com o futebol – e o mundo – que queremos. Como a obra do governo de estado está paralisada - e não a reconhecemos como um projeto para população -, junto com moradores e frequentadores da região, iremos pensar: qual nossa proposta para aquele espaço?

Em vez de um debate sobre o espaço e o direito à cidade, a 2ª Copa Rebelde teve a apresentação de teatro do Grupo Parlendas, que compõe o CPC-SP. A intervenção cênica

163 Página da Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, disponível em <https://coparebelde.wordpress.com/>
Acesso em dezembro de 2013.

criticava, em tons cômicos, o processo de “gentrificação” e transformação das cidades, as mortes de operários nas obras dos estádios, etc. Para Nádia, membro do grupo,

É muito louco a gente achar outras formas de luta, e a quantidade de gente que a gente juntou na Copa Rebelde, Marcha das Mulheres, Marcha da Maconha, desde a ditadura que a gente não juntava tanta gente. Eu acho que tem essa inovação da juventude com os movimentos organizados, pelo menos no Comitê. Uma nova cara, menos carro de som, menos bandeira, vamos tentar outras formas? Outras imagens, Copa Rebelde, debate-bola nas favelas, tentar fazer outras coisas, e foi muito bem assimilado, e reverberou em junho também. Ir pra rua com um monte de gente, com teatro, música... Fugir do comum, que historicamente o povo tá cansado. Chamar todo mundo pra jogar futebol, fazer política assim, isso seria impensável anos atrás. (...) E na nossa intervenção a gente falou das coisas, mesmo que não tenha tido um discurso, uma aula pública, de alguma forma a gente falou isso.

A terceira edição da Copa Rebelde não aconteceu no terreno da Luz, mas em meio à pista da Marginal Pinheiros. Em 19 de junho, já durante a Copa 2014, o Movimento Passe Livre convocou uma manifestação intitulada “Não Vai Ter Tarifa”, rememorando um ano da derrubada dos 20 centavos (a revogação do aumento da tarifa de ônibus e metrô) conquistada pelas manifestações de 2013. A proposta era sair da Av. Paulista e seguir em direção à Marginal Pinheiros pela Av. Rebouças, onde aconteceria uma “festa junina popular”. A convocação irreverente¹⁶⁴ dizia:

Pode levar a churrasqueira e o som, porque vai ter churrascão com toda a gente diferenciada. Vai ser o nosso rolezinho na Marginal, com música, futebol e muita catraca pegando fogo, já que junho é o mês de pular fogueira! Ambulantes são bem vindos (ao contrário de outras “festas” por aí)! E ainda vai rolar mais uma edição da COPA REBELDE na MARGINAL OCUPADA!

A manifestação teve concentração na Praça do Ciclista, onde bonecos do tipo “mamulengos” imitavam o “palhaço do choque” (referência ao Governador Geraldo Alckmin) e o “palhaço malddad” (referência ao Prefeito Fernando Haddad). Na concentração, o Comitê Popular promoveu oficina de estêncil em camisetas e fez uma “performance”, em que os ativistas vestiam camisetas com os dizeres “Tropa do Chute” e o desenho de uma bola de futebol, imitando a Tropa do Choque da Polícia Militar, com bolas de futebol de borracha

164 *Não Vai Ter Tarifa – Ato na Copa do Mundo pela Tarifa Zero, dia 19 às 15h*. Convocação do MPL, 16/06/2014. Disponível em <http://saopaulo.mpl.org.br/2014/06/16/nao-vai-ter-tarifa-ato-na-copa-do-mundo-pela-tarifa-zero-dia-19-as-15h/> Acesso em junho de 2014.

coloridas nos pés, no lugar das balas de borracha. Na concentração do ato, havia algumas viaturas de polícia, que bloquearam a avenida para a passagem dos manifestantes. Em seguida, a polícia passou a acompanhar o ato pelas ruas paralelas, não sendo possível perceber sua presença ao longo da caminhada. O MPL havia enviado carta à Secretaria de Segurança Pública reivindicando o direito de manifestação e afirmando que faria a própria segurança, de modo que a presença da polícia militar não seria necessária nem desejada. Após alguns momentos de tensão, com tentativas de quebrar vitrines de agências bancárias evitadas pelos próprios manifestantes em cordão de isolamento, o ato chegou à Marginal Pinheiros, bloqueou a via local e a via expressa e incendiou catracas cênicas que se transformaram em fogueiras. Havia muita tensão nesse momento, pois o tempo todo circulavam boatos de que a Polícia estava chegando para iniciar a esperada repressão. Enquanto isso, o Comitê Popular da Copa pintou com tinta branca o desenho de um campo de futebol no asfalto, montou “traves” improvisadas, convocou os times e deu início aos jogos¹⁶⁵. Índios da Comissão Guarani Yurupá jogaram contra o Coletivo Rosanegra Ação Direta e Futebol. Em meio à tensão e expectativa de chegada da Polícia, os manifestantes decidiram depois de um tempo sair da Marginal em direção ao Largo da Batata, onde já estava uma parte do ato. Ao chegar no Largo, houve a esperada dispersão violenta, com bombas de gás, bem como a também esperada depredação de agências bancárias e de uma concessionária de veículos. Apesar da correria ao final, ficou a sensação vitoriosa de ter realizado o jogo proposto em uma via expressa importante, durante a Copa do Mundo, ao mesmo tempo em que Uruguai e Inglaterra disputavam partida pela primeira fase da competição em Itaquera.

A Copa 2014 continuava e, na última semana, o Comitê decidiu realizar mais uma edição no terreno da Luz. Organizada em poucos dias, mas contando com a participação de muitos membros do Movimento Nacional da População de Rua e de coletivos culturais na organização, a 4ª edição da Copa Rebelde “por um futebol contra os muros, e sem juiz!”, aconteceu no dia 6 de julho de 2014, um domingo sem jogos da Copa 2014, a uma semana do final do evento da FIFA. A divulgação desta edição brincava com a expressão “não vai ter copa”:

165 Fotos do ato na Marginal disponíveis em <https://coparebelde.wordpress.com/tag/iii-copa/>

#Vai Ter: liberdade de manifestação, futebol de várzea, torcida rebelde, ambulantes, população de rua, movimentos de moradia, todos os gêneros, passe livre, marcha da maconha, rodas de conversa, rap, forró, sound system, maracatu, fanfarra, performance, teatro, sarau, oficina de camiseta, mídia livre, fogueira e quadrilha junina, brincadeiras com crianças, exposição de fotos, comidas juninas, caldinho e muito mais!

#Não Vai Ter: PM, zona de exclusão, lei geral da FIFA, catracas, grades, higienização, remoção, tarifa, homofobia, machismo, racismo, exploração sexual, futebol-mercadoria, estádio elitizado, corporações patrocinadoras, terrorismo de estado, inquérito ilegal, construtoras, mídia corporativa, empresas de (in)segurança e repressão...

Na programação, além do mutirão de limpeza no dia anterior, estavam previstos um debate sobre o espaço, uma tenda com brincadeiras para crianças, apresentações de três grupos de rap, um sarau, projeções de fotos e vídeos, banda de forró ao vivo e uma fogueira de “festa junina”. Também aconteceram uma exposição de fotos, uma oficina de malabares, uma oficina de defesa pessoal, ensaio aberto da Fanfarra do MAL e a transmissão dos jogos ao vivo pela Rádio Várzea, da USP. Não haveria nesta edição a tabela de jogos com times previamente inscritos, e sim a inscrição durante a manhã, por ordem de chegada, aberta a todos os times que comparecessem com cinco jogadores até as 12 horas. Renato afirmou à pesquisa que esse critério de inscrição permitiu que a Copa Rebelde estivesse mais aberta ao seu entorno:

Teve a participação relâmpago de uma equipe formada por uma família cigana. O sistema de disputa da terceira edição, diferentemente das outras, não contou com sorteio e a inscrição das equipes eram realizadas na hora. Decidiu-se isso em meio a umas pequenas polêmicas, discutidas e rediscutidas, sobre os critérios de participação das equipes. A solução que prevaleceu foi essa de alterar o sistema do torneio de futebol e deixá-lo aberto pra quem chegasse, dentro de uma afinidade mínima com a proposta do torneio. O mais legal que eu achei dessa escolha, pondo de lado a debilidade de critérios esportivos, foi ela possibilitar o torneio se manter aberto pro entorno, a ponto de receber e dialogar, já que o futebol é uma linguagem, inclusive com os ciganos que por ali passavam.

As regras do formato da competição também mudaram: os times jogariam pela ordem de chegada no terreno, e quem perdesse continuaria em campo para enfrentar o próximo da lista, de modo que os “piores” pudessem jogar mais vezes e se desestimulasse a competição entre as equipes. Os times que ganhavam as partidas acumulavam pontos e se classificavam para a próxima fase, na parte da tarde, quando se enfrentariam os oito melhores colocados, em quartas de final, semifinais e finais. A organização também reforçava

o pedido pra que todos os times sejam mistos! E por mistos, compreendam todo tipo de corpo, orientação sexual e idade. A Copa Rebelde é pra todas as pessoas, e quem não souber/quiser compartilhar essa ideia será convidado/a a se retirar. Portanto, SEM MACHISMO, SEM HOMO/LESBO/TRANSFOBIA, SEM RACISMO, SEM DISCRIMINAÇÃO NENHUMA!

Enquanto aconteciam as partidas, outras atividades se desenvolviam. Foi realizado um debate sobre o destino que se desejava para aquele terreno - “O que queremos nesse espaço?”, com a explicação de Arnaldo de Melo (autor de doutorado sobre o tema, já citado nesta pesquisa) sobre a história e os projetos para aquela região, e uma liderança da Ocupação Mauá, que fica a poucos metros do terreno. Após as intervenções dos dois convidados, o debate foi aberto à fala de todos. Em um papel “craft” de alguns metros de comprimento, as pessoas presentes escreveram suas ideias para a ocupação do espaço: um parque com árvores e banheiros públicos, a Copa Rebelde permanente, um campo de futebol de várzea com arquibancadas, uma “zona livre” para uso de drogas e redução de danos, moradia popular, etc.

Mais uma vez, a presença de diferentes grupos marcou a experiência dos ativistas. Renato relatou sua experiência com referências ao movimento zapatista:

Lembro também de olhar ao redor nesse dia, em meio a correria de organização das atividades previstas, e ver que eu não conseguia dar conta de apreender pelo olhar tudo o que tava rolando ali. Tava um “caos” agradável. Crianças moradoras da região, senhoras e senhores moradores da região, ambulantes, professores universitários, ativistas, militantes, indígenas, palestinos e muitos mais dividindo o mesmo espaço, não só jogando juntos mas criando ali na hora suas próprias estratégias de interação. Enfim, perdão pelo clichê, mas era um mundo onde couberam e interagiram muitos mundos.

Depois do debate, houve apresentações de rap. Todos os times e pessoas presentes foram convidados a participar de uma foto coletiva com uma faixa que trazia os dizeres “Liberdade para Hideki”, em referência ao estudante preso no dia 23 de junho.

Maria, ativista do Comitê, contou à pesquisa sobre suas impressões da experiência vivida na última edição da Copa Rebelde e uma cena ao final:

Tinha uma mulher que me marcou... contou que havia sido estuprada, tinha marcas de violência no corpo e parecia perturbada. Mas, ali, dançou, encontrou gente pra compartilhar sua história, acho que se sentiu, minimamente, acolhida e em segurança. Ao final do dia, ela me deu uma pulseira de recordação. E quando na festa junina, já bem escuro, umas 21h, quando poucos permaneciam, a vi dançando, pulando fogueira com leveza. (...) Tem essa coisa de por mais que a gente não mude o mundo, ali dentro, rola uma sensação de segurança. Parece que entra todo mundo – ou quase todo mundo – em ressonância, rola uma atmosfera que é tão diferente, mas tão diferente da vida cotidiana, das ruas ali de fora... parece um mundo a parte que dura apenas algumas horas, um dia quase que completo e que ninguém quer que acabe. Lá, em meio a tanto homem, num ambiente de futebol, fiquei de top o dia todo, sem camiseta, meia arrastão, e não tive problema algum. As coisas aconteciam de forma espontânea – pessoas se juntavam a times, outros começavam a tocar juntos.. tinha sempre a Fanfarra do MAL tocando, as crianças correndo... muita risada. Muita gente junta se respeitando, cada um em sua pegada, no jogo, na brincadeira, na fotografia, no som, na conversa. E um clima de... pô, estamos aqui vivendo um outro mundo, sabe, mudando as coisas de alguma forma.

Neste ponto, cabe uma observação sobre a inquietação que esteve presente durante toda pesquisa: Afinal, o que permitia articular todos esses grupos e indivíduos, coletivos e movimentos, em torno da mesma questão? Talvez se possa dizer que a “bandeira” comum a

todos os grupos que compõem o Comitê (ou que o compuseram, em sua participação flutuante entre 2011 e 2014) é o *direito à cidade*, absolutamente central nos conflitos e disputas em torno da Copa. O *campo de gravitação* no sentido dado por E. P. Thompson (1979)¹⁶⁶, quer dizer, as linhas de força que compõem o conflito e o campo de antagonismos urbano, se estrutura em torno dos operadores e atores do mercado, sobretudo a FIFA e as corporações multinacionais, empresas da construção civil etc., entendidas como as principais beneficiadas no processo de acumulação capitalista atual, conforme a resposta que estava implícita na pergunta “Copa Pra Quem?” e que os ativistas colocaram sempre da mesma forma, ao final de cada uma das entrevistas realizadas pela pesquisa. Nesse campo de gravitação, o Estado - aqui entendido pelas três esferas de governo e os três poderes – é percebido como operador da primazia do mercado na cidade.

Compartilhamos da hipótese (e aposta) de Harvey em *Rebel Cities*¹⁶⁷, (2012) sobre a urgência em discutir o estatuto e a natureza do conflito urbano e dessa miríade de atores que, em certas circunstâncias e em torno de certos acontecimentos, colocariam em cena as linhas de força que articulam ou podem articular as mil faces do conflito urbano atual. Em diálogo direto com Lefebvre e os situacionistas¹⁶⁸, mas sobretudo com a pauta que hoje circula amplamente no cenário urbano contemporâneo (o direito à cidade), como bandeira de movimentos e coletivos, e como agenda de conferências e discussões acadêmicas e políticas, Harvey propõe o *direito à cidade* como noção de “significante vazio”, é dizer, que faz parte do campo do conflito, está em disputa e muda seu sentido dependendo de quem o preenche de

166 “La sociedad inglesa dei siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?” In: *Tradición, revuelta, consciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

167 HARVEY, David. *Rebel Cities*. From the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.

168 Os *Situacionistas* propunham a ideia de criar *situações*, ou seja, intervenções urbanas improváveis, inesperadas, inusitadas, que permitissem aos habitantes da cidade sair da letargia e imaginar outras outras possibilidades e experiências políticas. Publicaram “Internacional Situacionista” (Manifesto de 1957), e formaram um movimento de crítica à sociedade de consumo, espetáculo e mercantilização das relações sociais. Henri Lefebvre (*O direito à cidade*, 1967) viveu e escreveu na Paris dos anos 1960, uma cidade permeada por conflitos, reformas urbanas, deslocamentos forçados, greves operárias, contemporâneo portanto dos movimentos sociais de maio de 1968.

significado (2012: p. XV). A noção não se refere simplesmente ao acesso a serviços, equipamentos e bens tipicamente urbanos, mas ao direito de transformar a vida urbana e o espaço da cidade, para que ela seja “segundo o desejo do nosso coração” (ibidem, p.67). Nesse sentido, entende-se o direito à cidade não como o acesso ao que está posto agora, mas o direito a reinventar a cidade e seus espaços, o que supõe a imaginação política e a exigência de se ampliar o horizonte e repertório dessa imaginação política, o que só pode acontecer na dinâmica mesma da experiência urbana.

A preocupação do autor em definir o estatuto do conflito urbano o remete a discutir, na primeira parte do livro, o lugar e o estatuto da cidade e dos espaços urbanos nos processos de acumulação do capital e formação dos mercados (grosso modo, a crise do capital como crise urbana). Então, na segunda parte da obra, Harvey dirá que o conflito urbano vai se instaurar justamente nas dimensões contraditórias desse processo: nos modos privados e excludentes de apropriação da riqueza urbana, o que se consubstancia nos modos como os espaços são produzidos, seus usos, modos de acesso, etc. Como hipótese de trabalho e pista a seguir, o conflito se estruturaria no coração das tendências e práticas de privatização da cidade, de seus espaços e suas riquezas. Em outras palavras, o ativismo pelo direito à cidade se contrapõe aos modos de apropriação da riqueza urbana e seus espaços. Mais além das disputas pelos espaços, o estopim do conflito, nesse sentido, se armaria também em torno do modo como as forças da ordem e da lei operam e colocam em prática dispositivos de exceção sob as formas de controle, repressão e vigilância. Essa relação entre mercado e poder, mercado e exceção, mercado e violência estatal, é o ponto de cruzamento em que se instalaria o conflito, em suas múltiplas faces.

Sessão 2.3 Copa Rebelde: a criação do comum urbano?

No capítulo 3 de *Rebel Cities*, “A criação do comum urbano”, Harvey afirma que o direito à cidade diz respeito às condições que garantem a produção e reprodução cotidiana dos trabalhadores da cidade, recolocando a luta de classes nos termos do trabalho ligado à circulação e reprodução da vida urbana. Do mesmo modo como o direito à cidade, a noção de

comum também entrou em circulação, tendo sido lançada sobretudo por Hardt e Negri, mas que também está no centro de discussões e polêmicas mais amplas, de que David Harvey não se esquivava, colocando sua própria perspectiva. Para além das diferenças entre uns e outros, a discussão interessa pelo problema que sinaliza e pelo horizonte de questões que se anuncia - a perspectiva de se conquistar e inventar a dimensão do *comum urbano*, *versus* a lógica de mercado que coloniza espaços, modos de vida, valores etc. Para ele, o que articula os diferentes trabalhadores urbanos é a experiência urbana compartilhada, questão para a qual propõe uma discussão sobre o comum que se contrapõe ao mercado, mas não necessariamente se confunde com a noção de “público”, estatal. Coloca-se no centro uma outra questão: o que se considera importante reapropriar como patrimônio comum, que foi produzido socialmente, ou de forma coletiva, e em algum momento retirado de nosso controle? Para o autor, o comum deve ser construído como uma relação social instável e maleável entre um dado grupo social auto-definido e os aspectos sociais / ambientais de sua existência considerados cruciais para sua vida e convivência (Ibidem, p.73). A prática social que Harvey nomeia por “commoning” produz ou estabelece “uma relação social com um <<comum>> cujos usos são exclusivos para um grupo social ou parcialmente ou completamente abertos para todos” (ibidem). No coração da prática de “commoning” está “o princípio segundo o qual a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como <<comum>> devem ser ambos coletivos e não-comodificáveis (como limitação à lógica de mercado)”. E se aceitarmos essa perspectiva, poderíamos nos valer da hipótese de Harvey sobre as *cidades rebeldes*, como contraponto aos

aparentemente profundos impactos da recente onda de privatizações, enclaves, controles espaciais, policiamento, e vigilância sobre as qualidades da vida urbana em geral, e particularmente sobre a potencialidade de construir ou inibir novas formas de relações sociais (o novo comum) através de um processo urbano influenciado, se não dominado por interesses de classe capitalistas (ibidem, p.67)

Hipótese que permitiria pensar a experiência descrita da Copa Rebelde como uma *potencialidade* de criar, temporariamente, <<comuns urbanos>> a partir das relações sociais construídas na cidade. Fica aberta essa questão, mais uma vez, como hipótese de pesquisa a trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa tinha por objetivo investigar a Copa 2014, como lupa de aumento para pensar os modos de funcionamento, no contexto de crise urbana, de um “governo neoliberal das cidades”. A hipótese no centro da pesquisa era de que a Copa 2014 funcionaria como “dispositivo de governo” de populações, articulando estrategicamente todo um conjunto de leis, discursos, instituições, práticas, técnicas, enfim, elementos diversos entre os quais haveria uma rede de relações. A produção de um conjunto de normas “de exceção” voltadas a responder à “urgência” da Copa 2014, que permitiram demarcar territórios de “exclusividade comercial”, garantidos por uma gestão militarizada da cidade, também fez surgir, nesse mesmo campo de gravitação, discursos e práticas que problematizaram e reconfiguraram os conflitos pelo direito à cidade, colocando o futebol no seu centro. As questões e a ordem de problemas construídas nessa pesquisa permanecem em aberto, no âmbito de um projeto de conhecimento que envolve a reflexão sobre as relações e nexos entre o dispositivo de governo, as formas de controle e as possibilidades políticas de resistência na cidade contemporânea. Nesse sentido, encerramos este trabalho com um brevíssimo (e portanto despretensioso) trecho, à guisa de considerações finais, em torno dos sentidos da resistência à Copa 2014.

“Meditações” em torno da imaginação política como suposto para um exercício fecundo do direito à cidade

Por fim, e não menos importante, a bela discussão proposta por Giorgio Agamben (2007), no artigo “Elogio da Profanação”¹⁶⁹, fornece uma última pista sobre o uso do futebol pelos movimentos sociais durante a Copa 2014. Ao pesquisar o significado de “profanar” entre os juristas romanos, Agamben revela que

Sagradas ou religiosas eram as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses. Como tais, elas eram subtraídas ao livre uso e ao comércio dos homens, não podiam ser vendidas nem dadas como fiança, nem cedidas em usufruto ou gravadas de

servidão. Sacrílego era todo ato que violasse ou transgredisse esta sua especial indisponibilidade, que as reservava exclusivamente aos deuses celestes (nesse caso eram denominadas propriamente "sagradas") ou infernais (nesse caso eram simplesmente chamadas "religiosas"). E se consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens. (...) Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. O dispositivo que realiza e regula a separação é o sacrifício: (...) ele estabelece, em todo caso, a passagem de algo do profano para o sagrado, da esfera humana para a divina. (...) O que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana. (ibidem, p.65)

Agamben retoma, em seguida, os vínculos entre as esferas do jogo e do sagrado: indicando que os jogos que conhecemos derivam, em grande parte, de rituais e cerimônias sacras, que pertenciam, antes, à esfera da religião, o autor enumera uma série de jogos brincadeiras de origem ritualística. Através do jogo, se rompe a unidade entre o mito e o rito que define o sagrado, pois apenas uma parte dessa operação se realiza: mito ou rito. No entanto, adverte o autor, “o jogo libera e desvia a humanidade da esfera do sagrado, mas sem a abolir simplesmente”, de modo que “a <<profanação>> do jogo não tem a ver apenas com a esfera religiosa” (ibidem, p.67). Para esclarecer seu argumento, Agamben dá o exemplo da criança que transforma qualquer coisa “séria” em brinquedo: “Um automóvel, uma arma de fogo, um contrato jurídico transformam-se improvisadamente em brinquedos”. Agamben considera, também, que o jogo como profanação está em decadência, pois o homem moderno procura nos jogos o seu contrário: “um retorno ao sagrado e aos seus ritos”, em vez da profanação. Por isso, “fazer com que o jogo volte à sua vocação puramente profana é uma tarefa política”. Deve-se, no entanto, distinguir a profanação da secularização: não basta que se desloquem as forças de lugar, conservando seu poder. Seria preciso, para a profanação, restituir “ao uso comum” os espaços que os dispositivos de poder haviam confiscado, de forma a desativar os dispositivos (ibidem, p.68).

Agamben dá continuidade e consequências à reflexão de Walter Benjamin no fragmento “O Capitalismo como religião” ao afirmar que

o capitalismo, levando ao extremo uma tendência já presente no cristianismo, generaliza e absolutiza, em todo âmbito, a estrutura da separação que define a religião. (...) Uma profanação absoluta e sem resíduos coincide agora com uma consagração igualmente vazia e integral. E como, na mercadoria, a separação faz parte da própria forma do objeto, que se distingue em valor de uso e valor de troca e

se transforma em fetiche inapreensível, assim agora tudo o que é feito, produzido e vivido (...) acaba sendo dividido por si mesmo e deslocado para uma esfera separada que já não define nenhuma divisão substancial e na qual todo uso se torna duravelmente impossível. Esta esfera é o consumo. Se, conforme foi sugerido, denominamos a fase extrema do capitalismo que estamos vivendo como espetáculo, na qual todas as coisas são exibidas na sua separação de si mesmas, então espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar (ibidem, p.70).

Após observar as práticas de mercado e técnicas de governo envolvidas na Copa 2014, sobretudo no que se refere aos usos do futebol, esporte tido como o mais popular, como negócio, abdicamos aqui de uma crítica de ordem moral à FIFA, ou a defesa do que seria uma Copa do Mundo com participação popular, pura e comunitária... Para “deslocar o ponto da crítica”: seguindo também a sua indicação da profanação como tarefa política, e entendendo que “profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas” (ibidem, p.74), propomos pensar a Copa Rebelde como *experiência de profanação do futebol*, de modo a restituir ao uso comum aquilo que fora capturado para a esfera do sagrado (na religião que seria o capitalismo contemporâneo) por um dispositivo de poder, desativando-o, ainda que por algumas horas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção. Homo Sacer II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARANTES, Otília & Maricato, Ermínia & Vainer, Carlos. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

AZEVEDO, Gabriela. *Reflexões sobre a cidade e o poder*. Sem data. Texto apresentado para seminário informal de discussão na FFLCH/USP, março de 2014.

BOND, Patrick & COTTLE, Eddie. Economic Promises and Pitfalls of South Africa's World Cup. In: Eddie Cottle (ed). *South Africa's World Cup: A Legacy for Whom?*. South Africa: UKZN Publishers, 2011.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Departamento de História/UFF, 2012.

CASTEL, Robert. From dangerousness to risk. In: Burchel, G. & Gordon, C. & Miller, P. *The Foucault effect – Studies in governmentality*. The University of Chicago Press, 1991.

CASTRO, Edgardo. *El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

COTTLE, Eddie & CAPELA, Paulo & MEIRINHO, André Furlan (orgs). *Uma lição vinda da África do Sul: Os cartéis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil?*. Florianópolis: IELA / UFSC, 2013.

DAS, Veena & POOLE, Debora. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: SAR Press, 2004.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 1990.

FERGUSON, James & GUPTA, Akhil. *Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality*. American Ethnologist, 2002: p. 981-1002.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-161, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos - Estratégia, Poder-Saber - Volume IV*. Org. Manoel Barros Motta, Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

_____. *Em Defesa da Sociedade*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2008.

GORDON, Colin. Governmental Rationality: an introduction. In: Burchel, G. & Gordon, C. & Miller, P. *The Foucault effect - Studies in governmentality*. The University of Chicago Press, 1991.

GRAHAM, Stephen. *Cities Under Siege: The New Military Urbanism*. New York: Verso, 2010.

GROS, Frederic. Fim da guerra clássica: novos estados de violência. In: Novaes, Adauto (org). *Mutações*. São Paulo: Edições SESCSP, 2008.

HARVEY, David. *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2012.

ITIKAWA, Luciana. *A gestão antiperspirante: rumo à pobreza inodora, incolor e insípida*. Arquitetura da Gentrificação, setembro de 2014. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/gentrificacao/blog/a-gestao-antiperspirante-rumo-a-pobreza-inodora-incolor-e-insipida/>. Acesso em setembro de 2014.

JENNINGS, Andrew. *Jogo Sujo: O mundo secreto da FIFA*. São Paulo: Panda Books, 2011.

KESSKER, Gabriel & TELLES, Vera da Silva. (orgs). *Ilegalismos na América Latina*. Tempo Social Revista de Sociologia da USP, n.22, vol. 2, 2010.

MACHADO, Marta & RODRIGUEZ, José. Apresentação do Dossiê Estado de Direito e Segurança. In: *Revista Novos Estudos*. nº 83, São Paulo: CEBRAP, p. 5-9, março de 2009.

MARICATO, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNNINGS, Andrew & ROLNIK, Raquel & LASSANCE, Antonio. *Brasil em jogo: o que fica da Copa do Mundo e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: MASCARENHAS, G. & BIENENSTEIN, G. & SÁNCHEZ, F. (orgs.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

MCKLAY, M. & PLUMB, C. *Reaching beyond the gold: the impact of the olympic games on real state markets*. Barcelona, 2001.

MELO, José Arnaldo Fonseca de. *Cidade & Saúde*. Tese de doutorado. FAU-USP, 2014.

MISSE, Michel. O Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In: *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: JENNNINGS, Andrew & ROLNIK, Raquel & LASSANCE, Antonio. *Brasil em jogo: o que fica da Copa do Mundo e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Copa 2014, Olimpíadas 2016 e megaprojetos – remoções em curso no Brasil – Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada*. Organização das Nações Unidas, 2011.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. In: MILLER, Peter & ROSE, Nikolas. *Governing the present*. Cambridge: Polity Press, 2008.

ROY, Ananya. *The 21st Century Metropolis. New Geographies of theory*. Regional Studies, v.43, p. 819-830, 2009.

_____. *Urban informality: toward an epistemology of planning*. Journal of the American Planning Association, p. 147-158, 2005.

TEIXEIRA, Alessandra & MATSUDA, Fernanda. *Feios, sujos e malvados*. Revista Le Monde Diplomatique Brasil: março de 2012.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2010.

_____. *Ilegalismos urbanos e a Cidade*. Novos Estudos, CEBRAP, n. 84, p. 142-163, 2009.

_____. *Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. Revista Dilemas, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009.

_____ & HIRATA, Daniel. *Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo*. Tempo Social (USP Impresso), v. 22, p. 39-59, 2010.

THOMPSON, Edward. P. *Tradición, revuelta, consciencia de clase - Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter & RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. Cambridge University Press, 1985.

VOPALOV, Cristian. *Os saberes da cidade em crise*. Revista Espaço e Debates, v.11, n.34, 1992.

VAINER, Carlos. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, nº 14, Rio de Janeiro, 2011. CD-ROM.

SASSEM, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: O Futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANEXO - Lista de entrevistas

Esta pesquisa se desenvolveu a partir de observação etnográfica participante, entrevistas e análise documental.

Foram concedidas nove entrevistas à pesquisa:

- 1) 03 de dezembro de 2013: Bruno, liderança do movimento “União dos Movimentos de Moradia” - UMM
- 2) 05 de dezembro de 2013: Nilton, liderança do movimento “Movimento Moradia Região Central” - MMRC
- 3) 16 de dezembro de 2013: Vitória, trabalhadora do “Serviço Franciscano de Solidariedade” - SEFRAS
- 4) 17 de dezembro de 2013 e 19 de fevereiro de 2014: Nádia, Daniela, Glória e Marcelo, integrantes do Grupo Teatral Parlendas
- 5) 31 de janeiro de 2014: Daniel e José, integrantes da Casa Mafalda e Autônomos Futebol Clube
- 6) 11 de abril de 2014: Gustavo, integrante do Tribunal Popular, Comitê Pela Desmilitarização e PSOL
- 7) 23 de abril de 2014: Lara, ex-trabalhadora do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
- 8) 25 de setembro de 2014: Maria, ativista do Movimento Palestina Para Todos e Todas (MOPAT)
- 9) 30 de setembro de 2014: Renato, membro do time de várzea Autônomos F.C.

APÊNDICE: FOTOS

Arquivo pessoal, por Juliana Machado Brito

Foto nº 1: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014, cerco policial.

Foto nº 2: Viaduto do Chá, 17 de junho de 2014, vista para o Vale do Anhangabaú

Foto nº 3: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014, cerco com placas de metal e grades

Foto nº 4: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014, trabalhadora ambulante cadastrada para a FIFA FanFest

Foto nº 5: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014, ficha de cadastramento de ambulantes para a FIFA FanFest elaborada pelo Fórum dos Ambulantes da Cidade de São Paulo.

FÓRUM DOS AMBULANTES DE SÃO PAULO
PRÉ-CADASTRO PARA A COPA DO MUNDO 2014

Nome Completo
Li. Bete morais de lencas

Data de Nascimento
01/07/1984

Subprefeitura
(☒) Sé () Penha
() Itaquerá

Endereço
Jaquim morais leme 15 Jauri Paulista

Bairro
Jauri Paulista

Telefone
(011) 25137263(2)

RG
41.371.007-02

CPF
390880037/89

Foto nº 6: Vale do Anhangabaú, 23/06/2014, catracas na entrada da FIFA FanFest

Foto nº 7: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014, filas para entrar na Fan Fest

Foto nº 8: Vale do Anhangabaú, 17/06/2014.

Do lado de fora, população procura entrada para a FanFest